



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

5.ª SESSAO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE JANEIRO DE 2021

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Delfim Neves

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Arlindo Barbosa

Elálcio da Marta

Adilson Managem

### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 55 minutos.

O Plenário procedeu à discussão, na especialidade, das Propostas de Lei n.º 19 e 20/XI/5.ª/2021 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2021, dos seguintes sectores da área social: os Ministérios da Justiça, Administração Pública e dos Direitos Humanos, da Saúde, da Educação, Ensino Superior, da Juventude, Desporto e Empreendedorismo e do Emprego, Família e Formação Profissional. Usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus), os Srs. Ministros do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz), da Justiça, Administração Pública e dos Direitos Humanos (Ivete Correia), da Saúde (Edgar Neves), da Educação e Ensino Superior (Julieta Rodrigues), da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (Vinícius Pina) e do Trabalho, Família e Formação Profissional (Adlander Matos), que responderam às questões, os Srs. Deputados Abnildo

d' Oliveira (ADI), Arlindo Ramos (ADI), Carlos Pinheiro (ADI), José António Miguel (ADI), Joaquim Salvador (ADI), Levy Nazaré (ADI), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), Maurício Rita (MLSTP/PSD), Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD), António Barros (MLSTP/PSD), Raúl Cardoso (MLSTP/PSD), Hélder Joaquim (MLSTP/PSD), Celmira Sacramento (ADI), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Ana Rita (MLSTP/PSD), Filomena Monteiro (MLSTP/PSD), Orlando da Mata (ADI), Danilo Santos (MLSTP/PSD), Carlos Correia (ADI), Jaimel Segunda (PCD/MDFM-UDD), Elálcio da Marta (MLSTP/PSD), José Rui Cardoso (MLSTP/PSD), Beatriz Azevedo (MCI), Paula Tavares (MLSTP/PSD), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Adilson Vaz (MLSTP/PSD), António Faleiro (MCI), Aysa Silva (MLSTP/PSD), Alda Ramos (ADI), Bilaine Ceita (ADI) e Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 19 horas e 28 minutos.

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 9 horas e 55 minutos.*

Estiveram presentes as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Accção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**

**Abnildo do Nascimento d'Oliveira**

**Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos**

**Alexandre da Conceição Guadalupe**

**Anaydi dos Prazeres Ferreira**

**Arlindo Quaresma dos Santos**

**Arlindo Ramos**

**Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento**

**Carlos Alberto Pires Pinheiro**

**Carlos Manuel Cassandra Correia**

**Celmira de Almeida Sacramento dos S. L**

**Esmail da Glória do Espírito Santo**

**Idalécio Augusto Quaresma**

**Joaquim Salvador Afonso**

**Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso**

**José António do Sacramento Miguel**

**José da Graça Diogo**

**Levy do Espírito Santo Nazaré**

**Mário Fernando de Jesus Rainho**

**Orlando Borges da Mata**

**Paulo Jorge Carvalho**

**Policarpo Viegas d'Oliveira Freitas**

**Salcedas d'Alva Teixeira Barros**

**Sebastião Lopes Pinheiro**

**Silvestre Moreno Mendes**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Adelino Cruz José da Costa**

**Adilson dos Reis Vaz**

**Ana Isabel Meira Rita**

**António das Neves Sacramento Barros**

**Arlindo Barbosa Semedo**

**Ayza Fortes da Silva**

**Danilo das Neves dos Santos**

**Eláckio Afonso da Marta**

**Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva**

**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**

**Hélder dos Santos Ceita Joaquim**

**Iazalde Lopes do Sacramento Rita**

**Jáime Pires Sequeira de Menezes**

**José Rui Tavares Cardoso**

**Jerónimo Lima Pires Quaresma**

**Ketty-Keyla Neto da Silva Borges**

**Leonilda Maria Trovoada de A. Pires dos Santos**

**Maiquel Jackson do Espírito Santo**

**Maria das Neves Ceita Batista de Sousa**

**Maurício Vera Cruz Afonso Rita**

**Óscar Cosme da Conceição Gina da Silva**

**Paula Maria Fonseca Tavares**

**Raúl do Espírito Santo Cardoso**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

**Arlindo Vicente de Assunção Carvalho**

**Danielson Alcântara Fernandes Cotú**

**Delfim Santiago das Neves**

**Felisberto Fernandes Afonso**

**JamieL Joana Segunda**

Movimento de Cidadãos Independentes  
**António dos Reis Faleiro**  
**Beatriz da Veiga Mendes Azevedo**

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, caros técnicos aqui presentes, gostaria de cumprimentar a todos, de igual modo, o povo de São Tomé e Príncipe a nível geral, os que estão cá e na diáspora.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, confirmada a presença de 46 Deputados na Sala.

Peço aos serviços para convidarem os membros do Governo a ocuparem os respectivos lugares.

*Pausa para a entrada dos membros do Governo.*

Iniciámos às 10 horas e terminaremos às 15 horas, se for seguido. Ontem, chamaram-me atenção para suspender às 13 horas. Neste caso, se não conseguirmos terminar às 13 horas, suspenderemos e retomaremos das 14 horas até às 17 horas...

O Sr. **Secretário** (Eláckio da Marta): — Não, Sr. Presidente. O intervalo será a 1 hora.

O Sr. **Presidente**: — ...das 10 às 13 horas e das 14 às 16 horas. Peço desculpa, das 14 às 16 são duas horas.

Vamos apreciar a proposta de lei das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, na especialidade, o sector social, mormente o Ministério da Justiça, Administração Pública e dos Direitos Humanos, que é o Ministério desenquadrado nesta área, mas colocamos apenas para haver equilíbrio em termos de tempo. Seguem-se os Ministérios da Saúde; da Educação e Ensino Superior; da Juventude, Desporto e Empreendedorismo; e do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional.

Há um pedido do Governo, tendo em conta a evolução epidemiológica da Covid-19 no País.

O Sr. Ministro da Saúde tem outros encontros programados com os quadros da Saúde e não só. Então, vamos dar prioridade ao Sector da Saúde, portanto, será o primeiro Ministério a ser analisado, depois retomaremos com o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.

O Sr. Primeiro-Ministro também virá?

**Uma voz**: — Virá mais tarde.

O Sr. **Presidente**: — Então, se o Sr. Primeiro-Ministro virá mais tarde, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Como eu havia dito, vamos analisar, em primeiro lugar, o Ministério da Saúde. Está cá o Sr. Ministro?

**Uma voz**: — Ainda não está.

O Sr. **Presidente**: — Ainda não está na Sala, não podemos esperar por mais tempo. Se estiver o Sr. Ministro da Saúde, vamos iniciar. Se não estiver, vamos cumprir conforme está programado.

Mais 1 minuto para o Sr. Ministro entrar na Sala. Caso contrário, vamos analisar o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.

**Uma voz**: — O Sr. Ministro está cá há muito tempo.

*Pausa para a entrada do Ministro da Saúde.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos iniciar os nossos trabalhos, conforme está programado. Vamos analisar o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos. Portanto, estão abertas as discussões para as Sras. e os Srs. Deputados que queiram intervir, no âmbito das Grandes Opções do Plano e Orçamento, Geral do Estado, no Sector da Justiça.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar a todos. A Justiça, na verdade, é um sector transversal, que briga com a questão das liberdades dos cidadãos, a segurança e a confiança nas instituições. E, por acaso, encontra-se nas Grandes Opções do Plano um dos primeiros eixos da governação, que é o aprofundamento do Estado de Direito Democrático. Percorrendo uma leitura assim cuidadosa nas Grandes Opções do Plano, eu não vejo

uma visão clara do Governo sobre o que devemos fazer, uma opinião ou um sentimento unânime da necessidade da reforma da Justiça. Não se vê! Quer dizer que não existe essa perspectiva. Se existe, a minha primeira questão é para que Sua Excelência da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos venha dizer-nos, por que é que não enfatiza este aspecto, numa perspectiva de visão ou opção do Governo.

Eu vejo no Orçamento Geral do Estado, em termos de Programa de Investimento Público, e com fonte de financiamento do PNUD, a rubrica 49.50, um programa de reforma da Justiça, avaliado em 1.5 milhões de dobras. Em que consiste, Sra. Ministra, esse programa? Porque sendo um sector transversal, é verdade que quando se fala da Justiça a percepção que têm os cidadãos é que a Justiça está mal, não está bem! Enfatiza-se muito ou inclina-se a visão e espera-se a resposta, sobretudo em dois sectores-chave, o Ministério Público e os Tribunais. Logo, não sei qual é o alcance desta reforma, sabendo nós que há outros sectores também, como a Polícia Judiciária e não só, que se deve envolver neste pacote da reforma. Vê-se muitas medidas aí de aquisição, de compra e de capacitação, mas no fundo o que é que se pretende? Vou um pouco mais além, Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, Sras. e Srs. Deputados, não se pode conceber uma reforma efectiva da Justiça, sem a revisão constitucional! Quando não, nós estaremos a fazer o mesmo do mesmo. Porque se nós falamos da independência dos Tribunais ou dos órgãos das magistraturas, quer Judiciais, quer do Ministério Público, da sua independência ou afastamento da política ou do poder político no sistema, é necessário darmos uma olhadela a Constituição. Não sentimos da parte do Governo esta preocupação, e nós já entramos, no terceiro ano da governação desta nova maioria. Foi também um dos cartazes da campanha que há a necessidade de se proceder à reforma da Justiça, mas só está no discurso! Por isso, eu insisto, gostaria de obter uma explicação detalhada sobre esse programa que é financiado pelo PNUD, sobretudo aqui nas Grandes Opções do Plano, em que não vejo quase nada.

Por falar do Estado, porque estamos neste sector, e ainda bem que tivemos a grande sorte de a área institucional transitar para este dia, porque há uma pergunta, mas Sua Excelência o Primeiro-Ministro não está. Se estivesse, seria dirigida directamente a Sua Excelência o Primeiro-Ministro. No aprofundamento do Estado de Direito Democrático, Cabo Verde tem eleições em Outubro e já marcaram. Em São Tomé e Príncipe não se fala nada. Eu queria perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro, se se vai realizar eleições presidenciais este ano ou não.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Líder Parlamentar do ADI.

Vamos aguardar que chegue o Primeiro-Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros e Sras. Ministras, bom dia a todos.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de pedir alguns esclarecimentos sobre algumas dotações que aparecem no orçamento do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, como também na Procuradoria-Geral da República. Uma das nossas preocupações actuais e de toda a população é o aumento da criminalidade. Eu, sinceramente, no Orçamento, não vejo investimentos que nos possam dar um caminho para que realmente reforcemos o combate à criminalidade. Mas há investimentos, há dotações para outras coisas que, para mim, não indicam qualquer melhoria na situação actual. Por exemplo, eu vejo no orçamento da Procuradoria-Geral da República, falo desse sector precisamente porque faz parte do Ministério Público que, como sabem, é tutelado pelo Ministério da Justiça, a aquisição de meios rolantes para o Ministério Público, a reabilitação do edifício e aquisição do gerador para a Procuradoria-Geral da República.

Eu venho para o orçamento do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, aparecem dotações, por exemplo, para a instalação da unidade prisional da produção agro-pecuária. Eu não entendi, por isso estou a pedir esclarecimentos. Por que é que há uma dotação e 1.5 milhões de dobras para essa instalação e onde é que será feita? Como é que isso será feito?

Depois há outros esclarecimentos que eu pretendo também que a Sra. Ministra me dê. Ontem, por lapso, não foi levantado esse problema, aquando da discussão com o Ministério da Defesa e Ordem Interna. Vejo no item 10.42, com o apoio da República Popular da China, ajuda alimentar aos militares e paramilitares. Portanto, não entendi por quê que essa dotação aparece no Ministério da Justiça. Gostaria de obter esclarecimentos.

Depois há uma outra questão que aparece no Ministério da Justiça, na rubrica 10.11, com o financiamento da República de Angola, aquisição de armamentos para os Serviços Prisionais.

Sra. Ministra, a única instituição autorizada e vocacionada para a aquisição e controlo de armamento é as Forças Armadas, não há mais! Ninguém pode fazer isto. Portanto, eu proponho aqui, entretanto, eu vou esperar pelo esclarecimento da Sra. Ministra, a retirada deste valor do orçamento.

Portanto, são essas questões que eu gostaria de ser esclarecido, para depois voltar, para dar a minha opinião ou fazer uma proposta quanto a como equacionar esse problema.

Já agora também, na análise que eu faço do orçamento do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, eu não vi nada que possa garantir a modernização, a formação e a capacitação dos agentes da Polícia Judiciária.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu quero, primeiramente, uma explicação da Sra. Ministra sobre a questão da fixação dos magistrados na Região Autónoma do Príncipe. Não vejo verba especificamente destinada para criar essas condições, mas há verba aí destinada à reforma da Justiça e outras. Gostaria de ouvir primeiro a Sra. Ministra sobre a questão do Príncipe, porque se falou e se recomendou bastante, só após isso farei uma proposta concreta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu tomo a palavra exactamente para permitir que, quando a Ministra vier cá explicar ou responder às questões colocadas por outros companheiros, para aproveitar também esclarecer sobre a questão relativa à violência doméstica, ou seja, violência baseada no género. De facto, nota-se que o Governo colocou cá uma verba importante para o combate a este mal, no entanto, tal como diziam os outros companheiros, não conseguimos perceber exactamente como é que se pretende levar a cabo este combate. Daí que, quando tivesse que explicar ao Líder Parlamentar do ADI sobre a questão que ele colocou, eu gostaria que aproveitasse também para nos brindasse com factos concretos, porque todos nós sabemos que, nos últimos tempos, tem-se verificado um aumento substancial dos casos de criminalidade, nomeadamente a violência doméstica, a violência baseada no género.

De facto, como colocou cá um importante valor para o combate a este mal, era bom que nos explicasse como é que pretende então levar a cabo este combate.

Termino, para não cansar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador.

O Sr. Joaquim Salvador (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, caras e caros colegas, bom dia.

Ainda na esteira desta questão de violência baseada no género, gostaria de reforçar aqui uma preocupação. De facto, nós vemos aqui um valor bastante extensivo, mas a questão que a Sra. Ministra poderá depois nos explicar claramente é que, a cada dia que se passa, verificamos que essa violência tem estado a aumentar.

A título de exemplo, ontem, assistimos a mais um cenário. Era uma senhora dos seus vinte e poucos anos, que foi estrangulada e violada aqui no Distrito de Água Grande. Essa senhora, depois de sofrer toda essa aflição, porque a história narrada que lhe foi tapada a cara com lenços, ela dirigiu-se ao Hospital Central, mas infelizmente, ao chegar ao Hospital, a recepção que ela teve dos técnicos foi desagradável e triste. Nós falámos disso porque somos pais e filhos. Lamentavelmente, estamos no nosso país, o país de São Tomé Poderoso, em que há paz, e as pessoas estarem a levantar a violência desta tal forma! Não vimos até agora todos esses programas que se espelha aqui nas Grandes Opções do Plano a serem realizados! Nada se levanta! Nada se faz! Todos os dias!

Para não cansar muito a Sra. Ministra, espero uma explicação mais clara.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, esgotamos as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz): — Sr. Presidente, Caros Colegas do Governo, Sras. e Srs. Deputados, muito bom dia.

Eu tomo a palavra simplesmente para esclarecer algumas rubricas da Procuradoria-Geral da República que constam cá, depois a Sra. Ministra pronunciará, relativamente a outros pontos.

Aquisição de meios rolantes para o Ministério Público é o valor da dívida que estamos ainda a pagar da viatura que foi adquirida ao Procurador-Geral da República, e estamos a pagar faseadamente.

A reabilitação do edifício da Procuradoria-Geral da República é parte da dívida que falta pagar.

A aquisição de gerador, sim, porque se reabilitou o edifício e se adquiriu o *data center*, por causa de cortes constantes de energia. Assim, a Procuradoria propôs isso, só eles sabem, tendo em conta que há informações importantes e acham que com a queda constante da energia, sem o gerador, poderão perder as informações que facilitam efectivamente a investigação.

Obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Convido o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização, ou a quem este indicar, para responder às outras questões.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.

**A Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos** (Ivete Correia): — Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Funcionários, a todos muito bom dia.

Relativamente a uma série de questões que me foi posta, eu vou resumir.

A primeira pergunta é sobre a questão da reforma da justiça. Não sei se os Srs. Deputados se recordam, no dia 11 de Dezembro, de um trabalho que o Governo vem fazendo ao longo dos tempos e grande parte dos Srs. Deputados participaram, que é o Plano da Reforma e Modernização da Justiça. Esse plano foi validado pelos três órgãos de soberania: Sua Excelência o Presidente da República, Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional e Sua Excelência o Primeiro-Ministro e Chefe de Governo. Esse plano de Modernização do Sector da Justiça vem de acordo com as Grandes Opções do Plano e também no Programa do Governo. Há uma série de actividades plasmadas nesse plano, para nós realizarmos, de 2021 a 2023.

Como sabeis, Vossas Excelências, a reforma da Justiça é progressiva, contínua e lenta, e os sucessivos governos vêm fazendo a reforma da Justiça. Antes do plano ser validado, o XVII Governo Constitucional tem vindo a fazer algumas reformas, nomeadamente: nós instalámos, apetrechámos e criámos o laboratório da Polícia Científica. Isto vem no quadro da Reforma da Justiça e também no combate à criminalidade.

Nós reabilitámos e construímos o muro de vedação do Tribunal de Lembá; neste momento, estamos a ultimar o seu apetrechamento para dar melhores condições de trabalho aos oficiais de Justiça, também criar melhores condições de atendimento aos utentes. Nessa reabilitação, nós modernizámos e criámos algumas estruturas. Trouxemos uma inovação, ampliamos a sala de audiência, criámos um espaço do tipo berçário, para que as mães com bebés, ao se dirigirem ao Tribunal, possam ter um espaço, de forma a cuidarem do seu bebé.

Neste momento, está em curso a reabilitação de uma das alas na Direcção Geral do Estabelecimento Prisional, que é a ala preventiva, com o apoio do PNUD e também nós formámos 58 agentes, que estão neste momento em pleno funcionamento.

Tudo isto é Reforma da Justiça e combate à criminalidade. Portanto, este Programa está orçamentado em USD 3 879 820 00 (três milhões, oitocentos e setenta e nove mil, oitocentos e vinte dólares). Com a ajuda do PNUD, o nosso parceiro privilegiado, já temos 50% da verba garantida.

Neste Programa, para 2021, estabelecemos três prioridades: a informatização, a organização e o funcionamento dos serviços. Nós temos a Polícia Judiciária, Serviços Prisionais de Reinserção Social, temos o Tribunal Judicial, que abrange o Tribunal de 1.ª Instância, o Tribunal Supremo, o Tribunal de Lembá e o Tribunal Regional.

Por que é que nós estabelecemos, como a primeira prioridade, a informatização? Porque a informatização nos vai permitir melhorar com precisão e simplificação os procedimentos processuais e maior responsabilização da administração da justiça. Iremos também reforçar e impulsionar a inspecção judicial.

Temos o acesso à Justiça. Falando sobre o acesso à Justiça, nós temos a criação e instalação de um serviço integrado, no Distrito de Caué, que vai ser uma inovação. Portanto, o contacto já tem sido feito com o Presidente da Câmara de Caué, já identificámos uma habitação. É uma habitação que pertence ao Ministério da Saúde, já fizemos contacto com o Ministro para cedência do espaço. Será um projecto-piloto, um projecto de inovação, em que pensamos criar três gabinetes: um gabinete da Polícia Judiciária, em que estaria um inspector a tempo inteiro, para algumas diligências; outro gabinete para o Ministério Público, que também terá um oficial de Justiça, para fazer diligências, notificações e audiência; e um outro gabinete para o Tribunal, que terá também um escrivão e um oficial de Justiça, que estarão lá permanentemente para trabalhar.

Nós estamos a ver o caso, por exemplo, do abuso sexual, proteção e promoção das crianças, o caso de violência doméstica e algumas criminalidades, crimes com pena inferior a 5 anos. E haverá uma equipa, tanto do Ministério Público, como do Tribunal, que se deslocará ao Distrito três ou quatro vezes por semana, de acordo com as necessidades. É um projecto inovador, isto no quadro do combate à criminalidade. Como todos nós sabemos, a criminalidade tende a aumentar, não é porque ela tende a aumentar agora. É devido ao trabalho de informação e sensibilização que as instituições vêm realizando no terreno. A população está mais esclarecida, conhece os seus direitos e procura como defender e proteger os seus direitos.

Relativamente ao combate à criminalidade, à violência doméstica, ao abuso sexual de menores e à corrupção, articulando com a cooperação internacional, esta também é a nossa terceira prioridade para o ano 2021, porque temos um projecto ambicioso que é o Projecto Integrado da Construção de um Centro de Aconselhamento e um Centro de Acolhimento. Portanto, esse projecto já foi elaborado, já foi aprovado no Venerando Conselho de Ministros, estamos à procura de financiamento, de forma a nós começarmos a sua construção.

No Ministério da Justiça, há três comissões que estão a trabalhar na actualização dos Códigos Penal e de Processo Penal. Temos também a Lei de Nacionalidade, a Lei de Violência Doméstica, Lei 11, Lei 12, a lei da disparidade do género e também a lei de consumo excessivo de bebidas alcoólicas, nos sectores de Administração Pública. Nós também temos em vista a criação de um sistema de denúncia anónima e plataforma informática, gerida pela Polícia Judiciária.

Temos o segundo documento extremamente importante que é o Plano Estratégico do Ministério Público, que vai de 2001 a 2025. Este Plano também está de acordo com as Grandes Opções do Plano e o Programa do Governo. Portanto, é um Plano Estratégico do Governo.

Relativamente aos serviços prisionais para a Região Autónoma do Príncipe, para este ano, temos dois projectos extremamente importantes: a construção de uma delegação da Polícia Judiciária, que já dispõe de meio rolante. As condições não são adequadas para efectivamente se exercer uma actividade de investigação criminal, logo, nós projectámos a construção desse espaço, inclusive o espaço já está garantido. Lá estivemos no ano passado, tudo indica que este ano nós conseguiremos realizar esta actividade.

Também temos um outro projecto extremamente importante que é a construção de um estabelecimento prisional na Região Autónoma do Príncipe. O espaço também já está cedido, o projecto já está elaborado. Portanto, esse projecto, primeiramente, vem diminuir os custos com bilhetes de passagem para os reclusos, tanto para a equipa dos magistrados e juízes, ou seja, toda a equipa que tem que se deslocar entre o Príncipe e São Tomé. Isto, no âmbito de reinserção social. Outra questão é que também vem permitir a maior proximidade do recluso à família, de forma que a família possa dar todo o apoio ao cidadão, no cumprimento da sua pena e que possa efectivamente cumprir a sua pena com melhores condições.

O Sr. Deputado falou sobre a questão de violência doméstica. Efectivamente, a violência doméstica, se verificarmos os dados, independentemente da questão de confinamento e da pandemia da Covid-19, diminuiu. Por quê? Porque, apesar das dificuldades, apesar do período em que nós estamos, a equipa do Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica tem estado a realizar campanhas de informação e sensibilização no terreno e em todas as comunidades. A população já está mais esclarecida. Logo, a população tende a aproximar-se desses sectores, para defender os seus direitos.

Quanto ao abuso sexual de menores, nós temos a questão da falta de exames periciais, que dificulta sobremaneira na decisão de alguns casos. Nesta ordem de ideia, já estabelecemos contacto, com apoio do PNUD, com o Instituto de Medicina Legal de Coimbra e brevemente iremos dar início à formação de médicos e técnicos legistas. Essa formação terá três fases: na primeira fase, tendo em conta o estado da pandemia em que nós nos encontramos, será por video-conferência; numa segunda fase, os especialistas virão para São Tomé e Príncipe, para associar a teoria e a prática; e numa terceira fase, depois de eles já terem alguns conhecimentos e já estarem em funcionamento, a equipa irá seleccionar alguns médicos e técnicos para fazer a formação de longa duração.

No nosso orçamento, temos a rubrica 6787, que é uma rubrica sobre o apoio à Ordem dos Médicos. Portanto, esta rubrica está destinada a apoiar os médicos, porque há aquela questão em que as vítimas vão para fazer os tais exames, muitas vezes elas não conseguem fazer, por falta de meios financeiros. Tendo em conta que a vítima já está com problemas psicológicos, com alguns traumas, que é normal, é a forma de nós minimizarmos a parte financeira. Então, esta verba será destinada ao pagamento dos tais exames. No entanto, com a ASPF já há um acordo, em que as vítimas vão lá e os exames são gratuitos. No entanto, pode haver uma ou outra situação que pode fugir ao nosso controlo, mas nós estamos a trabalhar no sentido de minimizar essa situação.

Agro-pecuária e aquisição de armamento. Podemos transferir esta rubrica para um outro sector, mas nós, depois da formação dos 58 agentes, os Serviços Prisionais precisam de algum armamento, algum instrumento. Bem, sabemos que, efectivamente, isso é da competência do Ministério da Defesa. No entanto, podemos transferir a verba e encontrar uma forma de equacionar esta situação.

Formação dos agentes da Polícia Judiciária. Neste plano, nós temos várias formações. Inclusive, os inspectores e os agentes da Polícia Judiciária estão em constante formação. Apesar da pandemia, tiveram formação por vídeo-conferência, houve especialistas da Polícia Judiciária de Portugal que estiveram cá, que deram formação, ultimamente tiveram duas formações. Portanto, a formação é contínua.

Eu creio que respondi minimamente às questões, de uma forma muito resumida, a questão do Distrito de Caué e a instalação da PJ na Região Autónoma. Se houver uma ou outra questão, eu poderei voltar.

Obrigada.

**O Sr. Presidente:** — Antes de regressar ao seu lugar, acho que não respondeu cabalmente à preocupação do Sr. Deputado Arlindo Ramos. Tem a ver com a questão de instalação da unidade prisional de produção agrícola.

**Uma voz:** — Agro-pecuária.

**O Sr. Presidente:** — Agro-pecuária, queria eu dizer, e também ajuda alimentar aos militares e paramilitares. Penso que militares aqui deve estar a mais.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Aquisição de armas.

O Sr. **Presidente**: — A aquisição de armas, já fez uma proposta para transferir. Portanto, são estas duas questões.

A Sra. **Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos**: — Sr. Presidente, relativamente à questão do desenvolvimento da agro-pecuária, em média, gostaria de dizer que temos 271 a 280 reclusos e cento e tal agentes que, de forma rotativa, fazem piquete. O Orçamento Geral do Estado não consegue garantir, porque nós oferecemos três refeições diárias aos reclusos. Tendo em conta as nossas dificuldades financeiras, temos tido grandes dificuldades em oferecer as três refeições, com qualidade. Então, nós estabelecemos alguns contactos com a FAO e também o Ministério de Agricultura. Agradecemos o apoio da FAO.

Atendendo que o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, através dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social, tem duas médias empresas agro-pecuárias, uma em Campo Grande e outra em Canavial, neste momento, estamos a desenvolver actividades agrícolas, hortícolas e criação de animais. Qual é o objectivo? De forma a diminuirmos o peso no Orçamento Geral do Estado. Muitas vezes temos que fazer dívidas nalgumas firmas, emprestar dinheiro daqui e de lá, para nós garantirmos essas refeições.

Então, esta rubrica é para a compra de alguns materiais, algumas sementes e outros utensílios, de forma a nós conseguirmos garantir a auto-sustentabilidade alimentar, melhorar a dieta alimentar dos reclusos. Portanto, os Srs. Deputados já visitaram os Serviços Prisionais, houve uma grande melhoria e mudança nos Serviços Prisionais, em termos de alimentação, de medicamentos e de funcionamento dos serviços. Por isso é que esta verba está inscrita. É para nós darmos continuidade.

*Murmúrios.*

Outra novidade, uma inovação, com o apoio do PNUD, nós já adquirimos uma viatura celular. Esperemos que até o primeiro trimestre possa chegar. Portanto, como é do conhecimento de todo o povo de São Tomé e Príncipe, muitas vezes os reclusos são transportados na motorizada ou a pé e isso constitui uma grande perigosidade. Por isso, através do nosso esforço e com o apoio do PNUD, nós já adquirimos uma viatura celular para evitar esse estrangulamento.

E também, a nível da Polícia Judiciária, já conseguimos uma outra viatura, com o apoio do PNUD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.

Há uma proposta concreta, relativo à preocupação do Sr. Deputado Arlindo Ramos. Portanto, proceder à transferência da verba 67.89, 2 milhões para o Ministério da Defesa e Ordem Interna.

Relativamente à aquisição de armamentos para as Forças, nesse caso, não se pode pôr, especificamente, para os Serviços Prisionais. Está registada?

Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, concorda?

Portanto, a proposta está feita. Alguma objecção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos (ADI)**: — Sr. Presidente, eu gostaria de discordar com a proposta que fez. Eu acho que essa verba deveria ser destinada a outra questão. Portanto, aqui eu faria uma contraproposta. Essa verba de aquisição de armamento passaria para uma outra denominação: apoio institucional à Polícia Judiciária. Aquisição de armamentos sairia, mas a verba continuaria no Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, como um apoio institucional à Polícia Judiciária.

Por quê que eu faço essa proposta? No âmbito daquilo que é investigação criminal e tendo em conta o aumento do índice da criminalidade, de furtos e roubos, essa verba poderia ajudar os agentes, no seu trabalho de visibilidade e não visibilidade. Por isso que eu falo de apoio institucional à Polícia Judiciária, porque não há outra denominação que se possa dar a essa verba.

Sra. Ministra, na explicação que dá sobre a instalação da Unidade Prisional de Produção Agro-pecuária, o que eu quis saber é do que se trata essa instalação da Unidade.

Agora, a recorrência que se tem a Canavial e Campo Grande vem de muitos anos. Portanto, é um trabalho que os reclusos têm vindo a fazer, com uma co-participação também da Cadeia. Nós sabemos que os reclusos, dessa produção, têm também uma participação, ou seja, eles recebem uma parte do rendimento dessa produção. Mas o que eu não entendi muito bem é como instalar uma unidade prisional nesses campos. Sra. Ministra, nós temos um problema, como diz, de correlação entre o número de reclusos e o número de guardas prisionais. Muitas vezes, vão 10 reclusos para o campo e só vai um ou dois guardas prisionais.

A consequência é que muitas vezes, dos 10 reclusos que saem da Cadeia para o campo, se chegarem os 10, 2 horas depois, 4 ou 5 estão ausentes do campo. Esta é a realidade. Nós temos alguns furtos e

assaltos que são feitos pelos reclusos que se deslocam aos campos. Agora, instalar uma unidade prisional, com o número de Guarda Prisional de que a Cadeia dispõe, não vai haver eficácia no controlo. Seria um risco fazermos isso. Por isso, eu acho que essa verba deve ser retirada desse item, porque é uma verba que se destina a instalação e não a produção.

O que a Sra. Ministra não esclareceu muito bem, eu acho que o Sr. Presidente já disse, é o apoio alimentar aos militares e paramilitares. Os militares aqui não fazem parte desse grupo. Portanto, seria bom que ficasse só apoio alimentar aos paramilitares.

Obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro acabou de chegar. Bom dia, Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Jorge Lopes Bom Jesus.

A resposta ou a explicação da Ministra sobre a pergunta colocada por mim não me convenceu. Quanto à questão de financiamento, que está na rubrica 49.50, com a fonte de financiamento de um dos nossos parceiros, que é Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), a Sra. Ministra disse que o Governo tem um apoio de três milhões de dólares,...

**A Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos:** — Não, 50%.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — ...mas já tem garantido 50%. 50% de 3 milhões, é 1.5 milhão. Eu não sou muito bom em matemática, mas 1.5 milhão de dólares, se nós formos converter em dobras, não dá este valor que está aqui no orçamento. No orçamento está inscrito Dbs. 1.5 milhão (um milhão e quinhentas mil dobras). Se formos converter para o dólar ou o euro, são 60 000. Então, onde é que está o outro valor, Sra. Ministra? Alguma coisa não está bem explicada, e é por isso que eu estou aqui a questionar o alcance. Isso é primeiro, quanto à questão de número.

Quanto à questão de política, a Sra. Ministra disse, pelas suas palavras, que «a Reforma da Justiça é progressiva e lenta». Eu comprehendo que ela deve ser progressiva e dinâmica, não estática. Sra. Ministra, se nós não reformarmos a Justiça, nós não daremos segurança e confiança aos investidores. Porque uns dos entraves para o investimento privado estrangeiro é confiança nas nossas instituições, sobretudo no Sistema da Justiça.

Quando a Sra. Ministra vem dizer-me que isto é um processo lento, eu fico sem perceber. Quer dizer este Governo vai sair sem fazer a reforma, sem dar sinais para garantir, quando o Governo, na sua perspectiva de crescimento robusto, quer atrair investimento, e esta atracção tem que ter não só garantia jurídica, como confiança nas instituições. Logo, eu não posso concordar com a Sra. Ministra que essa reforma deva ser lenta.

**Uma voz:** — Lenta.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Sim, disse lenta, está gravado.

Só para terminar, uma pergunta, é uma questão de ética, e não sei, muita gente aqui evocou que a política também tem que ter ética, penso que foi o discurso de Sua Excelência o Primeiro-Ministro. Às vezes, as minhas intervenções são interpretadas de outras formas.

Sra. Ministra, há um membro do Governo que já foi transferido, nomeado ou indicado para ser quadro do sistema prisional. De acordo com a minha informação, trata-se da Sra. Ministra. Esse procedimento não é ético. Se aconteceu, não é ético. Se não aconteceu, eu gostaria de ouvir a sua explicação, como Deputado da Nação.

Num momento em que se vê uma tendência crescente de criminalidade, o Ministério Público lançou o concurso para a contratação ou admissão de novos procuradores-gerais adjuntos. Eu penso que também está no plano estratégico. É um dos pontos do plano estratégico do Ministério Público, o documento que a Sra. Ministra exibiu e por acaso eu também tenho, é um documento de Estado, tenho acesso a esse documento, muito bom, seria bom que outros sectores ligados à Justiça pudesssem embeberalguns pontos aqui, mas o que me preocupa é que, de acordo com a informação, o Governo mandou suspender esse concurso. Eu queria ter informação, Sra. Ministra, se corresponde ou não à verdade, e porquê. Tendo em conta a necessidade de termos mais procuradores adjuntos, para poder fazer face em termo de investigação e seguimento da questão criminal. Portanto, não se pode querer resolver um problema da Justiça, falando de uma questão mínima, sem quadros, etc. Portanto, eu gostaria de perceber, e foi um concurso lançado pelo Conselho Superior de Magistratura do Ministério Público.

Portanto, Sra. Ministra são esses pedidos de esclarecimento.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Líder Parlamentar do ADI.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, bom dia.

Eu gostaria de dizer que a Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos tentou responder às questões, não conseguiu respondê-las na sua totalidade, mas o facto de ter tentado já é bom.

O meu colega já falou da questão da reforma lenta. Eu anotei isso para fazer referência. O País reclama pela reforma da Justiça. Eu não sei como é que vamos querer fazer uma reforma a passo de caranguejo. Isto quer dizer que estamos em contra mão. Se nós estamos a reclamar que a Justiça vai mal, não sei como é que pretendemos uma reforma da Justiça lenta, como nos fez crer.

Relativamente à questão do Instituto de Medicina Legal, gostaria de dizer que faz falta. É preciso que haja uma cooperação, sim, para termos aqui no País.

Gostaria de dizer à Sra. Ministra que há necessidade, de facto, urgente de se resolver um problema que já foi colocado cá, tem a ver com a forma. Segundo os médicos, a forma como eles são convidados para os Tribunais, em caso de julgamento, sobretudo quando se trata de crimes de violação de menores, estes são colocados ao lado do réu, e numa situação constrangedora. Eu não ouvi a Sra. Ministra, no âmbito das actividades que tem para a pôr cobro a estas situações, a nos dizer claramente como é que pretende ultrapassar isto. Há necessidade urgente de se ultrapassar isto.

Falou da cooperação com a Ordem dos Médicos. Eu não sei se este assunto já foi abordado junto à Ordem dos Médicos, para ver como é que se pretende ultrapassar isso, porque os médicos se têm queixado muito dessa situação.

Gostaria que a Sra. Ministra nos dissesse se de facto esta também é a sua preocupação, como é que o Governo pretende ultrapassar essa situação, porque o número, volto a dizer, de violação de menores tem estado a crescer de forma assustadora. Disse que, se calhar, é porque hoje as pessoas conseguem falar, hoje as pessoas estão mais esclarecidas, mas não sei se é só por isso.

A forma tão violenta como esse caso tem estado a crescer no País, há necessidade de nós termos em atenção e avançarmos com a questão da medicina legal, que disse e disse bem. Mas, a curto prazo, como é que vamos ultrapassar isso? Porque dá a impressão que a medida será a longo prazo, isto é, a formação dos médicos e de especialistas nesse ramo.

Para resolver esta questão a curto prazo, eu gostaria de saber o que é que vamos fazer.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra aos novos inscritos, estamos na primeira ronda, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Carlos Pinheiro se satisfaz a explicação. Quer fazer uma réplica?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro, que é o último desta ronda.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, a Sra. Ministra, quando respondeu à questão, não tocou na resposta que eu quis ouvir. Por acaso já falei com a Ministra e na próxima vez que estiver cá ela vai responder.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado.

Tendo em conta que todos fizeram uma réplica, então abre-se espaço para a segunda ronda, de modo que a Ministra venha responder duma só vez.

Também não satisfaz? Quer falar?

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador, que também foi interveniente na primeira ronda.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Sr. Presidente, Sra. Ministra, de facto a preocupação é tão grande que às vezes a gente fica a pensar se efectivamente é por esses caminhos que a gente chega a ter mesmo a solução.

Ainda não cumprimentei o Sr. Primeiro-Ministro, bom dia.

Em relação a esta questão de violação doméstica, entre outros crimes, a Sra. Ministra fez aqui um certo relato que, no nosso entender, não funciona na prática. Eu dei aqui um exemplo concreto que aconteceu ainda ontem. Uma senhora foi ao hospital e teve uma recepção desagradável.

Há um aspecto que é importante entender. Portanto, não há uma articulação entre o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos e os técnicos do Sector da Saúde. Como disse o meu colega, os técnicos da Saúde, os médicos, não se sentem seguros para dar atenção nestes casos. Daí que o paciente, que já vai com uma certa perturbação, pelo caminho, acaba por morrer, depois se vai acusar outras coisas.

Como há coisas boas, há também coisas más. Eu gostaria de saudar um programa televisivo que eu tenho vindo a seguir, que é Voz da Mulher. É um programa bastante interessante. Na minha opinião, é um programa que faz valer a voz das mulheres. Enfim, podemos dizer que precisa de apoio. O Sr. Deputado Arlindo Ramos apresentou uma questão que tem a ver com instalação da unidade prisional, ponto 111. Eu pediria que esta verba fosse transferida para apoiar este tipo de iniciativas. Não estou a ver onde é que se podia colocar, mas seria transferido para apoiar esse tipo de iniciativa ou no investimento público, se fosse possível.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado.

Temos várias questões genéricas, apenas duas propostas.

Portanto, vamos ouvir mais dois intervenientes, primeiramente o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar a todos, cumprindo a devida precedência.

Eu, como havia dito noutro dia, tenho sempre alguma dificuldade, na senda da especialidade, de apresentar proposta concretas de alteração, de tirar uma rubrica daqui ou valor daqui para meter aqui, porque se nós olharmos a todos os Orçamentos, não é só este que nós já discutimos e aprovamos aqui nesta Casa Parlamentar. Se nós formos ver a fonte de financiamento, é sempre complicada a questão da fonte. Estamos aqui a falar tira daqui, tira lá, mete aqui, quando nem temos a certeza. Nesta matéria concreta, nesta área Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, nós temos a rubrica 01.01, que é do Tesouro. Depois temos, salvo erro, só três que vêm do Tesouro, do nosso esforço. Todo resto é Angola, Guiné Equatorial, BAD, União Europeia, enfim. Esta é a fonte. Por isso, eu tenho dificuldade.

Mas o que me traz aqui, Sr. Primeiro-Ministro e Sra. Ministra, no âmbito das Grandes Opções do Plano apresentado, na página 35 concretamente, «Combate à corrupção e à impunidade». Normalmente, todos os primeiros-ministros, não é só o senhor, nos grandes discursos iniciais, falam sempre, cá nos discursos «combate à corrupção». Eu aproveito para aconselhar, é apenas um pedido, se tiver que fazer um discurso amanhã para falar de combate à corrupção, não é o Governo que combate à corrupção, mas o Governo deve criar as condições para as instituições do Estado e da República que têm a missão de combater de facto à corrupção. Por razões óbvias, não é o Governo que vai combater a corrupção.

Depois dizer também que todos nós sabemos disso, muitas vezes as pessoas pensam que a corrupção só está na classe de dirigente, a corrupção só está nos Ministros, no Primeiro-Ministro, muitas vezes nós, os Deputados, que só vivemos de salário, mas falam todos corruptos e todos ladrões, enfim. Quando nós, às vezes, temos na nossa República e não só nos outros países também as classes intermédias, onde realmente acontece muitos hábitos de corrupção, nas Administrações Públicas, em alguns directores, nas Direcções Administrativas e Financeiras, etc. É lá onde está a corrupção no nosso país. Essas pessoas ficam lá escondidas nos seus cantos, os Primeiros-Ministros e os Ministros ficam a levar porrada todos os dias, os verdadeiros corruptos não dão a cara e estão lá. Por isso, é preciso reforçar os meios das instituições que combatem a corrupção, para de facto agirem.

Quando eu vejo nas Grandes Opções do Plano, como eu já disse na página 35, depois vou ver no Orçamento, eu não encontro uma política de acção concreta para este assunto. Fala-se de formação, capacitação dos técnicos da Polícia Judiciária, fala-se da capacitação dos técnicos do Ministério Público, isto e aquilo, mas não há, está muito vaga esta luta contra a corrupção. Parece que é algo que só está aqui escrito, mas não tem correspondência prática na dotação de verbas para esse efeito. Eu não encontro. Talvez esteja e eu não estou a ver. Se a Ministra puder ajudar-me, poderá assim fazer quando vier usar da palavra. Diz-se nas Grandes Opções do Plano «criação da primeira unidade interinstitucional de combate à corrupção e à impunidade».

Eu estava à espera que houvesse de facto uma rubrica, que vai fazer referência a isso, das despesas que é necessário para isso, mas eu não encontro. Os técnicos da Polícia Judiciária, para além dessas formações contínuas que acontecem, e nós sabemos, é preciso dar-lhos meios adequados para agirem em conformidade. É preciso pensar-se numa equipa dentro da Administração Pública, para passar informações a essas instituições sobre alguns actos ou passíveis actos de corrupção, que está dentro da Administração Pública. É preciso pensar se não é o momento, em São Tomé, de falamos duma lei de delação premiada. Se não estamos já no momento de começar a pensar nisso.

É isso que eu gostaria de dizer, é isso que me preocupa, porque é um dos nossos grandes cancros. Sabemos que há corrupção, fala-se de corrupção todos os dias, mas não há resultado palpável de um combate e responsabilização de todos aqueles que praticam actos de corrupção. Eu não me recordo de uma sentença judicial que chegou ao fim, para se condenar alguém que teve de facto práticas de actos de corrupção e crimes conexos.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco governamental, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Eu pedi a palavra, mas antes de dizer o porquê de ter pedido a palavra, confesso desde já que não tenho uma proposta de supressão de rubricas, no sentido de reforçar algo que já está no Orçamento Geral do Estado. Há um provérbio na nossa língua materna que diz: «*Home ku fomi ka da Deçu ku faka*». Tendo

em conta Deus como o mais sagrado, faz-se essa equiparação. Há um outro provérbio que não é da nossa língua materna, muito usado no Brasil, que diz: «cérebro desocupado é oficina do capeta». Meus caros, nós temos, segundo aquilo que disse a Ministra, qualquer coisa como 200 a 270 reclusos. O Governo, ao longo dos tempos, todos nós sabemos, luta em busca de condições para alimentar toda essa população prisional, incluindo, obviamente, como disse muito bem a Sra. Ministra, incluindo os agentes que estão a trabalhar em piquetes. Daí que eu vejo e registo com satisfação a ideia de o Governo criar uma colónia agro-pecuária. Temos que tentar, sim, encontrar mecanismo para que construindo esse espaço, os serviços prisionais possam caminhar no sentido de auto-suficiência. Estou dizendo caminhar nesse sentido, é óbvio que a resposta poderá não ser imediata, mas seria uma forma de desafogar o Orçamento do Estado.

Daí que, no nosso entender, a rubrica que faz menção a construção da unidade prisional de produção agro-pecuária deve continuar. Aí sim, sem propostas, se possível fosse, deveria ser reforçada.

Sr. Presidente, eu refugiar-me-ia na questão de conceitos. Eu fico a pensar em que tipo de reforma se pode fazer, se se pretende uma reforma de fundo num sector como a Justiça. Que tipo de reforma se pode fazer e que acontecerá de um dia para outro? Eu entendi, a Sra. Ministra, quando citou, falou da reforma lenta, numa perspectiva de ser um processo gradativo, um processo faseado. Sendo esse processo faseado, eu creio que desde que cada uma das fases esteja devidamente estruturada, vai sim num sentido ideal, num sentido aceitável. E falar sobre a reforma da Justiça, eu não sei se a Sra. Ministra teve conhecimento de um certo pacote legislativo que fazia menção a reforma da Justiça que foi devolvido, após aprovado por esta Assembleia, na legislatura passada, por Sua Excelência o Presidente da República. Não sei se conhece o pacote, se está por dentro e nos pudesse dizer quais são as razões que estão ou estiveram por detrás da devolução deste pacote. Foi uma famosa reforma da Justiça, mas creio, por causa da tal urgência, tal rapidez, o Sr. Presidente viu-se na necessidade de devolver à Assembleia. Não sei se é só por causa disso, como também tinha lá algumas coisas que, na altura, nós tínhamos chamado atenção, como a Direcção Administrativa e Financeira (DAF) recrutar juízes, etc. A Sra. Ministra, se tiver conhecimento, por favor partilhe connosco.

O Deputado que me antecedeu citou algum aspecto que constitui a minha preocupação. Numas das sessões plenárias, antes da chegada da Covid no nosso país, eu já tinha chamado atenção, falei da necessidade de se clarificar, de se esclarecer, os processos que se encontram na barra da Justiça, dos processos que se encontram no Ministério Público, porquê? Porque no fundo joga-se todo mundo no mesmo saco. Eu insisto, é preciso que o Ministério Público tenha condições, de modo que se possa cobrar mais trabalho, para clarificar todos os processos que por lá passam. Porquê? Porque este ou aquele actor político que é acusado de um determinado processo, enquanto o Ministério Público não avançar com o processo para que os Tribunais possam decidir qual é a sorte do cidadão, ele é tachado de corrupto, de bandido, de a, b, c, d, tudo quanto é mais pejorativo. Claro está, toda a classe política apanha por tabela.

Eu tenho acompanhado as notícias internacionais, há um processo que em São Tomé e Príncipe nós não conhecemos o seu evoluir, porque está nas barras da Justiça, entretanto, eu sei, por exemplo, da leitura de jornais internacionais, que a nível de Angola teve progressos, apontou alguns caminhos. Eu estou a falar porque tem alguma co-relação com algo que nós fomos falando aqui em São Tomé, buscando informações, tem relação com os tais 30 milhões de dólares. Houve um processo de empréstimos pouco claro, com mecanismos que violam a lei da República, por exemplo, não passou da Assembleia Nacional para ter anuência. Todas essas questões que estão na Justiça, é fundamental que sejam clarificadas, para que a pessoa ou o acusado, se for inocente, saia inocentado, acabou-se, ponto final. Se for culpado, pague junto à Justiça, para que a coisa fique clara e as pessoas não continuem, durante muito tempo, tendo que levar a marca. Eu tenho preocupação com esses processos, citei, por exemplo, os 30 milhões de dólares, que estão por clarificar, há outros processos. Eu estou à espera, por exemplo, da parte da saúde. Fala-se de 17 milhões. Se são 17, 16, 200 ou 300, essas coisas devem ficar claras, para que as pessoas não saiam lesadas com a lentidão processual, em determinados sectores do Estado.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Líder Parlamentar do PCD/MDFM-UDD.

Não temos propostas concretas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Maurício Rita.

**O Sr. Maurício Rita (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Caras e Caros Colegas Deputados, Sras. e Srs. Técnicos, todo povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Apenas eu tomo a palavra para reforçar alguns aspectos que eu vejo no Orçamento Geral do Estado, que foram colocados no âmbito da Justiça. Eu entendo, supostamente, que no Grupo Parlamentar do ADI estão a temer os esforços que o Sr. Primeiro-Ministro...

*Murmúrios do ADI.*

... e o seu elenco têm tido, para alavancar o desenvolvimento deste país.

No âmbito da Polícia Judiciária, estive a analisar aqui alguns aspectos. É necessário que reforcemos o desempenho da Polícia Judiciária, sobretudo com meio rolante e alguns equipamentos que eles precisam.

Em São Tomé e Príncipe, é verdade que é necessário que também tenhamos a impressão digital, que vejo aqui e que também está relatado aqui, para nós sabermos como analisar esses factos de verdade.

Eu vejo aqui a questão dos operacionais dos Serviços Prisionais. Essas compras dos armamentos são importantes, sim, no meu entender. São importantes, porque sabemos que há muitos reclusos extremamente violentos. Um operacional dos Serviços Prisionais não vai estar ao lado de um presídio com cassetete. Ele tem que estar com uma arma, para de facto os reclusos temerem.

Por outro lado, vejo a questão do Canavial e Campo Grande, a montagem de centros nesses dois locais, onde vão ter a produção dos alimentos para ajudar a alavancar a economia também, com base nos reclusos, que têm muita necessidade, porque a fonte financeira do próprio Governo só não ajuda. É necessário também que haja apoio desses reclusos lá nos campos, ao nível da pecuária, para também ajudar, porque nós sabemos as dificuldades que existem na cadeia central. Todos nós aqui sabemos. Quem não sabe a dificuldade que existe na cadeia central? Não há necessidade para a Sra. Ministra, às vezes, ter os problemas que tem, estar a tomar cargas fiadas nas lojas. Isso não é normal!

#### *Risos gerais.*

Temos que deixar este Governo trabalhar.

Sobretudo eu vejo aqui que nós temos muitos apoios que são importantes. Aproveitemos esses apoios! E por isso é que muitos primeiros-ministros que passaram aqui andaram a inaugurar casas com pau de caixão, quando deviam construir casas condignas para entregar às pessoas desprovidas financeiramente. Temos que deixar disso, minha gente! O País precisa crescer. Se temos apoios dos parceiros, temos que fazer as coisas como devem ser, para que os parceiros, quando deparamos que estamos a fazermos as coisas com alguma dignidade, possam voltar a nos dar apoios.

Este Governo está a trabalhar com maior transparência possível e não é como aqueles governos que traziam as coisas e entregavam, e não se sabia como é que eram negociadas. Não se sabe como é que foi e supostamente o povo fica, como é que isso apareceu? Donde é que apareceu? Saiu de onde?

Eu felicito este Governo, na pessoa de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, pela forma como tem levado esta governação, com maior transparência possível. É só isso.

Muito obrigado.

#### *Aplausos do MLSTP/PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr. Deputado Maurício Rita.

Como eu havia dito, está-se a ter intervenções na sua maioria genérica. Já passamos esta fase. Agora é fundamental a discussão na base de propostas concretas das acções que estão nas Grandes Opções do Plano e sua correspondência com o Orçamento Geral do Estado. Podem pedir esclarecimentos, mas também apresentar propostas concretas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

**O Sr. José António Miguel (ADI):** — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu tomo a palavra, porquê? Porque o Partido Acção Democrática Independente é um partido de bem. Infelizmente foi citado, alguém dizia que os Deputados do ADI têm medo, quer dizer, eu não sei o que se está a falar exactamente. Os Deputados do ADI têm medo de quê exactamente? Estão a dizer que é preciso que se aloque verba para o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, particularmente para a Polícia Judiciária, para o Ministério Público. Eu também estou de acordo que sim, porque é preciso esclarecer-se as incógnitas que existem nesse país. Nós sabemos que ficaram por esclarecer assuntos como o caso do envelope que circulou nos Tribunais, até agora não sabemos como é que esse assunto ficou resolvido.

**O Sr. Abnildo d' Oliveira (ADI):** — Por isso não pode ser lento.

**O Sr. José António Miguel (ADI):** — E por isso a Justiça precisa ser mais célere, para de facto resolver assuntos que continuam como incógnita no nosso país.

Quando se faz referência à questão dos tais recorrentes valores de 30 milhões, é preciso também não se esquecer. Nós temos outros assuntos que precisam ser esclarecidos. Esses 30 milhões, eu acho que o ministro, na altura, esclareceu, mas o caso de envelopes, por exemplo, que tinha pernas e andaram nos Tribunais; ora tinham pernas, ora tinham asas, até agora não está esclarecido. E nós temos pessoas que estiveram envolvidas nesse processo a assumirem importantes cargos no País. E nós estamos a dizer que agora temos uma melhor imagem do Estado!? Temos isso? Não! Por isso, eu digo às pessoas que é preciso saber o que é que a gente diz, porque há muitos assuntos para serem esclarecidos neste país.

*Applausos do ADI.*

**O Sr. Presidente:** — Voltamos ao mesmo sítio. Falou-se da generalidade, o Sr. Presidente está muito bem. Mas depois vem o Deputado do vosso grupo parlamentar fazer o mesmo. Isso não serve para nada.

*Murmúrios do ADI.*

É necessário mesmo haver um debate sobre a Justiça. É necessário, para esclarecer determinadas questões, porque há muitas questões equivocadas deputados. E um deputado não pode estar a ser ridículo. É muita vergonha, um representante do povo ser ridículo. Ou os pontos focais não estão a dar informações precisas, ou os senhores estão a bater com a cabeça na mesma parede, constantemente.

Não podemos ser casmurros, falar sempre da mesma coisa, quando alguns casos já estão resolvidos. Está a bater numa tecla que já está resolvida. Os Srs. Deputados têm instrumentos, têm competências próprias, enquanto representantes do povo, para perguntar ao sector competente, desde que não esteja sobre segredo da Justiça, quais são as tramitações e o paradeiro de todos os processos. Por quê fazer politiquice? Faça perguntas ao sector competente!

*Murmúrios do ADI.*

Do mesmo modo que temos todos os dias 30 milhões, 17 milhões, do mesmo modo também todos os dias envelopes, todos os dias STP-Trading, todos os dias arroz podre, que já estão resolvidos.

Eu sou obrigado a dizer isso, porque eu percebo as indirectas.

Se os Srs. Deputados têm dúvidas, então vão ao Ministério Público perguntar qual é o ponto de situação do envelope. Na justiça já está resolvido. Estou a dizer publicamente para todo o povo de São Tomé e Príncipe ouvir. O processo de STP-Trading foi arquivado, por falta de provas. Devo dizer sim. Estou a dizer publicamente para todo o povo de São Tomé e Príncipe ouvir. Quando os senhores falam de STP-Trading, a tendência é apontar o dedo ao Delfim.

**Vozes do ADI:** — Não, não!

**O Sr. Presidente:** — Estou a falar claramente. Eu sei disso. Não sou nenhum inocente. Não sou nenhum inocente. Se pensarem que eu sou inocente, estão muito enganados. Por isso, todos os vossos argumentos, todas as vossas indirectas, procurem saber qual é a real situação, porque vocês estão a cair no ridículo. Parece aqueles casmurros que batem com a cabeça na parede, sangram pela cabeça, o sangue corre pelo nariz, pela boca e olhos e não são capazes de desviar os obstáculos. Estão sempre a bater com cabeça no mesmo obstáculo.

*Murmúrios do ADI.*

Eu tenho que me baixar ao vosso nível, para dar resposta do baixo nível que vocês têm. Porque vocês têm baixo nível. Não são capazes de dizer as coisas com clareza, tudo pela indirecta. Seja homem, pelo menos uma vez!

*Risos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

**O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD):** — Sr. Presidente, eu, sinceramente, venho pedir desculpas aos Srs. Deputados da Acção Democrática Independente, por ter trazido aqui uma preocupação que é do povo de São Tomé e Príncipe, no sentido de clarificar os aspectos que estão na Justiça, por clarificar. Eu não quis, em momento algum, ofender a ninguém.

Eu não sabia que esses processos causam tanto incômodo a eles. Peço desculpa às Sras. e aos Srs. Deputados da Acção Democrática Independente, por ter falado deste assunto. Quero desde já prometer que já amanhã, quando formos falar das infra-estruturas, não vou falar também de outros assuntos ligados à má gestão nas empresas públicas, no período 2014/2018. Prometo não fazê-lo.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder às questões.

**O Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus):** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Depois o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul irá falar, bem como a Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos. Mas venho aqui sobretudo por causa daquilo que se disse sobre a justiça, que é um processo progressivo, lento e contínuo.

Eu comprehendo, quando falamos da justiça, estamos num espaço bastante polémico, sobretudo aqui em São Tomé e Príncipe, bastante controverso. Mas não é só aqui. Nós temos que compreender que a justiça humana, por tudo que nós queiramos, é sempre relativa. Nós temos limitações enquanto pecadores. É por isso que se fala também muitas vezes de algumas pessoas, quando se sentem frustradas com a justiça humana e evocam precisamente a justiça divina. Esta, de facto, é lenta, demora, mas acontece. Mas aqui nós temos que ver a justiça como, eu tenho dito, de forma sistémica. A justiça não são só os tribunais, não é só o Ministério Público.

Por isso estamos aqui a falar da Polícia Judiciária, estamos a falar da penitenciária, portanto, é um todo. Se houver alguma fraqueza numa ou noutra instituição, daí que eu concordo com o Deputado Levy Nazaré, no sentido de fortalecermos todas as instituições, de forma que elas sejam mais actuantes, mais céleres, mais eficazes, mais justas, digamos assim. Portanto, isto tem que ser um dever do Governo. Neste país, nós precisamos de despolitizar a Justiça. Se nós repararmos, sempre que há problema com algum político, a Justiça entra em alvoroço. Mas eu creio que estamos todos de acordo, porque temos que dar um basta, temos que quebrar o paradigma.

É preciso começar nalgum sítio a modernização da Justiça. Temos que encontrar caminhos, e aqui penso que a justiça é um espaço de interesse nacional. É por isso que todos os órgãos de soberania, a Presidência, sobre o alto patrocínio do Presidente da República, nós nos fomos encontrando e houve um acordo no dia 11 de Dezembro, com a participação e o patrocínio das Nações Unidas, do PNUD. Acabamos por rubricar precisamente este acordo consensual entre os órgãos de soberania, mas também na presença do Procurador-geral da República, do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Presidente do Tribunal Constitucional, precisamente para darmos corpo a esta reforma.

Foi nessa altura, e é por isso que eu vim aqui, para esclarecer que foi precisamente em princípio de Dezembro que a Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas garantiu-nos que esta projecção orçamental de cerca de um pouco mais de 3 milhões de dólares para a modernização da Justiça, e o PNUD praticamente já conseguiu mobilizar metade desse valor, cerca de 50%. Mas nós fechamos o orçamento em Setembro. Portanto, se houver necessidade de correcção de alguns dados, o faremos, porque dificilmente 1,5 milhão faria a reforma da Justiça.

Era mais para esclarecer esse aspecto.

Peço ao Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul e a Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos para poderem detalhar outros aspectos específicos colocados pelas Sras. e Srs. Deputados.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul e em seguida a Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.

**O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Sr. Presidente, eu acho que deveríamos manter o valor do orçamento que está cá, porque depois do encontro a representante se pronunciou, mas ainda não temos nada formal. Como é um processo e a reforma da Justiça não é só para o ano 2021, encaixa-se muito bem. Eu já estou um pouco ultrapassado.

Relativamente ao processo de produção agrícola, eu acho que devíamos manter o valor e podia-se até melhorar a redacção. Por quê? Porque não são só as sementes, são pesticidas, as alfaias, muita coisa. Eu acho que tendo esses dois centros, é importante que tenham instrumentos, porque as finanças sofrem muita pressão com a alimentação dos reclusos, quando há essas dificuldades. Por isso, eu acho que devíamos manter esses valores.

**O Sr. Presidente:** — Sobre os concursos?

**O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Eu não me queria pronunciar sobre o concurso. Nós temos um programa com o FMI. No programa com o FMI, ficou claro como é que seria a entrada de pessoal, o processo de congelamento, mas se fosse através da Administração do Estado seria efectivamente mais plausível. Muito antes de se iniciar o processo, eu pessoalmente tinha falado com o Sr. Procurador-geral da República e disse-lhe que é mesmo necessário ter mais procuradores e disse a ele qual seria o melhor procedimento.

Só que, do ponto de vista legal, isso parece que não se encaixava, porque se se estivesse a tirar dentro da Administração Pública, não haveria problemas nenhuns. Mas ele disse que isso chocava com a lei do País. Por quê? Porque nós estamos num programa com o FMI e a abertura que deixaram foi fundamentalmente para educação e saúde. E como estávamos em 2020, num processo crucial face à pandemia, não era a altura própria, mas conversamos com a Procuradoria. Estamos a ver uma melhor forma de se resolver o problema.

Porque se se seguisse aquilo que tínhamos sugerido na altura, mas o Sr. Procurador disse que esse recrutamento chocava com a lei, tendo uma rubrica a dizer que poderia ser alguém de Administração do Estado, não haveria problemas nenhuns, seria simplesmente uma transferência. Poderia sofrer uma pequena alteração, porque os magistrados têm um salário um pouco mais alto, mas não afectava o número.

Por isso é que estamos a ver com a Procuradoria como resolver este problema, porque sabemos que é preciso mais procuradores. Há mais juízes. É um processo já antigo, que no princípio estávamos a negociar com o FMI, mas isso já tinha acontecido. Estamos a ver agora como é que vamos resolver esse problema dos magistrados com o nosso parceiro.

Quanto aos funcionários do Ministério Público, não há problemas nenhuns, porque o Sr. Procurador disse que é muito mais fácil, através da Administração do Estado, e não há problemas. Só com os magistrados é que há este problema.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.

**A Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos:** — Sr. Presidente, quando eu pronunciei a palavra «lenta» era no sentido de nós realizarmos a reforma de forma faseada. Ela é progressiva, ela é contínua, mas é faseada, porque nós temos um programa de 2021 a 2023. Nós não iríamos conseguir cumprir o programa todo em 2021. Temos um espaço temporal de 2021 a 2023, por isso utilizei a palavra lenta. No entanto, se houve alguma incompREENSÃO sobre a palavra «lenta», peço imensas desculpas.

Relativamente à questão da instalação da unidade prisional e a produção agro-pecuária, de acordo com o nosso projecto, temos horticultura, agricultura e pecuária. É preciso criarmos uma ala e garantir a instalação prisional para os reclusos habitarem e também para os guardas. Porque se eles desenvolvem a agricultura diariamente e regressam para a Cadeia Central, quem irá tomar conta dessa actividade? Por isso, a ideia é de nós criarmos uma ala. Há uma estrutura lá criada, tanto em Canavial como em Campo Grande, mas nós precisamos de melhorar essas condições. Temos as casas de banho, o dormitório, o refeitório, a cozinha. Portanto, é nesse sentido que nós inscrevemos aqui instalação de uma unidade. Podemos alterar a denominação, mas é preciso termos essa verba.

Relativamente ao Ministério Público, o Sr. Ministro já respondeu.

No que concerne a um magistrado para a Região Autónoma do Príncipe, nós conseguimos nomear e empossar oito magistrados e estão em pleno funcionamento cá em São Tomé e Príncipe. O Magistrado destinado à Região Autónoma do Príncipe já foi nomeado, mas há alguns acertos em termos de condições da sua habitação e também melhoria de algumas condições, em termos de funcionamento do próprio serviço. Mas tudo leva a crer que neste primeiro trimestre de 2021 ele já poderá começar a desempenhar as suas funções em pleno.

A questão em relação à medicina legal, entre os médicos e os magistrados, trata-se de um trabalho que já temos vindo a realizar. Tivemos um encontro com o Bastonário da Ordem dos Médicos, tivemos um encontro com os magistrados do Ministério Público e também os juízes. Não há desentendimentos. É algo que temos que consertar. Por quê? Porque os médicos, quando vão ao Ministério Público ou durante o julgamento, não têm tido um atendimento adequado, ou seja, à altura. Logo, muitas vezes, eles ficam durante horas e horas no corredor, não têm um gabinete. Outra questão também é que eles terão que estar no julgamento para explicar o relatório dos exames periciais. Mas é uma questão que já estamos a trabalhar com essas duas instituições e cremos que tudo será resolvido a breve trecho.

A questão do aumento da violência doméstica, nós estamos a trabalhar na actualização da legislação, intensificámos os trabalhos de informação e de sensibilização.

Sobre a questão que o Sr. Deputado Salvador levantou, às vezes isso acontece, mas estamos a criar condições para minimizar, de forma que isso não volte a acontecer. É um trabalho conjunto entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, a Polícia Nacional e o Ministério Público.

Quanto ao combate à corrupção, no plano de modernização, reforma da Justiça, temos quatro actividades. Temos como resultado a prevenção, o combate à corrupção e a criminalidade associada. Estas são assumidas como prioridade nacional. Dentro deste resultado, temos quatro actividades planificadas, que passo a ler: primeira, elaborar e aprovar a estratégia nacional da prevenção e combate à corrupção e criminalidade associada, incluindo uma série de cursos de treinamento para funcionários respectivos; segunda, realizar um debate alargado sobre a necessidade de alterar a legislação relativa à prevenção e o combate ao fenómeno da corrupção, com apresentação de conclusões; terceira, levar a efeito pelo menos quatro acções de divulgação dos efeitos nefastos da corrupção e criminalidade associada, para o desenvolvimento social e económico do País; quarta, criar um sistema de denúncias anónimas em plataformas informática gerida pela Polícia Judiciária; analisar a legislação relativa ao regime de impedimento e incompatibilidade de titulares de cargos políticos, o seu cumprimento efectivo e a sua adequação.

Por isso eu tinha dito que a reforma é contínua e progressiva. Nós vamos realizar as actividades de forma faseada.

Acho que respondi minimamente.

**O Sr. Presidente:** — Não se pronunciou sobre a proposta do Sr. Deputado Arlindo Ramos, de transferir a verba de aquisição de armamentos para apoio institucional da Polícia Judiciária.

**A Sra. Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos:** — Acho que esta verba é importante e precisa, porque a nível dos serviços prisionais as munições, os armamentos já estão cansados. Talvez pudéssemos pedir autorização ao Ministério da Defesa e Ordem Interna ou então alterar a denominação da rubrica, mas que é importante, é importante.

**O Sr. Presidente:** — Já se havia proposto a transferência da dotação para o Ministério da Defesa e Ordem Interna. Para aquisição de armamento tem de ser este Ministério.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

**O Sr. Arlindo Ramos (ADI):** — Acho que há uma má interpretação daquilo que eu disse sobre aquisição de armamentos, por isso que, à partida, mantenho a minha proposta.

Não é que os Serviços Prisionais não precisam de armamento. Precisam! A única instituição vocacionada, por lei, para controlo e aquisição de armamento é as Forças Armadas, e é isso que eu disse. Em vez de se ter essa verba para aquisição de armamento, se os Serviços Prisionais precisam de armamento, deve solicitar às Forças Armadas os armamentos que precisam. É nesta base que eu pedi que se retirasse a verba, ou se transformasse essa rubrica em apoio institucional à Polícia Judiciária, tendo em conta os aspectos que atrás referi, que é aumentar a capacidade operacional da Polícia Judiciária. Foi só nesta base.

Eu não disse que os Serviços Prisionais não precisam de armamento. Precisam, mas só que não é desta forma que se vai equipar os Serviços Prisionais com armamento.

Por isso que mantenho a minha proposta em anular esta denominação e transformar esta verba em apoio institucional à Polícia Judiciária.

Quero agradecer a Sra. Ministra pelo esclarecimento que deu da instalação de uma Unidade Prisional Agro-pecuária. É isso que eu pedi, um esclarecimento, não disse que não era necessário. Mas queria saber como ela era feita, como vai ser feita, tendo em conta o aspecto de segurança dos próprios reclusos. É nessa base que eu pedi esclarecimento. Como o esclarecimento já foi dado que se vai aproveitar as infraestruturas que existem, criar condições de caserna, condições para que os guardas também se mantenham no lugar, muito bem, não há problema nenhum. Por isso não fiz a proposta para retirar a verba, só pedi esclarecimentos.

**O Sr. Presidente:** — Mantém apenas a proposta, pronunciamento do Governo. Concorda com a proposta, a mudança da descrição? Onde se lê aquisição de armamento para serviços prisionais, deve ler-se apoio institucional à Polícia Judiciária e aos Serviços Prisionais.

Não carece de votação, há consenso?

Portanto, já concluímos o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, passemos ao Ministério da Saúde.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

**O Sr. Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Venho aqui, porque ultimamente nós falámos muito de saúde e talvez agora seja o momento de darmos alguma contribuição ou acertarmos alguma coisa, mas, antes de focar no que trago, tenho uma introdução.

O Sistema Nacional de Saúde, como já havia dito o Sr. Deputado Arlindo Carvalho, não se cinge apenas ao Hospital Central, é todo o sistema do próprio País. Mas quero falar especificamente do Hospital, do Banco de Urgência, onde se recebe logo as pessoas. Sei que num momento da pandemia em que nos encontramos, é quase impossível fazer formação de relações humanas para os médicos e enfermeiros que recebem as pessoas, mas pode-se procurar fazer, como cá na Assembleia temos tido formação por via de videoconferência e mais. Podemos melhorar em termos de consumíveis, medicamentos e o tal paracetamol que tanto se propaga que não há, mas poderemos continuar a ter os problemas de sempre, que em nada nos podem ajudar. Por exemplo, a forma de tratar as pessoas, o modo, as relações humanas; enfermeiros zangando as pessoas, mas atenção, tentando politizar as coisas, porque é deste ou daquele partido. Hoje já se vê até enfermeiros e médicos de diversos partidos, que ganham uma ou outra posição, quando juraram cumprir e atender às pessoas.

Trago este discurso para cá, porque não se cinge somente aos enfermeiros de um lado, porque da forma como está partidizada a Administração Pública, o Sector da Saúde não fica de fora. Vários incidentes, incluindo um presenciei ultimamente. Levei alguém ao hospital, estava ali e depois disseram «este que está cá é deputado», pela forma como eu costumo estar, procurando ser o mais simples possível. «É deputado de que partido?» «É deputado do MLSTP/PSD. «Ah, quero para todos eles morrerem. Que morram lá».

Em suma, Sr. Ministro da Saúde, o aspecto de formação em relações humanas para os nossos enfermeiros e médicos, se pudéssemos procurar aqui uma rubrica para atender a isso, seria uma mais-valia. Podemos trazer todos os consumíveis possíveis, se as pessoas não tiverem o sentido de missão e de responsabilidade para com a saúde, a responsabilidade deve estar em todos os lados, mas a saúde, por ser o aspecto que briga com a vida, acredito que deve ter maior responsabilidade. Daí que estava a ver na rubrica «apoio à Ordem dos Médicos», se pudéssemos também ver na rubrica 67.87 como parte disto, atribuir para formação dos médicos e dos enfermeiros, sobretudo essa relação humana, com a sensibilização.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Ética e deontologia.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Está cá uma expressão médica, «ética e deontologia». Muito obrigado, Sra. Deputada.

Também outra coisa é o roubo de medicamentos e consumíveis. Isso não tem a ver com partido A, partido B. Tem sido algo de já algum tempo e deve procurar-se forma de fiscalizar isso da melhor forma possível. Como é possível alguém que não viajou, não tem ninguém para lhe enviar medicamentos, estar a vender medicamentos e seringas? É nessas coisas que precisamos prestar atenção e, desta forma, quero dizer às Sras. e aos Srs. Deputados que temos agora em mãos o orçamento do Ministério da Saúde, se pudermos contribuir e encontrar aqui alternativas e melhorias, este é o momento, porque quero lançar o desafio a todas as Deputadas e Deputados, para contribuírem seriamente para o orçamento da Saúde.

Se tivermos intervenção há dias, agora é o momento de alterarmos alguma coisa e melhorar. Desafio lançado.

O Sr. **Presidente**: — Referiu-se a um código que não estamos a conseguir localizar no orçamento, 67.87.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — ...e só para corrigir, Sr. Presidente, 66.08, ou então, 30.57. Perdão, eu tinha enganado no número.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

Devo anunciar que às 13 horas vamos suspender a sessão. No entanto, temos que fechar o Ministério da Saúde, também às 13 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, duas questões ou mais me trazem aqui.

Há um problema que existe há anos em relação aos doentes do Príncipe que vêm para São Tomé. No entanto, há também um problema semelhante à requalificação do Hospital Manuel Quaresma Dias da Graça, que está no orçamento do Governo Regional, que todos os anos aparece no Orçamento. Estou a falar da rubrica 31.85 – Construção de casas para acolhimento de doentes e associados. Já houve um tempo em que esta rubrica estava definida como construção de casas para doentes do Príncipe. Agora já não tem essa denominação. Há dois problemas ou mais, aqui nisto.

Bem, aqui, entre os são-tomenses, há sempre essa questão que se diz: «casa não aperta para família», isto por um lado. A família que tem amor, que tem carinho para com a sua família, de facto, mesmo se for aqui no chão, a gente dorme. Mas se nós formos ver a realidade, o espaço físico de determinadas famílias, às vezes, aperta mesmo. Estamos a falar de pessoas que vêm doentes. Será que essas patologias permitem as pessoas estarem junto de outras pessoas? Não será que era necessário que houvesse um espaço onde essas pessoas pudessem ficar? Agora nós temos um exemplo, a história da Covid-19, que obriga ao isolamento, distanciamento e não sei quê.

Por isso, Sr. Ministro, eu tenho algumas questões para lhe colocar em relação a isto. Aqui está «construção de casas para acolhimento de doentes e associados». Que associados? Eu tenho dúvida neste aspecto. Anteriormente, se a memória não me falha, nos Orçamentos anteriores, eram para os doentes do Príncipe. Bem, agora aqui só diz doentes. É necessário clarificar. São doentes de Caué, do Príncipe, de Lembá, de Água Grande? Eu preciso saber.

Agora um apelo, no quadro do apelo que eu tenho feito ao Governo. Não era bom que essa rubrica voltasse ao Orçamento de 2022, porque já está cá há muito tempo. Esta é uma obra necessária. Eu digo isso, porque eu conheço de perto o sofrimento dos filhos do Príncipe que vêm doentes para São Tomé. Passam muito mal, ficam muito mal! Portanto, era bom que de facto houvesse um espaço, porque o direito à saúde é um direito constitucional! Se as pessoas vêm para o Príncipe, é porque o Estado ...

**Uma voz**: — São Tomé.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): —...as pessoas vêm para São Tomé através do Estado. Neste caso, estamos a falar dos representantes do Estado na Região Autónoma do Príncipe, porque o Príncipe não tem condições para dar saúde a essas pessoas. Essas pessoas, obrigatoriamente, têm que vir para São Tomé. É uma obrigação do Estado, tanto é que os sucessivos governos têm constantemente prestado este serviço de aluguer de avião, para casos de emergência, para evacuação, porque é uma matéria do Estado. Mas é necessário que haja continuidade! Há um caso, há doente, o Estado, de facto tem estado a fretar o avião, mas quando chegam aqui, é necessário que haja continuidade. Eu vejo que um dos passos fundamentais para essa continuidade é de facto um espaço físico para que essas pessoas possam ficar. Portanto, principalmente, eu queria saber qual é a denominação: é casa de acolhimento de doentes de onde? E que associados? Apelo que de facto seja construído e eu espero que seja para os doentes do Príncipe.

A última questão, Sr. Ministro, as notícias têm estado a passar sobre o aumento do caso da Covid-19 na Região Autónoma do Príncipe e há necessidade de algumas medidas. Era só para saber... Como não é uma situação nova, em termos do problema em si, porque já se sabia que a Covid-19 existia, mas por muito tempo no Príncipe não tínhamos casos. Não sei se existem medidas orçamentais para fazer face à situação que se vive neste momento na Região Autónoma do Príncipe, em termos da Covid-19.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caras e Caros Colegas Deputados, Srs. Ministros, Srs. Técnicos, muito bom dia.

A minha intervenção vem justamente no quadro da área de Saúde. Eu estive a verificar o Orçamento Geral do Estado na área de Saúde e fiquei com uma preocupação, que o Sr. Ministro da Saúde e o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul têm que me ajudar a entender. Em todo o orçamento da Saúde, eu não vi nada sobre a requalificação do nosso Hospital.

Vão perguntar por que é que ele levanta isto? Porque eu depois fui verificar que há uma verba, código de órgão 11.34, Koweit, com o valor de qualquer coisa como MDbs. 15 869 000 (quinze milhões oitocentos e sessenta e nove mil), quando eu fiz os cálculos, em euros, eu estou a falar em qualquer coisa como Eur. 647 715 (seiscentos e quarenta e sete mil, setecentos e quinze euros). É o valor, se nós quisermos fazer a conversão em euros. A designação que está ali é 60.46 – Melhoria do Sistema Nacional de Saúde. Claro que isso não é requalificação do Hospital. Por quê eu trago aqui esta questão? Há dias, estivemos aqui, muito se falou sobre a questão da saúde, todos nós temos a plena consciência da situação que tem hoje a nossa saúde.

Todos nós temos a plena consciência que o Hospital Ayres de Menezes não está à altura de responder às exigências sanitárias deste país. Há um Sr. Deputado que disse aqui que quando o anterior governo saiu deixou ficar o dinheiro do Hospital, nós temos um orçamento em que não se faz referência ao valor, e o povo ouviu isto! Quando eu vejo o Orçamento, não vejo o valor. No outro dia, disse ao Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização que eu, pessoalmente, queria que o Sr. Ministro explicasse devidamente a questão do Fundo Koweit e a reabilitação do Hospital, porque nós não podemos continuar eternamente a enganar este povo. Nós temos que falar ao povo e com verdade! Quando eu vejo este documento, eu digo, então, o Governo está a enganar-me. Ou o Governo está a enganar-me, ou o Deputado faltou com a verdade.

Portanto, é isto que venho aqui levantar, porque eu vi o Orçamento e não vi nada disto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Joaquim.

O Sr. **Hélder Joaquim** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Antes de entrar no assunto que me traz cá, quero felicitar o Deputado Levy Nazaré, por nos ter ajudado a identificar os verdadeiros corruptos desta Nação.

O Sr. **Abnaldo d'Oliveira** (ADI): — Onde é que está a lista? Os nomes?

O Sr. **Hélder Joaquim** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado, Deputado Levy Nazaré.

*Murmúrios.*

Eu quero também felicitar o meu Governo, por ter retomado um projecto especial, um projecto importante para São Tomé e Príncipe, o Projecto Saúde Para Todos. Um agradecimento muito especial, porque todos nós sabemos quão importante foi esse projecto para a saúde dos sãotomenses. Num passado recente, nós poderíamos ter feito melhor, ter hoje uma saúde, digamos, não 100% melhor, mas a gente teria alguns problemas já solucionados.

Eu quero aproveitar para perguntar ao Sr. Ministro da Saúde quais são os âmbitos desse projecto, se vão continuar com a assistência especializada ou alguma especialidade em alguns distritos e o que é que esse projecto realmente vai trazer para a melhoria da saúde dos sãotomenses, para que no final nós, os Deputados, possamos também controlar e fazer o nosso trabalho.

Eu tenho também uma questão muito importante que tem a ver com uma construção abandonada que está em Cantagalo, na zona de Uba Budo Praia. Nós, os Deputados do MLSTP/PSD do Distrito de Cantagalo, temos debatido sempre com a governação, sobre o que nós queremos com aquela construção abandonada. A resposta que temos sempre é que há uma ONG, a *Humanity Firsty*, que quer utilizar aquele centro para fazer a instalação de um hospital.

Mas nós, os Deputados de Cantagalo do MLSTP/PSD, pensamos que nós próprios podemos fazer as nossas coisas. Nós próprios podemos cuidar da nossa saúde. Não vamos esperar que outros venham fazer isso para nós. E temos hoje uma solução prática. Não vamos esperar que tudo fique só em Água Grande. Eu ouvi um médico dizer que o Sistema de Saúde em São Tomé e Príncipe não é só em Água Grande. Então, não investamos só em Água Grande!

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — É verdade!

O Sr. **Hélder Joaquim** (MLSTP/PSD): — Por quê que só pensamos em Água Grande.

*Aplausos do MLSTP/PSD e PCD/MDFM-UDD.*

Vamos pensar no País. Temos que parar com essas coisas, e não é preciso esperarmos cinco anos! Vamos ter que parar, sim! A meu ver, se for necessário, nós vamos ter que parar com este Orçamento, para nós o adequarmos à situação real dos sãotomenses. É preciso! Nós temos aquele centro que falta pouca coisa para ser instalado.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — É verdade.

O Sr. **Hélder Joaquim** (MLSTP/PSD): — Eu convidei a 3.<sup>a</sup> Comissão. Se as pessoas escutaram atentamente o relatório da 3.<sup>a</sup> Comissão, nós fizemos o relatório e para a saúde entraram 13 recomendações. Este centro está como uma das recomendações urgentes para o Governo, mas não é para esperar que a ONG venha fazer para gente. Nós podemos fazer! É pouca coisa, nós podemos fazer este centro. Por isso, eu tenho aqui uma solução.

O item que fala sobre a melhoria do Sistema de Saúde, com o Fundo de Koweit, que não fique só para a instalação do Hospital Ayres de Menezes. Podemos utilizar a quantia que está aqui estipulada para fazer tudo e muito mais, e resta para fazer os estudos do Hospital Ayres de Menezes ou seja, dá para instalar e fazer os estudos. Eu não tenho o Orçamento da instalação, mas eu creio que os Serviços da Saúde podem fazer o trabalho e anexar a instalação daquele hospital. É preciso que o Ministro da Saúde venha cá dizer se é viável ou não nós próprios instalarmos aquele hospital. Eu quero também que os meus colegas Deputados, que foram Ministros da Saúde, venham dizer se é importante ou não instalarmos um hospital em Cantagalo, que sirva todo o Sul de São Tomé.

Obrigado.

*Aplausos.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a apalavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Eu quase que já fico sem intervenção, porque fui esvaziada. Até pareceu que tivemos um trabalho de casa, fizemos tudo juntos. Mas nem por isso eu deixo de vir cá também dar a minha contribuição, tendo em conta que a minha voz é uma das que se levantou várias vezes aqui para dizer que o estado da saúde não era o melhor, não era o mais desejado.

Com relação ao que nós temos plasmado no Orçamento Geral do Estado, nas rubricas citadas pelos meus antecessores colegas, não vemos qualquer dotação de verba para formação, sensibilização, etc. Isto quanto à prevenção, porque nós sabemos que a questão de saúde não é só doença e tratamento. A prevenção também tem uma grande relevância para uma sociedade que queira ser saudável. Portanto, não havendo nada aqui plasmado com relação à formação de quadros do pessoal da Saúde, eu também gostaria de propor ao Sr. Ministro que aqui no código 11.34, com relação ao Fundo de Koweit, temos cá uma questão muito abrangente, melhoria do Sistema Nacional de Saúde. Começaria por onde? Quais seriam as acções, por um lado?

Por outro lado, falando de pessoas e de saúde, nós sabemos que a questão de saúde é meramente psicológica, independentemente de poder ser física ou não. Eu já estive a conversar com um médico que

me disse que houve um doente que foi ter com ele, que ele não tinha como fazer, porque não havia medicamentos para aquele mal que ele tinha, mas lhe prescreveu um paracetamol, coisa assim, e ele, a partir do momento que recebeu e tomou aquele medicamento, acalmou-se! A forma também como um doente é recebido, muitas vezes, pode acalmar o seu estado de espírito, pode até levar à melhoria. Eu não falo só do Centro Hospitalar, falo também dos centros distritais, tudo quanto é ligado à Saúde. Todas as pessoas que têm o primeiro encontro com o doente devem ser pessoas que, pelo menos, desenvolvem alguma empatia com o doente. Eu já vi casos que nem vale a pena estar aqui a citar, para não começarem a pensar noutras coisas, mas, nem todo o mundo que trabalha na Saúde está preparado para lidar com doentes. Todos podem constatar isso de diversas formas, mas realmente é o que acontece.

Falando de prevenção, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Saúde, houve um primeiro-ministro que, quando defendia alguma questão ligada à saúde/barra bebidas alcoólicas, disse que a população estava doentia, porque as pessoas bebem exageradamente. Eu faço parte da 5.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional, a minha Comissão pretende preparar uma lei, fazer um trabalho legislativo ligado ao uso e consumo exagerado de bebidas alcoólicas. Nós escutámos, conversámos com o Sr. Ministro da Saúde, conversámos com algumas instituições ligadas às questões de bebidas alcoólicas, comportamento, fomos à Região Autónoma do Príncipe, conversámos com várias instituições, toda agente é de opinião que realmente alguma coisa tem que ser feita com relação ao uso exagerado de bebidas alcoólicas. Nós temos muitas doenças que têm estado a aparecer agora, até crianças com hipertensão, diabetes, outros males. Nós temos também que pensar na origem desses males.

Sr. Ministro da Saúde, como é que pensa, com o orçamento que temos em mãos, em debelar esses males, pelo menos aqueles que não são questões muito graves, mas que nós podemos, através de sensibilização, com ajuda de todos, realmente tentar fazer a nossa parte, dar o nosso melhor? A 5.ª Comissão está a fazer a sua parte, mas vamos fazer uma lei, ela vai entrar outra vez na gaveta como todas as outras! Se não houver sensibilização, se não houver pessoas realmente com vontade de ajudar, nada será feito!

É mais ou menos isso, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Saúde, quem sabe eu possa depois voltar a passar aqui.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado.

Até então não temos nenhuma proposta concreta, só pedidos de esclarecimento.

Vamos passar a palavra ao Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Sr. Presidente, eu não trouxe nenhuma proposta, só venho dar a minha opinião, em termos de saúde.

Eu quero felicitar a todas as bancadas, pois considero que as intervenções que foram feitas relativamente à saúde são construtivas, portanto, que também apoio.

Também queria felicitar o Sr. Ministro da Saúde.

Uma voz: — Qual?

O Sr. Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD): — Em 2019, o Sr. Ministro da Saúde fez um bom trabalho, tanto é que ele foi elogiado aqui nesta augusta Assembleia, mas a Covid-19, não só a nível da saúde, descontrolou muitas actividades.

Sr. Presidente, eu não trago propostas, mas quero ver a página 52.67, que diz respeito ao Distrito de Lembá. Desde o ano passado, nós discutimos certas situações dos hospitais, o posto de Santa Catarina e o posto de Diogo Vaz, mas eu não vejo qualquer consideração aqui. Os números que estão cá são irritórios, é por isso que não vale a pena trazer proposta.

Sr. Ministro da Saúde, nós temos uma ambulância, mas não está em condições. A falta de condições das estradas destruiu a ambulância totalmente. Sabe como é o nosso mercado, há bocado compraram uma ponteira, mas, ao transportar um doente, a ponteira desprendeu-se. Ainda bem que nós temos um motorista antigo, que tem muito conhecimento na matéria.

Eu não vejo aqui a compra de ambulância para o Distrito de Lembá.

Uma voz: — Tem!

O Sr. Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD): — Tem? Ah, então, eu peço desculpa.

Bom, eu trago a seguinte proposta: como os Postos de Santa Catarina e de Diogo Vaz ficam mais próximo de Neves, se houver uma ambulância, eu gostaria que fizéssemos a transferência, isto é, reparássemos essa ambulância antiga, entregássemos ao Posto de Santa Catarina, para cobrir Diogo Vaz, que é mais pertinho, entregando ao Hospital de Neves uma ambulância nova.

Portanto, eu quero dizer ao Governo que deve ajudar a Saúde ou, por outra, todos nós devemos ajudar na compra de medicamentos, mas o Governo tem que fazer uma planificação. Essa situação de comprar medicamentos aos bocados traz muita despesa, com os transportes. É necessário que se faça uma compra que dê ao menos para 6 meses, para ver se podemos mudar o paradigma da saúde.

Quero felicitar a todo o povo de São Tomé e Príncipe. Este Governo está empenhado em minimizar a situação deste povo, tenho absoluta certeza. Por isso dou toda a minha vida para este Governo e tenho esperanças que todos juntos possamos mudar o paradigma deste país, a nível social, cultural e económico. Eu espero que possamos dar um passo em frente!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Kêi, a Sra. Ana Rita pediu a palavra há muito tempo.

**O Sr. Presidente:** — Mas não foi o Sr. Deputado que disse para fazer de forma intercalada?

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Não! Dessa maneira? Pode-se fazer intercalado, mas...

**O Sr. Presidente:** — Assim é complicado. O Sr. Deputado pediu para fazer intercalado.

*Murmúrios gerais.*

**O Sr. Presidente:** — Não. Não é isso. Eu quero fazer o equilíbrio que pediu. O senhor é que pediu para fazer equilíbrio.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

**A Sra. Ana Rita (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Falar da saúde em um país onde tudo é prioritário, é muito difícil, mas eu tenho um hábito. Quando tenho muitas prioridades, costumo definir as prioridades das prioridades. O que eu aconselharia o meu colega e amigo Dr. Edgar Neves, o Sr. Ministro da Saúde, é definir prioridades. Há certas realizações que podemos considerar de imediatas e que nós temos a capacidade de executar. Algumas vamos deixar para médio prazo e outras para longo prazo. Eu começaria por definir imediatamente, por exemplo, o problema do aumento de casos da Covid-19. É preciso adoptar medidas urgentes para estagnar ou estancar a propagação do vírus, aumentar a vigilância epidemiológica, fazer a sensibilização, como fizemos há 6 meses. Não sei quais são as outras medidas que o Governo irá adoptar, mas a situação da propagação do vírus é preocupante no País. Por isso, é preciso imediatamente adoptar as medidas.

Eu tenho conhecimento do problema de buster de oxigénio no hospital para preenchimento das botijas. É uma medida que também pode ser resolvida de imediato.

A instalação do sistema de esterilização no hospital. Eu acho que os equipamentos já estão cá. Também pode ser uma medida de imediato.

A instalação do frigorífico lá na morgue também é um problema que pode ser resolvido imediatamente. O Sr. Ministro poderá ver o que é que pode resolver de imediato.

Agora, a médio prazo temos que trabalhar para descongestionar o centro hospitalar. Já foi dito aqui que a saúde não é só o centro hospitalar Ayres de Menezes. Temos aqui plasmado no Programa de Investimento Público verbas como 10.12, 10.42, que são verbas de reabilitação dos centros de saúde. Essas rubricas têm financiamento mais ou menos executáveis. Por isso, a médio prazo, eu sugeria que acabássemos a reabilitação desses centros de saúde, pondo-os em pleno funcionamento, porque reabilitar também e não pôr em pleno funcionamento, não vale a pena ter um elefante branco que não funciona bem. Por isso, se os centros de saúde estão a funcionar bem, lá nos distritos onde aparecerem casos, haverá resposta aos problemas e não haverá necessidade de transferência de tudo para o centro hospitalar.

O Governo, na página 78 das Grandes Opções do Plano, sobre o aprovisionamento dos medicamentos e reagentes, propõe a informatização, para evitar a rotura de stock e outros. Mas eu percorri o Programa de Investimento Público e não vejo nenhuma rubrica que diga onde está um valor, uma dotação orçamental, para esse sistema informático que vai fazer o controlo do stock dos medicamentos e reagentes hospitalares.

Também sobre a formação e capacitação do pessoal da saúde, o que já foi dito aqui, eu não vi nenhuma rubrica que está dotada para esse fim, mas estão plasmadas nas Grandes Opções do Plano. Sendo a formação, capacitação e gestão dos recursos humanos importante para a Saúde, o Sr. Ministro ainda não esclareceu, mas eu gostaria que contemplasse alguma verba para isso.

Fico por aqui por enquanto.

Obrigada.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, antes quero cumprimentar o Sr. Ministro, companheiro, um ex-quadro do Partido ADI. Por razões, sabe, *familia tê quatlu patxi*, há amigos que são amigos e há primos que são primos, então, é meu primo também. Mas o facto de sermos amigos, família, termos coesão, nada de ódio, não significa que tudo tenha que ser unânime. Temos pensamentos diferentes. Aliás, é por isso que eu tenho um irmão que é Secretário-geral Adjunto do MLSTP/PSD. É meu irmão, mas nós temos pensamentos diferentes.

O que é que eu quero dizer com isso? Apenas um conselho: *Sum Ministru ê, tomá stensu ô! Punda lêdê dalami sa awa.* Prepararam aí um debate de urgência sobre a Saúde, Sr. Ministro, *vijubwê*. Por quê? Já se tinha o Orçamento em mãos, mas não se estava a ver nenhuma medida que ia resolver o problema da Saúde. Por isso, começou-se a pedir debate de urgência. Então, é só um alerta ao Ministro.

Mas eu quero aqui duas notas: quanto à rubrica 60.46 sobre a questão do Fundo do Koweit, eu disse aqui na minha intervenção anterior que, enquanto eu vier fazer intervenção aqui, em todas as plenárias, eu vou pedir o hospital. E a minha nota introdutória é, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Saúde, eu quero um hospital! Eu tenho a firme confiança de que todo o entendimento e a classe intelectual, sobretudo o pessoal da Saúde, sabe que a Saúde não é só o Hospital Central. Todos estamos de acordo. O Sistema de Saúde não é só Hospital Central. É necessário ver os postos, é necessário ver os técnicos, etc.

Mas preocupa-me como é que um país que pretende ter uma economia robusta e que pretende ter um turismo sustentável não confere àqueles que o visita um hospital de referência, para lhes dar segurança. Por isso, justifico o meu pedido de termos um hospital de referência. Isto é pensar no País, é pensar na economia. Às vezes, quando fazemos esse pedido, pensa-se que se está a fazer politiquice. Não, é pensar no País!

Os outros já levantaram a questão e eu também reforço: como é que o Sr. Ministro da Saúde justifica essa verba do Fundo do Koweit, no montante que está cá de 15 milhões de dobras? 15 milhões de dobras, se nós fizermos uma conversão em euro, nós estamos a falar em números, mais ou menos, 600 000 euros. Então, o que é que aconteceu com o Fundo do Koweit, nessa nova renegociação? O fundo do Koweit diminuiu agora para 600 000 ou é para a amortização da dívida do projecto? Eu não sei. Eu quero uma explicação, porque, na verdade, o que está aqui é que o Governo desistiu de requalificar o Hospital Central com o Fundo do Koweit. O que está no Orçamento, o Governo desistiu. Por quê? Então, se não desistiu, este Orçamento terá que ser refeito. Então, alguma coisa não está a bater bem. Eu gostaria de ter essa explicação, meu primo, meu amigo, meu companheiro.

Para terminar, a saúde curativa é muito cara. Tendo em conta a nossa realidade, nós não temos recursos suficientes para enveredarmos numa política de saúde curativa. É extremamente caro ter um hospital de referência com todos os apetrechamentos, em todos os sectores. Nós sabemos, mas precisamos de ter, pelo menos, uma unidade de referência. Daí que reforço o que a Sra. Deputada Celmira avançou. Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Saúde, é necessário nós termos uma visão e uma política sobre o aspecto da saúde preventiva. Há muita gente com idade tenra a ter doenças crónicas não transmissíveis, como a hipertensão e diabetes. Nós mudamos o hábito alimentar. O que é necessário fazer? É necessário que o Sector da Saúde veja para isso como uma questão séria, porque há muita gente a morrer do nada.

Nós falamos da nossa medicina tradicional. O que é feito dela? Qual é a visão do Governo? Como é que nós podemos explorar, tirar a maior vantagem, a palavra é essa, das sabedorias que nós temos. Portanto, se nós não temos recursos, como nós não temos recursos, dependemos de ajuda externa, é necessário fazer-se alguma coisa, porque na saúde preventiva gastamos menos.

E termino mesmo, agora sim, com a questão de Saúde para Todos. Nunca estive contra o Projecto Saúde para Todos. É um bom projecto e graças a ele tem-se feito várias intervenções cirúrgicas, nesses programas e nessas visitas que os médicos especialistas vêm fazer, mas pensamos que precisamos mais. Este projecto não pode ficar apenas em fornecer medicamentos e trazer médicos estrangeiros, fazer operação e irem-se embora. E quando projecto terminar? Nós estamos a falar de capacitação de quadros. É necessário, numa questão sustentável, enquanto decorre o projecto, também ter alguma coisa para formar os nossos quadros. É verdade, quando os médicos vêm, há cirurgia que eles fazem em conjunto também, é formação, mas os estágios profissionais também ajudam a classe médica. Por que é que muitos vêm e os nossos não vão para lá também embeber um pouco deles? É isso que estamos a pedir.

Saúde para Todos precisa melhorar, Sr. Ministro da Saúde.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o elenco governamental, Caras e Caros Colegas Deputados, Sras. e Srs. Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação, muito boa tarde.

Tendo em conta que é a primeira vez a tomar a palavra este ano, desejo um bom ano a todos e que terminemos este ano com realizações, segundo os nossos sonhos, se assim for.

Sr. Ministro da Saúde, eu tomo a palavra, cingindo-me às Grandes Opções do Plano, na página 78, onde vejo, no 5.º item, «prestar especial atenção aos programas nacionais de saúde sexual e reprodutiva e luta contra doenças não transmissíveis». Ao ver o Programa de Investimento Público, há uma especificação aqui na rubrica 23.40, «assistência infantil e imunização». Nós sabemos que é uma actividade ligada à saúde reprodutiva, sim, mas quando nós falamos de saúde reprodutiva, nela encaixa muito mais actividades. Temos actividades de planeamento familiar, saúde da mulher na idade fértil e consulta de adolescentes. Portanto, como vi isto, sei que a imunização e assistência infantil estão ligadas à saúde reprodutiva, gostaria que fosse mais abrangente. Caso contrário, proponho que haja uma linha orçamental para o programa de saúde sexual reprodutiva, que é um pouco mais abrangente, entra jovens, despistagem, entra aconselhamento, planeamento familiar e outras actividades. Por isso mesmo, eu gostaria de obter um esclarecimento, relativamente a este aspecto, por um lado.

Por outro lado, Sr. Primeiro-Ministro, nós temos situações que, na realidade, vários colegas já vieram cá falar, relativamente ao Sistema Nacional de Saúde. Claro que o Sistema Nacional de Saúde não se cinge apenas ao hospital, mas é para o hospital que sabemos que a maioria dos doentes, quando nós não temos meios ao nível do distrito, são transferidos. Isto não quer dizer que nós não temos que dar atenção a cuidados primários, a pensão primária. Nós temos que ver o hospital como a nossa porta de entrada. Falo isso porquê? Porque há dias estávamos num pequeno encontro, em que se falou que as casas de banho do hospital, sobretudo as do bloco operatório, estão avariadas. Os doentes saem à varanda e para fora e fazem lá as necessidades. Portanto, isso é muito mal para nós. Se quisermos falar de atenção primária, onde falamos da prevenção, sabemos, quando as pessoas, por exemplo, urinam ou defecam na rua, que outras doenças também nós poderemos ter. Por isso mesmo, eu peço que, na rubrica «melhoria do Sistema Nacional de Saúde, se não houver uma verba alocada ou se o Ministério ainda não pensou numa verba a alocar para fazer essa reabilitação, que pense nisso, porque é uma actividade urgente. Nós não podemos ter doentes internados, sem casas de banhos para fazerem as necessidades, por um lado.

Por outro lado, eu vejo aqui também a reabilitação do Centro de Saúde de Lobata. É de confessar que são três ou quatro orçamentos que vêm para esta augusta Assembleia com reabilitação desse mesmo centro. Portanto, eu espero que desta vez, na realidade, façam a reabilitação, porque urge. Se não, poderá acontecer coisas que nós não queremos que aconteçam. O tecto está a ruir, eu sei que já ao longo dos anos, nós pedimos para que se fizesse a reabilitação, e isso não vem de hoje. Espero que, como falou aqui uma colega, o Ministério da Saúde tem muitos problemas, o Sr. Ministro priorize os problemas. Há coisas que se tem que fazer urgentemente e há coisas que se tem que fazer a médio e longo prazos. São essas preocupações que eu tenho e vim cá informar-vos. Todavia, fico à espera da informação do Sr. Ministro, relativamente à questão do Programa Nacional de Saúde Reprodutiva.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente Levy Nazaré.

O Sr. Levy Nazaré (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de dizer-lhe que não trago uma proposta de alteração de rubrica, tira daqui mete lá. Se nós formos ver o orçamento do Ministério em causa, em todas as rubricas, a fonte de financiamento é externa, nada vem do Tesouro, nada vem do nosso sacrifício, mas também o Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural e o Ministério da Educação e Ensino Superior, salvo erro, são Ministérios em que tudo vem de fora.

Mas o que me preocupa é que aquele ditado que se diz que os dirigentes vêm do povo. Este Orçamento demonstra isso. Hoje todos constatamos que o povo se relaxou demais com a pandemia, e se nós andarmos nas nossas ruas nós nos apercebemos disso, deveu-se a algo divino que nos protege, que fez com que não tivéssemos mais mortos que aquilo que era suposto ser. Por isso, o povo se relaxou. Eu fico com a sensação de que o Governo também se relaxou. Se houvesse as mortes que se pensava, nós não teríamos um orçamento deste. Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Saúde, Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, honestamente, eu fico decepcionado.

Depois de tudo que se falou no ano transacto sobre a prioridade das prioridades na Saúde, encontrar um orçamento deste? Como é possível, depois de tudo que se falou e tudo que aconteceu, a forma como a pandemia veio nos mostrar a situação do nosso Sistema Nacional de Saúde, nós termos um Ministério da Saúde com um orçamento total de 173 mil milhões e o Ministério de Infra-estruturas e Recursos Naturais, com um orçamento total de 371 mil milhões! Eu não consigo perceber isso. Depois de tudo que se falou? Diferença é de 200 mil milhões de um ministério para outro, numa altura pandémica que nós estamos a viver?! Eu não consigo perceber. Honestamente que eu estava à espera que o Ministério da Saúde fosse o ministério com mais valor, com mais verba neste Orçamento.

*Aplausos do ADI.*

Ou pelo menos para equilibrar com o Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais.

Agora, rubrica por rubrica. Nós temos, por exemplo, o Ministério de Infra-estruturas e Recursos Naturais, com várias rubricas, parece que se espalhou as rubricas, para ficar tipo escondido, sobre água: 31.59 –

Abastecimento de água potável às populações. Só diz às populações. Depois, 51.38 – Abastecimento de água à população de Palmar Correia.

Já está a especificar uma zona concreta. Depois, reabilitação e extensão de sistema de abastecimento de água a Ribeira Afonso. Uma zona concreta. Depois, programa de melhoria de indicadores e abastecimento de água, São Tomé e Príncipe. Eu não sei o que é que isso significa. Quer dizer, está..., sinceramente, e com valores avultados. Temos 65.10 – Melhoria do indicador do Sector de Água e Saneamento, 17 mil milhões. Eu não consigo perceber esse orçamento. A comparação desses dois ministérios, não consigo, honestamente, perceber o que é que nós estamos aqui a fazer, e isso me choca. Falou-se tanto, quando infelizmente faleceu o meu colega da faculdade, o Presidente do Tribunal de Contas. Falou-se tanta coisa sobre a nossa realidade, aquilo que é mais importante, que briga com a vida, e temos essa disparidade de um ministério e outro.

Sr. Primeiro-Ministro, como já foi dito por algumas colegas Sras. Deputadas, há prioridades e tudo é prioritário neste país. Eu já sei e vai-me dizer, tudo é prioritário, mas há prioridade das prioridades. Há coisas que estão no Ministério de Infra-estruturas que devia esperar, esperar mesmo. A palavra é esperar e dar mais dinheiro à Saúde este ano, muito mais que aquilo que está atribuído à Saúde. Nós temos 10 mil milhões para construção de casas sociais. Construção de casas sociais para este ano é prioritária em relação à Saúde? 10 mil milhões? Construção de casas sociais?

Por isso, esse devia ser orçamento, na minha opinião, que sou político, para o próximo ano, porque vamos ter eleições legislativas em 2022 e talvez até lá já acabou a pandemia. Esse parece ser um orçamento para campanha.

Então, eu não trago propostas nenhuma, mas vim mostrar a minha indignação para com este orçamento e o valor que se atribuiu ao Ministério da Saúde. O que é que valeu essas palmas todas que nós batemos para o Sr. Ministro da Saúde, para os técnicos de saúde, etc., quando eles precisam de dinheiro e não lhes estamos a dar dinheiro? Estamos a dar dinheiro ao Ministério de Infra-estruturas e Recursos Naturais!

O Sr. Presidente: — Sras. e Srs. Deputados, já não temos tempo, chegamos às 13 horas. Nós temos que tomar uma decisão. Esgotarmos os inscritos, porque temos que suspender com o Ministério da Saúde concluído. Podemos também ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, porque aqui as questões que foram levantadas, quer do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, do ADI e quer do Deputado da Coligação, vamos ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, porque pressupõe um rearranjo ao orçamento da Saúde.

Não há propostas concretas, mas há questões que foram levantadas que são preocupantes. E se são preocupantes, vamos ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, para fazer o rearranjo.

Não havendo proposta concreta nesta fase, passa-se. Trata-se de uma questão que nos toca a todos e estamos todos preocupados. A questão da pandemia do coronavírus está no nosso país, a segunda vaga, se calhar, vai ser muito mais preocupante do que aquilo que nós já sofremos. Recebi aqui uma mensagem de uma Deputada do Príncipe, dizendo que já está em 18 casos confirmados positivos, onde não tinha nada.

Portanto, pelas questões que foram aqui levantadas, eu proponho que oíçamos o Sr. Primeiro-Ministro. Depois disso, podemos continuar ou suspender o Ministério da Saúde, para fazer um rearranjo e nos trazer um orçamento completamente diferente, tendo em conta a situação que estamos a viver hoje, e não sabemos qual vai ser a sua evolução no futuro até o final do ano.

Alguma reacção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, é verdade que não houve proposta concreta, mas nós colocámos vários pedidos de esclarecimento que são fundamentais. É uma área chave, prioridade das prioridades. Como anunciou Sua Excelência o Presidente que o Governo pretende fazer um arranjo, se tem esse arranjo já feito, tudo bem, o Primeiro-Ministro pode fazê-lo. Mas se não tem, nós optaríamos pela suspensão, iríamos ao almoço, enquanto os técnicos, uma coisa ou outra, podiam fazer esse trabalho, e o Governo podia dar-nos essa explicação. Faríamos dois em um.

O Sr. Presidente: — O Governo já tem um arranjo. O que eu disse é que, nesta fase, não havendo propostas concretas, se são preocupações, o Ministro pode esclarecer e fica como está. Mas como se trata de um Ministério que tem situações transversais e que todos nós estamos preocupados, eu proponho que ouçamos o Sr. Primeiro-Ministro. Em função da comunicação do Sr. Primeiro-Ministro, continuamos ou suspendemos.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, obrigado pela sua indulgência.

Eu pedi a palavra na sequência da intervenção do último orador, o Deputado Levy Nazaré, que me pareceu indignado. Era no sentido de nós recentrarmos este debate. Nós temos estado a registar as várias questões colocadas, o que nós agradecemos, há necessidade, possivelmente, de um ou outro arranjo, um

ou outro redimensionamento, mas eu não posso, de forma nenhuma, concordar com esse tipo de indignação, que pode levar a alguma confusão, mesmo na cabeça da própria população.

Ninguém pode brincar com a saúde, muito menos, agora, neste momento da pandemia, porque a pandemia não brinca com ninguém! E nós temos estado a ver isto: ricos, portanto, muitas vidas que são ceifadas pelo mundo fora. Vamos dando graças a Deus, mas se eu dou graças a Deus, porque eu sou crente, acredito de facto na força dos nossos santos, eu tenho que acreditar também na capacidade dos homens, tudo aquilo que foi feito durante esses últimos 9 meses! Se essas medidas não fossem tomadas, medidas políticas, n reuniões, nós não estaríamos, só com Deus, é verdade que Deus tem estado a ajudar, na situação em que estamos.

Então, afinal de contas, todos nós, políticos governantes, os vários actores sociais, culturais, empresariais, a comunidade internacional, ninguém fez nada, para que tivéssemos hoje 17 mortos?! Portanto, houve política, sim. Fomos madrugadores! Em Março, quando confinámos, quando adoptámos o estado de emergência, com a cumplicidade de todos os órgãos de soberania, inclusivamente a Assembleia Nacional, que teve que legislar de emergência, tudo isso tem que ser recordado. Nós não podemos ter amnésia em relação a isto.

*Murmúrios do ADI.*

Portanto, nós temos que lembrar aquilo que foi a intervenção dos vários actores.

*Murmúrios do ADI.*

Portanto, como eu dizia e tenho dito: nós não podemos fazer política e politiquice com a saúde! Estamos a falar de uma coisa muito séria, e se nós estamos aqui hoje é porque estamos vivos, é graças à saúde. Portanto, não é brincadeira nenhuma, e o Governo assume a saúde como prioridade mãe, neste momento. Nós estamos na segunda vaga! Há uma recrudescência da pandemia. O Príncipe que não tinha, já está a começar a ter casos! Há uma equipa da Saúde que partiu para o Príncipe. Vamos ter que adoptar, nos próximos tempos, medidas mais restritivas, possivelmente um estado de emergência para o Príncipe. Tudo isto mostra a preocupação que se tem em relação à saúde.

Agora, esse desfasamento que existe entre o orçamento das infra-estruturas e o orçamento da Saúde é perfeitamente compreensível. A água, se eu não invisto na água, portanto, no fundo falou-se aqui da saúde preventiva! O investimento na água é uma forma de saúde preventiva, porque se não eu terei muitas doenças de forro hídrico; se não eu terei mais problemas de rins e outros problemas. Por isso mesmo, nós temos esses investimentos, por exemplo, em relação à água.

Em relação a vias de acesso, nós estamos a falar de um país praticamente virgem, que precisa de ser infra-estruturado. Se eu não tiver estradas, há pouco tempo o Deputado Felisberto Afonso falava do desgaste da ambulância, relativamente à Estrada n.º 1. Se eu não reparo as estradas, como é que a ambulância circula?! Como é que a ambulância traz o doente para o hospital?! Portanto, é preciso vermos a própria saúde como parte de um todo sistémico. É neste sentido. Eu pergunto, pegar todo o Orçamento neste momento e colocar, deu o exemplo, de facto, do malogrado Presidente do Tribunal de Contas. Eu pego numa parte do Orçamento para comprar um avião-ambulância, neste momento? As prioridades são tantas! Agora, vamos ver aquilo que é possível, mas é preciso colocar as coisas com alguma justeza, para as pessoas perceberem, porque se não depois torna-se num debate muito confuso! Portanto, eu estou disponível, o Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul vai responder às preocupações, o Ministro da Saúde também fará o mesmo, mas é preciso recentrar este debate, dure o tempo que durar! Se for para passarmos a tarde toda só a discutir sobre a Saúde, em termos de um mini debate, faremos, ...

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

...porque temos que sair daqui com uma solução.

Estão a dar-me o exemplo das casas sociais. Eu disse que nem tudo entra no Orçamento! As casas sociais vêm no quadro daqueles projectos da China.

Em relação ao hospital, a construção do novo hospital, os dois Ministros vão falar com mais detalhes técnicos. É um processo que nós começámos e, certamente, a parte daquilo que está espelhado no Orçamento é o início. De um dia para outro, eu não consigo ter um hospital acabado. Essas obras são obras de fundo, que levam algum tempo. E querer dizer que tudo na Saúde se resolve de um dia para outro, é preciso maior seriedade em tudo isto, se faz favor!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

**O Sr. Presidente:** — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Após a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, vamos ter que continuar a ouvir.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré, para réplica.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — O Sr. Primeiro-Ministro está a fazer política com a saúde! Pediu para não fazer política com a saúde, mas está a fazê-lo! Quebrou a regra do jogo!

**O Sr. Levy Nazaré (ADI)** — Sr. Presidente, antes de mais, gostaria de começar por uma intervenção de um deputado. Eu também fico triste, porque quando eu pedi, noutro dia que usei da palavra, que em vez de palmas eu preferia que as pessoas percebessem o alcance da minha intervenção, infelizmente, algumas pessoas não perceberam e o Deputado que usou da palavra, dizendo que eu demonstrei o maior corrupto, etc., também não percebeu o alcance da minha palavra.

Quanto ao Sr. Primeiro-Ministro, desde sempre, nós não nos conhecemos hoje, eu tenho uma grande admiração por si e sabe que também eu acredito que também deva ter essa mesma admiração por mim. Aliás, quando acusavam o ADI de falta de debate político, que fugia ao debate, nós estivemos num debate na Rádio Jubilar, organizado pelo Sr. Eugénio Tiny, em que lá discutimos, de facto, as nossas opiniões, os nossos pontos de vista, eu a representar o meu Partido ADI e o senhor a representar o seu Partido, MLSTP/PSD. Durante todo o debate, nós apresentámos as nossas ideias, sem ofensas, com a elegância devida, e até quando acabámos o debate, lá fora ainda ficámos a conversar. Assim deve ser a democracia.

Quando eu usei da palavra, a primeira vez, disse que estava triste. Eu fiquei ainda mais triste com a sua reacção na parte introdutória, porque felizmente os nossos debates estão a ser acompanhados por muita gente. As pessoas que ouviram a minha intervenção sobre a saúde, há pouco tempo, sabem que eu não fiz politiquice! E se eu mostrei a minha indignação, vão perceber porquê! Mas eu deixo que os próprios ouvintes tirem a sua conclusão. A parte que me incomodou, honestamente, Sr. Primeiro-Ministro, é saber que essas preocupações que eu trago aqui é por amnésia!

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Nós temos mais inscritos.

Vamos passar a palavra ao Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, se houver alguma inovação que possa dar respostas às preocupações das Sras. e Srs. Deputados, para podermos encerrar. Se não for o caso disso, vamos suspender após a intervenção do Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul e retomar às 14 horas e 30 minutos, com os Deputados inscritos.

**O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Sr. Presidente, venho apresentar simplesmente duas questões. Uma tem a ver com a preocupação legítima do Deputado Levy Nazaré, relativamente aos investimentos e o peso das obras públicas. Infelizmente, o acordo que nós temos com a União Europeia tem muito a ver com o saneamento básico e o abastecimento de água às escolas e aos postos médicos, ou seja, à Saúde. Por isso, a rubrica está afecta aos montantes da União Europeia. É o acordo existente no programa que nós temos com a União Europeia, então, esses montantes têm que ser canalizados. Eles acompanham a execução que têm a ver com os postos médicos, as escolas e a canalização da água para essas instituições.

Quanto às casas sociais, estão cá os valores que têm muito a ver com as obras sociais, em curso, que a China vai construindo. Então, tem-se que reflectir no Orçamento. Isso pesa muito no Orçamento das Infra-estruturas, mas nós, nessa preocupação, na rubrica Encargos Gerais do Estado, ontem, nós tirámos um valor, cerca de 3 milhões. Nós temos um montante de 101 milhões para a Covid. Está para Covid-19, justamente para vermos como é que podemos resolver os problemas da Covid-19 que aparecem a qualquer momento e que nós não sabemos, efectivamente, a sua dimensão.

Por isso, eu queria dizer que é uma preocupação legítima, porque nós também, na elaboração do Orçamento, estávamos preocupados, a saúde poderia estar com um valor mais avultado, mas os das infra-estruturas são valores com compromissos quase já assumidos, a Estrada n.º 1. São valores efectivamente altos que oneram este Orçamento.

Bom, Sr. Presidente, já que estamos aqui a falar e o povo está a ouvir, é para dizer que a rubrica que tem a ver com melhoria do Sistema Nacional de Saúde, com o Fundo do Koweit, essa descrição vem exactamente desde 2017. Nós não a alterámos, porque é a nomenclatura «Melhoria do Sistema Nacional de Saúde, com o Fundo do Koweit, para a reabilitação do Hospital. É a descrição que sempre existiu!

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Pode continuar!

**O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Vou agora continuar, nós estamos a fazer um Orçamento exequível, objectivo!

Também para dizer ao povo de São Tomé e Príncipe que já não existem 17 milhões!

**Uma voz do ADI:** — Isso já se sabe.

**O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Eu estou a falar, estou no uso da palavra! 300 milhões de dólares já foram desembolsados...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — 300 000 dólares!

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Aliás, 300 000 dólares já foram desembolsados e nós não temos projecto nenhum.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Isso já se sabe!

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Eu estou a explicar, para o povo ouvir!

**Uma voz**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Porque nós não temos projecto nenhum e o valor que foi da elaboração do contrato para o projecto era de cerca de um milhão e poucos mil. Na negociação com o Fundo do Koweit, para este ano, está-se a elaborar o projecto. Vai-se começar a elaborar o projecto, não temos projecto nenhum, não há nada! Então, o montante está cá, era um processo anterior! O Fundo do Koweit disse que seleccionaram 10 empresas para o Estado escolher uma, o Estado não escolheu nenhuma! Foi pegar *Feedback*.

**Uma voz**: — Já ouviram.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Eu estou agora a acabar o meu raciocínio.

Nós estamos com o Fundo do Koweit, agora, a ver a possibilidade de, porque estava orçamentado um milhão e tal para estudos, já desapareceram 300, com 600 000 se conseguir elaborar o projecto. Bom, é o montante que está cá!

Eu quero explicar o seguinte: nós chamámos o Fundo do Koweit para vir a São Tomé, veio e informou-nos tudo, disse-nos tudo o que fez. Pedimos que a empresa *Feedback* viesse para São Tomé, não veio, não nos deu satisfação! Mandou umas mensagens por e-mail, nós respondemos.

O Fundo do Koweit disse: se derem prazo à *Feedback*, se ela não responder, com esta diferença de valor, enviem o processo ao Ministério Público, continuem o processo connosco. Nós fizemos isso. E disseram: Olha, o governo cessante não cumpriu os procedimentos que era criar o comité, unidade e tudo mais. Criem tudo isso, para fazermos como deve ser. Fizemos isso. Criamos tudo o que Fundo do Koweit pediu. Por isso é que o Sr. Engenheiro Tomaz...

**Uma voz**: — Vera Cruz.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — ...Vera Cruz foi indicado como coordenador do Comité, que está a trabalhar com o Fundo do Koweit. Pediram-nos todas as indicações, nós, para cumprirmos todos os procedimentos, mandámos uma nota à *Feedback* a solicitar: meus senhores, querem trabalhar connosco, querem continuar o projecto? Dêem-nos aquilo que vocês têm. Simplesmente, não, simplesmente, não! Então, através do Comité e com o Fundo do Koweit, estão a trabalhar no sentido de se iniciar o projecto, mas com o concurso público que o próprio Fundo do Koweit vai orientar o País a desenvolver, por se tratar de uma obra que é efectivamente específica!

Era só para dizer que essa empresa ou qualquer empresa de consultoria, conforme o acordo, deve ter um escritório em São Tomé e Príncipe, para que tudo seja acompanhado aqui e aconselhar até o Governo sobre o que fazer. Por isso é que eu queria dizer que o montante que está cá é o montante que nós analisámos com o Fundo do Koweit, que vai servir para a elaboração do projecto. E também dizer que todos os meses o Estado está a pagar os juros pelo valor desembolsado. Não temos nada disto.

Muito obrigado.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Pelos vistos, vamos ter que suspender. Temos ainda sete inscritos e estou a ver mãos estranhas a levantar.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Estranhas?!

O Sr. **Presidente**: — Estranhas à lista que eu tenho cá. Estranhas à lista.

*Murmúrios do ADI.*

Temos também o Ministro que está à espera. Eu gostaria de saber se vamos continuar ou se suspendemos.

*Murmúrios.*

Bom, vamos suspender por uma hora, retomaremos às 14 horas e 30 minutos.

*Eram 13 horas e 16 minutos.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 14 horas e 41 minutos.*

Peço ao Sr. Secretário para confirmar o quórum.

O Sr. **Secretário** (Elálcio da Marta): — Sr. Presidente, confirma-se a presença de 51 Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, temos 51 Deputados na Sala. Como havia dito, tínhamos sete inscritos. Alguns Deputados estavam a levantar os braços, manifestando interesse em intervir. Temos ainda, para além do Ministério da Saúde, mais três Ministérios a analisar, nota-se efectivamente interesse e a preocupação dos Deputados em intervir nos Ministérios da Saúde e da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.

Contrariamente ao que se estava a pensar, *lêdê di alami sa awa*, nota-se que havia mesmo a necessidade de um debate antecipado sobre a Saúde e a Justiça. Se calhar, dissipávamos todas dúvidas e ganharíamos tempo, na análise dos orçamentos destes dois sectores, na especialidade. No entanto, vamos continuar a ouvir os Deputados inscritos. Vou recapitular os nomes dos Deputados inscritos, para saber se alguém irá desistir. Pode ser que haja quem desista. Portanto, Raúl Cardoso, mantém-se.

Danilson Cotú, desiste. Danilo Santos, mantém-se. Esmaiel Espírito Santo, não está na Sala. Óscar Gina, mantém-se. Carlos Correia, Orlando da Mata, não estão. Elálcio, mantém-se. Abnildo d'Oliveira e António Barros, já haviam falado, mantém-se. Maiquel Espírito Santo, sim, mantém-se. Portanto, temos oito confirmados. Vamos continuar, dando a palavra imediatamente ao Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu venho cá, no quadro da pergunta que fiz ao Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, para lhe agradecer pela resposta. Eu estou devidamente esclarecido sobre essa matéria, mas agora há uma questão que disse aqui o Sr. Ministro, é isso que eu apelava a todos nós, enquanto Deputados, ao nosso bom senso, à nossa consciência. Meus senhores, 300 000 dólares foram utilizados, o estudo não existe. Quem vai pagar os 300 000 dólares?

**Uma voz**: — Outra vez?!

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Não, mas isto não é brincadeira, meus senhores! Não me venham dizer outra vez, porque o dinheiro saiu. Hoje, chega-se à conclusão de que não existe qualquer estudo, mas se utilizou o dinheiro. É uma dívida para o Estado sâo-tomense. Quem paga esse dinheiro?

É por isto que eu gostaria de apelar ao nosso bom-senso e ao nosso sentido de responsabilidade, enquanto dignos representantes deste povo.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Raúl Cardoso.

Volto a perguntar ao Sr. Deputado Orlando da Mata, já que está na Sala, se vai manter a sua inscrição. Mantém?

O Sr. **Orlando da Mata** (ADI): — Sim!

O Sr. **Presidente**: — Então, tem a palavra.

O Sr. **Orlando da Mata** (ADI): — Sr. Presidente, tomo a palavra, porque eu acho que continuamos no caminho errado. Em todas as discussões que nós temos tido cá, estamos a falar, mas esquecemos-nos sempre do mal maior. Porque, para mim, o mal maior são as pessoas, e nós continuamos a falar em reformas, sem considerar as pessoas.

Nós temos aqui a questão de medicamentos, que uns sabem que existem, outros dizem que não, como dizia a minha avó: «eu não tenho olho leve, eu não vi». Por isso, a minha grande preocupação na questão da Saúde tem a ver com a aquisição de medicamentos. Nós temos passado por um item muito importante.

O País, hoje, sofre, na nossa economia, com a questão da divisa. Todo o medicamento que vier para São Tomé vai ficar mais caro. Isso quer dizer que o custo de vida e a saúde da nossa população vão ficar mais caros. E nós não vemos nenhuma preocupação relativamente a esse assunto. Apesar de termos ouvido recentemente o Governador do Banco Central dizer que temos reserva para importação de 3,5, na verdade, os bancos comerciais continuam a dizer que nós não temos divisa. Isto é uma preocupação grande.

A outra preocupação é que, e aí eu peço ao Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, não vi nas receitas de 2020 a questão do Fundo de Resiliência, que muitos de nós contribuímos. Para mim é importante vermos esta questão, porquê? Nós falamos e eu continuo a bater na questão da inflação. A inflação existe. Aqui no Orçamento diz-se que a inflação deve-se, em grande parte, por causa do aumento dos bens de consumo nacionais, com mais ênfase nas pescas. Todos nós sabemos que os bens relativamente às pescas vêm de fora, e isto é o efeito da inflação, porque a importação está mais cara. Por isso é que, quando falamos deste Orçamento, eu continuo a frisar que temos que falar das pessoas. O roubo de medicamentos tem a ver com pessoas. Quanto à questão da reforma, nós não podemos falar dela, com as mesmas pessoas, com os mesmos vícios. Por isso, eu pergunto: onde é que está o combate à corrupção, se as pessoas continuam a ser as mesmas?

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Orlando da Mata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. Danilo Santos (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, andamos todos a falar da saúde, da falta de medicamentos, da forma como os quadros nos atendem. Se temos todos esses problemas, está a faltar na Saúde, de facto, uma inspecção. Há um Gabinete de Inspecção Geral de Saúde que, por este andar, não está a dar conta do recado.

Não sei o âmbito, quais são as competências desse Gabinete, mas precisamos de fiscalizar. O que é que acontece com os medicamentos, quando as enfermarias ou o Banco de Urgência requisita, se ele é de facto, medicado aos pacientes? Para tudo isto, é preciso que a fiscalização, a inspecção, como nós entendermos chamar, esteja a funcionar. Quando eu olho para o resumo das despesas, na página 54 de 67, temos o Gabinete de Inspecção de Saúde. Não sei as competências desse Gabinete. Se não tem competência para inspecionar, fiscalizar todo o funcionamento da Saúde, que se encontre na Saúde uma entidade para se ocupar dessas acções.

Quando eu olho para o que está aí disponível, é claro que estamos a dizer para não ter inspecção, para não ter fiscalização. Parece-me que deve ter muito poucos quadros, não conseguem, de certeza, fazer cobertura ao País. Precisamos de reforçar a inspecção. Alguns Deputados que me antecederam já disseram cá que os enfermeiros não importam, os técnicos não importam, mas vendem medicamentos. E muitas vezes os produtos que comercializam são produtos com chancela do Ministério da Saúde, isto é, que este importou. Então, precisamos de aumentar a fiscalização.

Daí que eu peço ao Sr. Ministro da Saúde e o seu staff, ao Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, naturalmente, com o beneplácito do Sr. Primeiro-Ministro, que se encontre uma forma. Não estou a falar de verbas, porque o Ministro da Saúde, mais a DAF do seu Ministério, com a intervenção do Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, todos nós devemos encontrar uma verba, uma forma para, de facto, criarmos na Saúde, uma equipa de inspecção, de fiscalização, como quisermos chamar.

Mas que é preciso, é! E não olhemos para isso como mais uma proposta. Acho que é acima de tudo fundamental. Porque estamos aqui todos os dias a reclamar, mas não pomos o dedo na ferida! Isto é para continuar assim? Se não fiscalizarmos, se não inspecionarmos, não estaremos a resolver nada! Podemos mandar toda a quantidade de medicamentos para os Centros de Saúde e hospitais, se nós não formos lá fiscalizar, de facto, vai continuar a faltar, vamos continuar a contribuir e não vai ter destino correcto.

Portanto, repito, Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Sr. Ministro da Saúde e o seu staff, com o beneplácito do Sr. Primeiro-Ministro, vejam isto! Eu fui tentado, inicialmente, a tirar a verba em 66.08 – Plano de Contingência, mas me parece que Plano de Contingência tem o financiamento do Banco Mundial, não sei se dá para essas coisas. Até é possível criarmos campanha interna com os funcionários da Saúde, para apelarmos ao respeito escrupuloso do uso dos medicamentos e reagentes para fins específicos e não para outros fins. Então, é preciso verba para esta acção.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. Carlos Correia (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria de pedir algum esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Ministro da Saúde. Como nós não temos muito tempo mais, eu vou directo ao assunto. Eu gostava de saber, Sr. Ministro da Saúde, em primeiro lugar, como é que está a situação da finalização ou acabamento do sistema de equipamento do PCR, na Região Autónoma do Príncipe. Qual é o ponto da situação deste projecto, desta pequena intenção?

Há coisas que já foram aqui ditas, gostava que o Sr. Ministro da Saúde nos fizesse um panorama daquilo que é hoje, o que pensa ser a nível de todas as infra-estruturas hospitalares do País, nos distritos, no centro, na Região Autónoma do Príncipe, a nível do abastecimento de água potável.

Na Região Autónoma do Príncipe, gostava que o Sr. Ministro da Saúde desse algum esclarecimento em relação ao Bloco Operatório, evacuação de doentes, especialistas, com regularidade na Região, verbas para suportar o pessoal técnico sanitário que anda na linha da frente da questão da pandemia Covid-19.

Em relação aos 17 milhões de dólares do Fundo do Koweit, foi aqui também já explicado pelo Ministro, mas eu gostava, de acordo com a explicação que o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, que a rubrica fosse corrigida. Em vez de melhoria de Sistema Nacional de Saúde, seria melhoria do Sistema Nacional de Saúde/Estudo e Projectos, para ficarmos a saber que não são os 17 milhões. E depois, ao mesmo tempo, perguntar se um projecto que estava orçado em 1 milhão de dólares, para estudos e projectos, 600 só chegariam.

Sr. Ministro da Saúde, ainda gostava de ter algum esclarecimento em relação a uma dúvida que paira aí, nas nossas ruas, de que o Estado ainda deve ao Hotel Miramar 250 000 euros ou dólares, dívidas contraída aquando da situação pandémica. Isto preocupa-me, por causa da situação. Se nós tivermos mais um caso deste, esse Hotel poderá fechar-nos as portas. Como já tínhamos recebido valores, doações, para liquidação dessas despesas, por que é que ainda existem dívidas, não só com o Hotel Miramar, mas também com algumas casas comerciais? Segundo informações que eu tenho, essas dívidas ainda existem.

Gostava também de obter esclarecimento do Sr. Ministro da Saúde em relação aos materiais de segurança a Covid-19. O que é que nós temos em estoque, Sr. Ministro? Qual é o nosso estoque, a esse nível de insumos, após essa etapa de doações, aquisições, cooperação? Com o que é que podemos contar?

Sr. Ministro, eu gostava também que nos desse um esclarecimento sobre como é que nós estamos a recuperar os doentes da Covid-19. Com que, nome científico...

**Uma voz:** — Fármaco!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ... Obrigado. Com que fármaco nós estamos a recuperar os nossos doentes da Covid-19? Esta é uma informação que deve ser passada, porque se sabe que até hoje não existem medicamentos científicos para tal, mas nós temos cerca de 900 recuperados. Eu penso também que seria uma forma preventiva de nós passarmos essas informações aos demais cidadãos...

**Uma voz do ADI:** — Mais breve!

Sr. Ministro da Saúde, quando é que está prevista a vinda da vacina da Covid-19? O Governo tem que ter um *timing*, uma etapa!

A outra questão é saber quando é que o Sr. Ministro pretende fazer a manutenção do equipamento de oxigénio na Região Autónoma do Príncipe, porque se estragar, não teremos nem no Príncipe, nem São Tomé. Porque nós temos o hábito de não fazer das manutenções das coisas, enquanto elas estão a funcionar. Eu também me preocupo com isto, porque eu sei que tem servido as duas ilhas. Depois podemos ficar sem nada.

Ontem, na discussão do Orçamento, eu falava sobre a questão dos armazéns, construções, e muita gente não percebia. Eu confesso, Sr. Primeiro-Ministro, quando eu peguei este Orçamento, a primeira coisa que eu fui ver foi a percentagem de cada Ministério. Não me animou estudar o Orçamento, porque, como já foi dito aqui, eu também sou uma das pessoas que fiquei muito perplexo, fiquei indignado também, por não ter visto, no Ministério da Saúde, uma verba bastante significativa. Antes da discussão do Orçamento, no decorrer da pandemia, eu dizia comigo mesmo que este Orçamento do País só podia ser, se calhar 60% só para a Saúde. Havíamos de inventar. Daí que...

**Uma voz do ADI:** — Mais breve.

Ok. Daí que, quando eu falava de armazém, porque na minha óptica, neste momento, em plena pandemia, o que nós vemos nas infra-estruturas, como a reabilitação do Gabinete do Primeiro-Ministro, são coisas insignificantes, podem ficar para depois; aquisição de viaturas em todos os Ministérios. Isso é uma aberração, em tempos de pandemia!

**Uma voz:** — É verdade.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Rubrica de deslocação ao exterior, em todos os ministérios. Para quê? Hoje, a pandemia mostrou-nos que até contrato podemos assinar, *online*. Basta ter capacidade de mobilização, capacidade de convencer o parceiro. Construção de estradas, coisas necessárias, mas, que neste momento, é desnecessário, porque temos a pandemia! Temos a saúde!

Murmúrios.

Estrada é essencial, mas se não houver uma pessoa saudável, ela vai andar em que estrada? Estradas ficam aqui, morremos todos!

Eu, ainda ontem, aquando do Orçamento, dizia comigo mesmo, se fossemos dirigentes da Espanha ou da Alemanha, esses 200 000 habitantes morreriam todos, porque não temos tido a capacidade de encaminhar verbas para coisas essenciais! Nós somos 200 000! Eles são bastante, estão a morrer bastante!

Para terminar, resumindo, eu penso que há coisas que temos que priorizar e há coisas que temos que abdicar, neste momento. A saúde é prioridade e eu acho que devemos trabalhar neste sentido.

A outra crítica que eu quero fazer também rapidamente é à Mesa. Nós não temos sabido gerir o nosso tempo. Nós temos problemas com o tempo. Eu gostava, Sr. Presidente, que terminássemos, de vez, com esta questão de tempo. Nós, às vezes, vamos almoçar às 14 ou 15 horas. É preciso organizar isto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu serei breve.

Sr. Ministro, apenas para acrescentar naquele pacote magro das minhas questões que eu havia colocado que há uma preocupação que eu tenho muito grande e que eu vou querer ter resposta, porque as pessoas também estão a precisar de resposta.

Eu tenho muitos irmãos no Príncipe, os meus conterrâneos, que são obrigados a vir para São Tomé, muitas vezes, por problemas de saúde, e sem condições para estarem aqui. No entanto, surge-nos um problema que, obrigatoriamente, o Estado tem que tomar medidas. É a situação da Covid-19. As pessoas vêm, no momento de regresso, se testarem positivo, como é óbvio, por questão de segurança, não podem viajar. Muitas dessas pessoas já não têm condições, não irão ter, depois disso, para continuar aqui em São Tomé, mas vão ser obrigadas a continuar aqui, porque testaram positivo. Agora, o que eu queria saber, Sr. Ministro, como é que ficam? Estou a levantar essa questão porque também já me solicitaram. A pessoa vem, já não tem condições para ficar aqui, testou positivo. Eu gostaria de saber, se existe algum tratamento especial, algum apoio para essa pessoa. Tendo em conta que a própria doença obriga ao isolamento, a pessoa depois, se calhar, já não poderá ir para a casa onde estava. Portanto, esta é uma preocupação que eu gostaria de ver esclarecida. Eu, por exemplo, vou para o Príncipe, na Sexta-feira e, amanhã, vou ter que fazer o teste. Se der positivo, não vou poder viajar! Acredito que não vai dar, mas eu queria saber o problema dessas pessoas que não têm recurso, depois de testarem positivo. Como é que elas vão sobreviver aqui?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, eu quero o meu hospital! De acordo com o Fundo do Koweit, as obras deviam ter iniciado em 2019, estamos em 2021. Quer dizer que, em 2022, devíamos ter o hospital. Eu quero o meu hospital!

Quero perguntar ao Ministro da Saúde, qual é a política de formação? Formam-se muitos médicos. Há o Instituto Victor Sá Machado, que forma os enfermeiros, mas tenho informações de que há muitos quadros técnicos que estão na idade da reforma, e a informação que eu tenho é que os quadros técnicos precisam de formação, sobretudo a formação contínua.

Vou falar aos sãotomenses. Eu não vou dizer que o fulano está a mentir, que o Primeiro-Ministro está a mentir, ou que o Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul está a mentir. Vou procurar ser um pouco mais elegante e dizer que o Governo está a faltar com a verdade. O povo não pode continuar assim! Nós somos um Estado, não temos dinheiro e andámos aqui a brincar! Com 17 milhões de dólares disponíveis e nós andamos aqui a brincar, que faltam 300 000, não sei quê, não sei quantos. Meus senhores, quando um acordo existe, está escrito, quem não entende inglês, deve estar em português ou espanhol, quem não entende árabe também. Este acordo está lá no Gabinete da Dívida, que a empresa a proceder a obra ou os estudos tem que ser um consórcio. Vocês acham que o Fundo do Koweit ia libertar dinheiro para uma empresa fantasma? Estamos a brincar com coisas sérias!

Ouvimos aqui, o Sr. Ministro da Saúde já disse que este projecto precisava de ser melhorado, não podia continuar assim. Se disse que o projecto precisava ser melhorado, como é que hoje vêm dizer que não encontram o projecto? Alguém está a faltar com a verdade! O Sr. Primeiro-Ministro pediu para não se fazer política com saúde, com educação, com justiça. Não devemos fazer politiquice com saúde, com a educação, com a justiça. Política, nós temos que fazer, sim! Porque política é discutir, ter ideias contrárias, buscar solução e decidir! Acima de tudo, decidir, fazer opções. O Governo é soberano nas medidas que está a tomar, mas o povo também é soberano de exigir melhores qualidades no atendimento.

Eu, por alguma infelicidade, tive um acidente, fui a Lisboa tratar, cerca dos 22 anos. Quando eu tive alta, eu não quis acreditar. Eu disse, já?! Eu estou a falar de há vinte e tal anos! Parecia que eu estava num hotel, eu estava bem! Só por isso o doente sente-se satisfeito, pensa que está curado, sente-se curado! É isso que nós queremos. Nós estamos a defender o hospital, estamos a pedir, justamente para isso! Para não irmos a um hospital nosso do jeito que está! Eu tenho uma pessoa da família que estava internada, pediu ao médico para ir para casa.

Portanto, se nós estamos aqui a insistir, é porque a questão do Koweit está muito mal explicada pelo Governo. 2 anos se passaram, não encontram projecto! Ora Ministério Público, ora não sei quê! Que vão ao Ministério Público, meus senhores. Então a capacidade negocial?! Tem que dizer ao Fundo do Koweit...

Quando o Primeiro-Ministro vem dizer-me que não faz o hospital de um dia para outro, é claro que não faz o hospital de um dia para outro, mas o senhor corre o risco de sair depois de 4 anos, com o dinheiro disponível. O Fundo do Koweit veio cá em que ano? Nós ainda estamos aqui a brincar! Estamos a brincar, e queremos turismo com qualidade! Os turistas querem vir, mas vão perguntar, qual é o sistema de saúde, qual é o hospital em que vão se tratar. É o que temos!

Portanto, quando eu ouvia o Primeiro-Ministro dizer que algumas intervenções lhe fazem confusão, fez-me lembrar algumas aulas que tive de filosofia, em tempos idos de Kinshasa. Eu não ia entrar numa questão de hermenêutica tradicional, na interpretação daquilo que o senhor disse, mas me fixando apenas numa questão de português, da língua portuguesa, eu penso que foi muito infeliz. O senhor devia ter empregue aqui até um certo eufemismo, aligeirar um pouco a sua linguagem. O senhor pediu-nos para enterrarmos o machado de guerra, mas o senhor veio aqui dizer que, por algumas intervenções, os Deputados sofrem de amnésia. O que é isso?

*Murmúrios.*

O que é isso, Sr. Primeiro-Ministro? O senhor não enterrou o seu machado de guerra! Quando o senhor foi sentar, tinha um semblante carregado de alguém que estava nervoso. Aqui o senhor precisa de estar relaxado! Vamos no contraditório, mas sem insultar. O senhor é o Presidente de um partido, o maior partido que suporta o Governo. O senhor diz que nós estamos a sofrer de amnésia e o Sr. Líder Parlamentar chama-nos de cães!

**Uma voz:** — Oh!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Onde é que está a elegância? Por isso, nós todos aqui, isto aqui é uma questão de Estado. A questão do Fundo do Koweit precisa de ser explicada, mas que o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul não venha cá fazer política, porque o senhor manda em Lobata, é chefe de Lobata! Explica a coisa, porque o tempo está a passar, nós não temos o hospital que o povo precisa! Até quando?! Isto aqui irrita-me! Isto aqui deixa-me triste, e a qualquer cidadão! Até quando?! Então, vamos parar tudo, já que houve essa sugestão até de sonho. Vamos parar tudo, para que o Ministério Público esclareça, de uma vez por todas, a questão do Fundo do Koweit, para sabermos quanto dinheiro afinal o anterior ministro levou, quanto é que ficou, porque é que a obra não arranca, sabendo que o Ministro da Saúde já disse aqui que o projecto precisa de ser revisto. Se o projecto precisa de ser revisto, então, como é que vêm dizer que não viram o projecto?

Muito obrigado.

*Aplausos do ADI.*

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — É truque só!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Eláckio. Se vai intervir, tem que vir a Vice-Secretária para a Mesa. Depois da intervenção, vai voltar à bancada.

*Murmúrios.*

O Sr. **Eláckio da Marta** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Ministros, muito boa tarde.

Hoje, todos nós já falamos! Ontem, era ditadura!

*Risos.*

*Murmúrios gerais.*

Trouxeram a equipa de ninja para a Casa Parlamentar, hoje, está triste! O povo está a escutar! Sr. Primeiro-Ministro, eu fico feliz em ver neste Orçamento a aquisição de ambulâncias.

Alguns Deputados que me antecederam têm estado a dizer: estrada, não, infra-estrutura, não, construção, não! O Sr. Primeiro-Ministro está de parabéns! Estrada, sim! Por que é que eu digo, estrada, sim, infra-estruturas, sim, construção, sim? Muitos Deputados têm que começar a andar, para conhecerem a realidade em que o seu povo vive. Não é pelo facto de viver no centro da capital é que procura impedir o Governo de efectuar um Orçamento claro.

Eu digo isso, porquê? A Área de Saúde de Cantagalo tem dificuldade em percorrer comunidades de Água-Izé e ex-dependências, como: Mato Cana, Cláudio Faro, Anselmo Andrade e Bernardo Faro, porque alegam que não há condições de estrada. Têm dificuldades em prestar socorro aos doentes! Não se constrói estrada para a Área de Saúde de Cantagalo fazer o seu trabalho específico! Vir para aqui toda a gente consegue, mas quando estiveram no poder, não tiveram a coragem de fazer!

Sr. Primeiro-Ministro, o barco tem que andar!

Temos que avançar!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Eu não sabia que o barco anda. O barco anda para frente ou para atrás?

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Eláckio da Marta** (MLSTP/PSD) Sr. Primeiro-Ministro, faço minhas as palavras do Deputado Hélder Joaquim. Está-se a falar da Covid-19. Há 4 anos, ninguém falava do Hospital de Santana. Priorizaram outras coisas! Não se lembrava de que o Hospital Central precisava de melhorar. Hoje, estão a dizer que estão a sentir-se tristes, pelo facto de o Governo ter-se posicionado numa direcção?! Quando eu não estou, eu reclamo! Quando eu estou, eu não faço!

Muito obrigado, Sr. Presidente, poderei inscrever-me futuramente.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

*Murmúrios gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Já não temos inscritos.

*Murmúrios.*

Sras. e Srs. Deputados, nós não recebemos cá ou, pelo menos, não registámos qualquer proposta concreta. Tudo, lamentação, preocupação, pedido de esclarecimento. Não registamos nenhuma proposta concreta. Mesmo na questão de formação e capacitação deontológica dos técnicos da Saúde, foi aflorado, mas não apontaram, concretamente, onde tirar ou colocar a verba para esse efeito. Por isso, vou passar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, ou a quem este indicar, para responder às questões que foram aqui afloradas. Vamos fechar o Ministério da Saúde, após a intervenção dos membros do Governo.

O Sr. **Abnaldo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Professor, lembre-se de amnésia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, estou totalmente sereno! Por isso, tirei a máscara para mostrar que a serenidade é total.

**Uma voz**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — *Bámu zuntá fôgô, zala xínja sossegadu!*

**Uma voz do MLSTP/PSD**: — Muito bem!

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — *Fala ku xê sa pingada ô.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu gostaria de penitenciar-me, porque não condiz com a minha forma de ser, se eventualmente eu terei me empolgado um pouco. Portanto, peço às Sras. e aos Srs. Deputados, as minhas desculpas, se for esse o caso.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

De facto, nós estamos nesta área que é vital, como nós já dissemos. O Orçamento Geral do Estado e as Grandes Opções do Plano, neste momento, são leis que estão na Assembleia. Portanto, é um instrumento da Assembleia. O Governo está aqui, numa perspectiva de clarificar, de ajudar a esclarecer e eu e o elenco governamental queremos ser parte da solução e não do problema. Só depois da promulgação e publicação no *Diário da República*, naturalmente, que a bola passa para o Governo.

Neste momento, vendo o Orçamento e os números, parece que estamos numa perspectiva ainda estática. Quando o documento passar para o Governo, de facto, a execução do Orçamento será algo dinâmico. Nessa altura, verão que as reafectações, um ou outro reajuste, um ou outro reforço, poderão ser feitos, em função das dinâmicas, até porque nós dissemos que ainda não sabemos, em relação à conjuntura em que nos encontramos, o que será o nosso amanhã, vivendo sobretudo sobre essa ameaça da Covid. Seja como for, já estamos a prever, ainda esta manhã eu falava com o Director-geral do Banco Mundial, e estamos a estudar as formas do reforço de verba para a Saúde. Sobretudo, estamos a pensar em qualquer coisa como 10 milhões de dólares, para reforçarmos a rubrica vacinação. Em princípio, o que temos agora desenhado, em termos de Orçamento, são verbas da iniciativa Covax, que cobre mais ou menos 20% da nossa população, e gostaríamos de atingir 70%. Quer dizer que precisaríamos de mais 6 milhões de dólares, que não temos.

Esta negociação já começou e eu acredito que podemos concluir-la. Mas depois temos o outro ponto fraco que foi o nosso grande calcanhar de Aquiles, desde o princípio desta pandemia, em Março, o problema do laboratório. Nesse capítulo, pedimos ao Banco Mundial, no sentido de nos ajudar, possivelmente, com mais cerca de 4 milhões de dólares, para podermos garantir maior eficiência, aumentar as capacidades do laboratório, em termos de reagentes, possivelmente, mais equipamentos, e falou-se aqui do Príncipe. Não nos esqueçamos que, neste momento, nós estamos a cobrar 20 euros, 500 000 dobras, quando o custo real, toda gente sabe, que anda à volta de 100 euros. Portanto, alguém tem que subvencionar! Temos que garantir a sustentabilidade desse processo, sobretudo quando nós temos uma população bastante pobre para suportar. Portanto, tem que ser o Governo a fazê-lo.

De facto, eu quero enterrar, do meu lado já está enterrado, o machado de guerra, até porque, com a saúde, nós não nos podemos, aqui já foi dito, brincar.

Eu vou pedir ao Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, mas que seja muito curto, para esclarecer aquilo que for possível esclarecer nesta matéria, tendo em conta todo o processo conturbado, muitas vezes, falta de informação, enfim, tudo isto que tem criado algumas vicissitudes nesse processo todo, e logo a seguir o Ministro da Saúde, para esclarecer o resto. É o que se me oferece dizer neste momento.

Desculpe, Sr. Presidente, é só um minutinho mesmo. Eu ia pedir a indulgência das Sras. e Srs. Deputados, tendo em conta a necessidade que nós temos de reforçar sempre esta área da Saúde. Tivemos, no Conselho de Ministros, discussões também bastante renhidas, porque cada um quer parte do seu orçamento. Há um acerto com o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização, por se tratar de um Ministério novo, no sentido de as verbas de investimento de capital, parte delas, serem descentralizadas para a Saúde. Mas nós só vamos discutir esta manhã. Portanto, de forma que haja essa predisposição, em função do Regimento.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

**O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Sr. Presidente, tomo a palavra, porque eu queria explicar aquilo que disse o meu amigo Abnildo d' Oliveira. O Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, eu não faltei com a verdade, não vou faltar com a verdade, porque não faz sentido.

**Uma voz do ADI:** — Outra vez?

**O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — Se houvesse o projecto, nós não estariam a nos preocupar com o projecto. E vou dizer-lhe mais! O próprio responsável da empresa Feedback, quando entrámos em primeiro contacto, a mensagem que nos reencaminhou, que enviou aos membros do Governo cessante, ele próprio disse que mandou o *layout*, estava à espera da Feedback para, efectivamente, elaborar o projecto.

E nós, com base nisto, pedimos que viesse, para se poder elaborar o projecto. Olhe, se nós tivéssemos o projecto, de 300 000 dólares, maravilha, pouparíamos logo tanto dinheiro. E o Sr. Ministro depois vem cá falar. Quem tiver o projecto, por favor, dê-nos uma cópia do mesmo! Se alguém tiver o projecto, sabem o que é que um projecto; eu não sou arquitecto, não sou engenheiro de construção civil, mas eu tenho alguma noção de projecto de construção civil, quem tiver o projecto, para nós lançarmos o concurso público para a construção, traga-nos, por favor, porque é património do Estado!

Obrigado.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. Ministro da Saúde (Edgar Neves): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-ministro, Caras e Caros Colegas do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Eu gostaria de saber quanto tempo me resta, para fazer a gestão do mesmo.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro tem 9 minutos!

O Sr. Ministro da Saúde: — Obrigado, Sr. Presidente.

Depois de 16 intervenções, sendo duas delas repetidas, portanto, dezoito intervenções, entre perguntas e pedidos de esclarecimento, vou tentar resumir as respostas. Embora eu tenha tido o cuidado de fazer a síntese, há várias coisas que podem conjugar numa só.

Eu pergunto pelo tempo, porque há três coisas que vão e não voltam: uma delas é o tempo, outras são as palavras e, por último, as oportunidades.

Eu atrasei-me à chegada aqui ao Plenário, já estava cá no Palácio, mas estava numa outra Sala precisamente a negociar questões inadiáveis ligadas ao laboratório de referência à Covid, incontornáveis, sobretudo no contexto da Europa de hoje, em matéria de aquisição de reagentes e outros consumíveis essenciais para que o País não pare.

A humanização é um problema já conhecido, é necessário em todas as profissões e muito particularmente na saúde. A humanização é algo com que nós, todas as classes profissionais, nos temos debatido, para que o atendimento humano seja uma pedra basilar na assistência médica. Eu, particularmente, utilizei várias vezes a expressão e contínuo a utilizar, que é: «um sorriso vale mais do que 1000 aspirinas».

Quanto à problemática da gestão e desvio de medicamentos, eu não aponto o dedo a este ou aquele. O certo é que nós temos a obrigação de melhorar essa gestão. Um dos pontos essenciais passa, precisamente, pela informatização. Um dos pontos essenciais que o Sr. Deputado Raúl Cardoso tocou, muito importante na análise do Orçamento. Nós temos quatro instrumentos que temos que ver em paralelo, de forma transversal. Refiro-me ao Programa do Governo, às orgânicas dos Ministérios e, em particular, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário, no caso da Saúde, que são essenciais para uma análise do Orçamento. Consta, de facto, como um dos elementos essenciais no Programa do Governo, o projecto de requalificação do Hospital Dr. Ayres de Menezes. Não tem a ver com o Koweit, é um projecto transitório, até que tenhamos um verdadeiro hospital de referência. O que nós temos e o que está projectado no Koweit não é um hospital de referência! Um hospital de referência fica à volta dos 60 milhões de euros.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Que está projectado...

O Sr. Ministro da Saúde: — Permite-me que fale. Eu gosto de ouvir, não interrompi ninguém!

Portanto, o Governo está a fazer todos os esforços no sentido de conseguir financiamentos para este programa de requalificação que consta em 10 pontos, dentre eles o sistema de aprovisionamento, a gestão do hospital e a informatização. Mesmo assim, posso dizer que uma pequena franja, no quadro da informatização, já se começou a fazer o levantamento e acredito que, dentro de dias, estará, sobretudo a começar pelo sector do arquivo. O arquivo clínico parece um lugar morto, mas é fundamental no seguimento e atendimento dos doentes.

Portanto, sobre a casa de acolhimento, onde aparecem os associados, nós queremos referir, é uma terminologia que já vinha, há doentes que têm que ser acompanhados, sobretudo as crianças. Aqui quer-se referir aos acompanhantes dos doentes oriundos da Região Autónoma do Príncipe.

Eu toquei no hospital, vou aproveitar tocar em três ou quatro coisas ligadas ao actual hospital. O booster é um equipamento que faz o enchimento das botijas. A central funciona, o enchimento das botijas é feito pelo booster. É um processo que está em curso e acreditamos que dentro de 2 ou 3 semanas estará resolvido.

As autoclaves do hospital, precisamente, ontem, as peças chegaram e a empresa CIEM começou a requalificá-las. Eu refiro-me à esterilização de materiais para o Bloco Operatório. Assim que acabar, reinauguraremos as novas salas do Bloco Operatório. Para o fazer, nós temos que ter os anestésicos.

Está em lançamento o processo de concurso para as obras de reparação das casas de banho do Hospital Ayres de Menezes.

Pausa.

O Sr. Ministro da Saúde: — É um problema alérgico!

Uma voz: — Tire a máscara!

O Sr. Ministro da Saúde: — Não, eu vou dizer por que é que eu estou a usar a máscara.

Risos.

É um conselho que eu gostaria de ter deixado desde o início. Ao falarmos aqui neste microfone a esta distância, várias pessoas, é aconselhável termos máscara.

A electrificação do hospital, a revisão da parte eléctrica, quer a nível do corredor do Bloco Operatório à sala de cuidados especiais. O levantamento foi feito, o orçamento existente, falta a execução, para colocarmos os novos equipamentos, que já estão cá e que vieram, no quadro da covid, de apoio aos doentes com necessidades especiais, com o financiamento do Banco Mundial. Refiro-me a monitores, ecógrafos e aparelhos de raios x.

Como o tempo é curto, não me permite estender muito, mas há duas ou três intervenções que tocam na Saúde para Todos. É um projecto do qual eu, por acaso, posso falar com algum à-vontade. Tem a componente assistencial, curativa e formação. Se se for buscar os relatórios do Projecto, ver-se-á a quantidade de pessoas que foram formadas cá, em Portugal e à distância. Felizmente, nós já temos duas especialistas cá: uma em gastroenterologia e outra em imagiologia, que fizeram os seus exames de saída em Dezembro, no quadro de Saúde para Todos. Outra especialista vai formar-se agora, em Fevereiro, na área da oftalmologia; outra se formará em Junho, na área de ginecologia-obstetrícia, e há, no quadro de formação, mais elementos. Se conseguirmos negociar e fechar o apoio do orçamento, no quadro deste Projecto que estamos a renegociar, porque ainda não assinamos o Programa Estratégico de Cooperação (PEC), serão mais sete profissionais que terão que sair, sem contar os quatro, que já têm as bolsas garantidas para a China, só que não saíram devido à pandemia.

Quanto ao Centro de Saúde de Cantagalo, realmente, nós estamos a negociar as obras daquele edifício com a ONG *Humanity Firsty*. É um património do Estado, naturalmente, tem regras especiais, não é o Ministério da Saúde a decidir. Encontra-se sob a tutela do Património do Estado, a nível do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, mas acredito que a muito breve trecho, e é preciso dizer-vos, vamos cair na real! Eu vou fazer este à parte. De Março, depois do primeiro Orçamento, até Dezembro, foi quando nós nos sentámos para ter o domínio de todos os dossieres. A partir de 26 de Janeiro de 2020, as nossas atenções viraram-se, em 80 a 85%, para Covid, e não parámos um só dia. Eu tiro aqui o chapéu às equipas da Saúde, da COMPREC, dos Bombeiros, nós não tivemos um feriado, um Domingo, um Sábado. Isso foi, continua até agora e mais ainda! Portanto, não é possível concentrar todas as energias, nós não somos super-homens, nem somos super-inteligentes, nem nada disso. Então, concentremo-nos em duas ou três coisas e façamo-las da melhor forma possível. É a tal a definição de prioridades.

A Sra. Deputada Celmira Sacramento, a quem agradeço também pelas palavras que me tinha dirigido de boa saúde, muito obrigado, já o tinha feito, em particular, fez uma intervenção que eu achei muito interessante, sobretudo com a visão da promoção e prevenção da saúde, a recolocação da importância disto. Naturalmente sim, com todo gosto, eu tinha sido chamado à 3.ª Comissão, para discutirmos o problema do consumo do álcool e da droga, mas devo dizer que para isto o Instituto da Drogas e Toxicodependência, eu não sei se o Sr. Primeiro-Ministro tinha dito, mas vai sair, após a aprovação do Orçamento, do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, ficará sob a tutela do Ministério da Saúde, na medida em que, no mundo moderno, o consumidor não é um traficante, mas sim um doente. É esta a visão que se tem que ter no atendimento. Portanto, todas as verbas serão alocadas sob a tutela do Ministério da Saúde.

Relativamente às prioridades, eu agradeço também as palavras do Deputado Felisberto Afonso, sobre as medidas prioritárias no combate à Covid, com esse novo surto que aponta para uma segunda vaga, no nosso caso. As medidas essenciais foram também espelhadas pelo Sr. Primeiro-Ministro. Nós temos uma equipa multidisciplinar, uma parte foi, outra irá, na Sexta ou na Segunda-feira à Região Autónoma do Príncipe, onde estarão 1 semana para se inteirarem, interagirem e discutirem, desde o laboratório, a parte clínica, a parte epidemiológica e a parte da proteção e controlo de infecção, assim como a logística da pandemia.

Portanto, a Sra. Deputada Ana Rita tinha falado também das prioridades, foram aquelas que eu já mencionei: o *booster*, a esterilização, a morgue, também, refiro-me à casa mortuária, os equipamentos já estão cá, assim como a informatização que, indirectamente, já está em curso, através do projecto DHIS-2, que tem a ver com o Sistema de Informação Sanitária.

Portanto, há outras intervenções que também tocam mais ou menos nesta visão que é necessário se ter da componente promocional e preventiva da saúde, e não só na curativa. O Sr. Deputado Líder Parlamentar tinha tocado também nesse aspecto.

O Sr. Deputado Abnaldo d' Oliveira tocou num aspecto que não é menos importante, a medicina tradicional. Infelizmente também, como consequência da pandemia, nós não pudemos progredir. Já tínhamos começado o trabalho, eu estive à frente de uma delegação com terapeutas de medicina tradicional sâo-tomenses, estivemos em Macau, em 2019, em contacto directo com a Universidade da Medicina Tradicional Chinesa. Era para darmos andamento ao projecto, mas parou, em consequência da pandemia.

Há uns aspectos nas Grandes Opções do Plano e a Saúde Sexual Reprodutiva – Atenção à Mãe e à Criança, nós trataremos também de fazer os reajustes necessários para poder encaixar e reforçar.

Falei da orgânica, porque há pequenos departamentos que estão dentro das direcções e não vêm esmiuçados, como é natural, no Orçamento. O Programa Saúde Sexual Reprodutiva está dentro da Direcção dos Cuidados de Saúde. Cabe-nos a nós, do ponto de vista orgânico, fazer depois o tratamento orçamental. O mesmo se passa com outros departamentos e aqui falaria já do Gabinete de Inspecção, que o Deputado Danilo tocou. O Gabinete de Inspecção não tem este propósito. Visa fiscalizar, auditar e autorizar a abertura e seguimento de actividades médicas e paramédicas, a nível público ou privado, como: a abertura de uma clínica, de um laboratório, de um consultório médico e coisas do género.

Eu entendi muito bem, e todos nós entendemos, a intervenção do Sr. Deputado Levy Nazaré, mas é verdade que a saúde é também transversal. Investimentos em água, energia e estradas melhoram a qualidade de vida e contribuem para uma melhor saúde, por via indirecta. É importante dizer que os investimentos na saúde têm que ser de forma sistémica. Não basta ter um hospital de ponta, é preciso ter uma rede de cuidados primários à altura. Vamos a um exemplo hipotético, com 100 000 00 dobras, eu trato cinco doentes a nível dos cuidados primários, na atenção primária.

Na atenção terciária, com 5 000 dobras, eu trato cinco doentes, com 100 000,00 dobras, eu trato cinco doentes. É o inverso!

Portanto, há histórias de países ricos, no Médio Oriente, que tinham grandes hospitais de ponta, mas os indicadores de saúde não melhoraram. Tiveram que rever tudo.

Nós guiámos a avaliação do Sistema Nacional de Saúde, através dos indicadores, que felizmente estão a melhorar. Refiro-me à mortalidade geral, à mortalidade neonatal, à mortalidade em crianças menores de 5 anos. Isto vem espelhado nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

É muita coisa, a questão do tempo, é-me impossível...

O Sr. Presidente: — Mas já está bom. Eu acho que as questões foram levantadas de forma...

O Sr. Ministro da Saúde: — Não, há duas questões.

O Sr. Presidente: — Esteja à vontade.

O Sr. Ministro da Saúde — O Deputado Carlos Correia fez muitas perguntas...

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o tratamento da Covid, se calhar, só falta esta questão.

O Sr. Ministro da Saúde: — Sr. Presidente, é importante!

O genexpert é a forma de se fazer a testagem por via molecular, na Região Autónoma do Príncipe, o que está a faltar, dos equipamentos estão lá, a cabine tem que ser certificada. Ainda não foi e isso é a responsabilidade de um parceiro nosso que, muito brevemente, eu acredito que irá fazer a certificação, de maneira que os técnicos utilizem os equipamentos em maior segurança possível, para não haver riscos para eles.

A medicação do doente Covid positivo sem complicações é meramente sintomática. Não há nenhum medicamento especial. Portanto, a partir do momento que surgem complicações, ou em doentes portadores de outras doenças, aí é o grande problema. Aí, sim, já são direcionados, de forma específica, para especialistas.

Para a Região Autónoma do Príncipe autorizei a ida de otorrinolaringologista e de oftalmologista. São enviados em função do pedido que a Região fizer.

Em meados do ano passado, nós, o Ministério da Saúde, pagamos a manutenção da Central de Oxigénio, na Região Autónoma do Príncipe. Pagámos e foi uma equipa de técnicos da CIEM fazer a manutenção da Central, na Região Autónoma do Príncipe. Torna-se necessário, é verdade, continuar a fazer, porque a manutenção e assistência técnica é um investimento.

Sobre o Fundo do Koweit, eu acho que já não me resta muito tempo para falar, mas gostaria de dizer que é um projecto complexo e que estão essencialmente três Ministérios: do Planeamento, Finanças e Economia Azul, da Saúde e das Infra-Estruturas e Recursos Naturais. De facto, há um *layout*, não é propriamente um projecto. Nós estivemos com a delegação do Koweit e tudo indica que, muito brevemente, assim que tiverem criadas as condições, nós iremos ao Koweit, para dar andamento ao projecto. Felizmente, o Comité Director está em mãos de um dos nossos melhores profissionais, em matéria de Engenharia de Construção Civil, com muitos anos de experiência fora.

O Sr. Presidente: — Já são 20 minutos, Sr. Ministro. Já se esgotou o tempo.

O Sr. Ministro da Saúde: — Sr. Presidente, sim, as prioridades são muitas, mas eu gostaria, antes de terminar, de ler aqui uma mensagem.

Murmúrios.

Digo isto porque, à medida que nós nos vamos envelhecendo, vamos aprendendo muitas coisas e, às vezes, não adianta agirmos... eu há 30 anos, era capaz de ter partido já uma cadeira. Mas, hoje, digo: o que é que isto é? Eu só queria ler isto, para terminar: «*Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não têm alicerces. Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais*». (Augusto Cury)

Muito obrigado.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Ministro da Saúde.

Por não ter havido propostas concretas, foram apenas constatações e pedidos de esclarecimento, nós vamos encerrar o Ministério da Saúde. Apenas registámos a nota do Governo que propõe a transferência de uma parte da verba de Investimento Público do Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização para o Ministério da Saúde. Vamos deixar em aberto, quando discutirmos o Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização para sabermos que verba alocar no Ministério da Saúde. Outrossim, a que está alocada no Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos sobre o combate ao consumo de droga e outros estupefacientes, que vamos também transferir para o Ministério da Saúde.

Portanto, nós não vamos abrir mais inscrições, porque depois de levantar questões, haverá naturalmente a necessidade de esclarecimento. Daí que, logo no início, eu dissesse que, contrariamente àquilo que se dizia: «*lêdê di alami sa awa*», havia mesmo necessidade de um debate antecipado sobre a Saúde e a Justiça. Como vêem, nós ficámos aqui cerca de 5 horas a debater questões, apenas de dois Ministérios, que não têm quase nada a ver com o Orçamento. Se tivesse havido um debate antecipado, nós dissipávamos essas dúvidas e vínhamos, efectivamente, discutir o Orçamento. Por isso, vamos encerrar o...

**Uma voz do ADI:** — «*Lêdê di alami, sa awa ê!*»...

**O Sr. Presidente:** — Vamos analisar o Ministério da Educação e Ensino Superior. Portanto, as grandes opções do plano e o orçamento deste Ministério. Estão abertas as inscrições.

**Uma voz:** — Qual é o Ministério?

**O Sr. Presidente:** — Ministério da Educação e Ensino Superior.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Tenho uma pergunta a fazer à Sra. Ministra.

**Sr. Presidente:** — Mas tem que trazer propostas concretas.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Sr. Presidente, antes eu gostaria que a Mesa me pudesse esclarecer sobre como é um debate na especialidade.

**O Sr. Presidente:** — Incide sobre o artigo 164.º do Regimento.

**O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI):** — Queria esclarecimento!

**O Sr. Presidente:** — Sr. Secretário da Mesa, leia o artigo 164.º e seguintes do Regimento.

**O Sr. Secretário (Arlindo Barbosa):** — Sr. Presidente, passo a ler:

Artigo 164.º. Objecto:

«1. A discussão na especialidade versa sobre cada artigo, podendo a Assembleia deliberar que se faça sobre mais de um artigo simultaneamente, ou, com fundamento na complexidade da matéria das propostas de alteração apresentadas, que se faça por números.

2. A votação na especialidade versa sobre cada artigo, número ou alínea.

Artigo 165.º. Ordem de votação:

1. A ordem de votação é a seguinte:

- a) Propostas de eliminação;
- b) Propostas de substituição;
- c) Propostas de emenda;
- d) Texto discutido, com as alterações eventualmente já aprovadas;
- e) Propostas de aditamento ao texto votado.

2. Quando haja duas ou mais propostas de alteração da mesma natureza, são submetidas à votação pela ordem da sua apresentação.»

O Sr. Presidente: — Muito obrigado.  
Está esclarecido?  
Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, porque a Mesa decidiu um modelo de nós discutirmos, primeiramente, os anexos, depois irmos à Lei, quando formos discutir a Lei que aprova o Orçamento e a Lei que aprova as Grandes Opções do Plano, iremos artigo por artigo. Então, nos anexos, há dúvidas, há pedidos de esclarecimento. É neste âmbito que os Deputados intervêm! E como é que nós vamos fazer a proposta artigo por artigo, neste momento? A Mesa propôs um modelo de trabalho! Por essa razão, quando nós pedimos esclarecimento, o Presidente tem a tendência de dizer não, porque não há proposta de alteração, artigo por artigo. A isso nós chegaremos amanhã!

O Sr. Presidente: — Não tem nada a ver!

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Obrigado.

O Sr. Presidente: — O que eu estou a dizer é que, mesmo nos anexos, tem que ver se as acções inscritas nas Grandes Opções do Plano têm ligação com o Orçamento. Caso se tenha propostas concretas de alocação, de alteração, de eliminação, faz-se também, independentemente da Lei. É exactamente isso! Qual é o problema?

O Sr. Abnildo d'Oliveira (ADI): — Sr. Presidente, obrigado pelo esclarecimento. E é nesta base do esclarecimento dado pela Mesa que eu peço a Sua Excelência a Ministra da Educação e Ensino Superior esclarecimento sobre o Estatuto de Carreira dos Profissionais da Classe Docente. Disse Sua Excelência o Primeiro-Ministro que, quanto à questão desses estatutos, tem a ver com uma espera para ver a questão de uniformização da grelha salarial. Acontece que vamos ter esta uniformização, quando? Em que ano? Enquanto essa uniformização não for feita, é necessário implementar aquilo que existe, sob pena de um sector estar em vantagem em relação a outro. Isso é um.

Dois, falou-se de contratação de 1200 professores, em 2020, e 900, em 2019. Estamos a falar num total de 2100, mais coisa, menos coisa. Acontece que é um encargo elevado para o Estado, porque há professores que só têm uma turma! E quando nós vamos ver a carga horária e mais horas extraordinárias de Sábado, esse professor está a ganhar, mas a fazer quase nada! É isso que nós estamos a reivindicar, que foi uma medida feita, de uma forma atabalhoadas, prejudicando, obviamente, outros professores. Uma disciplina que tem pouca frequência, por exemplo, que pode ser dada por um professor, está sendo dada por dois ou três.

Eu gostaria de obter uma explicação da parte da Sra. Ministra. Isso é uma pergunta que deve ter o devido esclarecimento, porque o Governo, no Orçamento, aumentou a despesa com o pessoal.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jamiel Segunda.

O Sr. Jamiel Segunda (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Eu tomo a palavra apenas para apresentar três preocupações relacionadas com a Educação, mais concretamente no Distrito de Caué. A primeira preocupação tem a ver com a construção do Liceu, na cidade de Angolares; a segunda tem a ver com jardins-de-infância, que não há no nosso Distrito; e a terceira tem a ver com o transporte escolar.

No que toca ao primeiro ponto, é de salientar que este é o terceiro Orçamento em que eu vejo inscrito a construção do Liceu Nacional, mas infelizmente, até então, nada feito. Portanto, eu peço à Sra. Ministra, aquando da execução dessas obras, que priorize a cidade de Angolares. Por quê? Porque, se nós formos para Mé-Zóchi, veremos ali uma escola de referência, Maria Manuela Margarido; se nós formos para Lobata, também veremos uma escola de referência que é Mé-Xinhô; também em Cantagalo, Algés. E Caué? Em Caué não há nenhuma escola de referência. Eis a razão por que eu peço, mais uma vez, à Sra. Ministra, aquando da execução dessas obras, que priorize Angolares, antes de chegar a outros Distritos.

O segundo ponto tem a ver com jardins-de-infância. Bem, é de frisar que Caué, actualmente, tem cerca de cinco comunidades que não têm jardins-de-infância. Os alunos ingressam, logo na primeira classe, sem passar por jardins. Portanto, eu olhei o Orçamento, não há nenhuma rubrica que faça referência a construção de jardins, no Distrito de Caué. Eis a razão por que eu peço, mais uma vez, à Sra. Ministra que, no próximo Orçamento, englobe a construção de jardins.

*Murmúrios.*

**Uma voz:** — Agora, agora...

O Sr. **Jamiel Segunda** (PCD/MDFM-UDD): — Sim. Jardins, principalmente, em Angra Toldo, Yô Grande, Praia Pesqueira, Monte Mário e Ponta Baleia.

No que toca ao último ponto, que tem a ver com o transporte escolar, tenho cá a rubrica 10.12 — Aquisição de autocarros escolares nacional, cerca de 7 milhões. Portanto, em Angolares, actualmente, nós temos cerca de 45 alunos que estudam na cidade capital, nas universidades IUCAI, ISP e Lusíada. Portanto, eu gostaria que esses alunos fossem beneficiados com um desses autocarros que estão cá no Orçamento.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MFM-UDD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior, nós sabemos que a Educação é uma casa um bocado complicada, mas gostaria de desejar, desde de agora, muita força, porque às vezes tudo resta para a Educação. Quando se procura, em outras paragens, empregos para os jovens, tudo acaba por desembocar na Educação. Portanto, muita força e coragem para gerir isso com melhor cautela e encontrar soluções mais plausíveis.

Concernente à Escola de Bôbô Forro e à Escola de Chácara, venho aqui porque os meninos lá não têm espaço para fazerem educação física. Então, às vezes, têm que ir para o campo de bola de Madre de Deus, onde ficam a céu aberto, no chão de barro. Daí que, na rubrica, se for possível, 38.20 — Aquisição de móveis escolares, se pudéssemos retirar de lá alguma coisa, por exemplo 200 000 dobras ou mais, e também na rubrica 38.33 — Construção e reabilitação de infra-estruturas escolares.

Na rubrica 66.17 — Instalação de estações sanitárias nas escolas, se pudéssemos retirar alguma coisa para que a Escola de Bôbô Forro e a Escola de Chácara tivessem um espaço mais adequado para os alunos fazerem educação física, e também a questão das casas de banho, com um pouco mais de dignidade para esses alunos, tendo em conta que a Escola de Bobô Fôrro já tem de 1.<sup>a</sup> a 9.<sup>a</sup> classes e é preciso darmos alguma dignidade, se possível.

É tudo.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Maiquel. Podemos registar a sua proposta, que é retirar parte de verba destas rubricas e abrir uma outra designação, que seria: construção do pavilhão de educação física, na Escola de Bobô Forro?

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Em Bobô Forro e na Escola de Chácara.

O Sr. **Presidente**: — Nas duas Escolas?

O Sr. **Maiquel Espírito Santo**: — Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — Terá lá espaço para isto? Isto não é só alocar! Tem-se que ver o logradouro das escolas...

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — A Escola de Bobô Forro tem espaço!

O Sr. **Presidente**: — ...para não fazermos propostas que depois não têm cabimento.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Tem espaço, sim senhor.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, está registada a proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Elálcio da Marta.

O Sr. **Elálcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, infelizmente, a Escola Secundária de Ribeira Afonso é uma das escolas secundárias que até a presente data não tem um espaço adequado para a prática desportiva. Temos que arranjar alternativa para pedir um apoio. Felizmente já arranjamos um espaço e queremos contar com o apoio do Governo, no que diz respeito à construção de um campo para a prática desportiva. Essa escola funciona de 9.<sup>º</sup> a 11.<sup>º</sup> ano, não seria bom para a saúde pública, nem para as crianças efectuarem a prática desportiva num campo de barro.

A nossa zona é chuvosa. Quando chove, ou os professores são proibidos de efectuar aulas de Educação Física, ou muitas vezes alunos, na sua forma de ser, sabemos como é que os meninos são, irrequietos, vão mesmo assim fazer a prática desportiva, o que não contribui para a saúde pública. Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, Sra. Ministra da Educação, eu tenho uma proposta clara. Na rubrica 38.33, com a fonte de financiamento da República Popular da China, «construção e reabilitação das infra-estruturas escolares»,

num valor de 8 milhões de dobras, —é um pedido especial, pois quem não chora não mama, nós estamos a chorar, porque queremos amamentar — tirar uma parte desta verba e dar uma atenção especial àquela escola secundária, porque de facto a comunidade precisa de um campo, para que os meninos possam efectuar a sua prática desportiva.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado Eláckio. Estamos a registar as propostas. Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, Danilson Cotú.

**O Sr. Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD):** — Sr. Presidente, eu tenho uma preocupação com o ensino superior, em termos de bolsas de estudo, questão das propinas. Quem sabe precisaremos também de um debate sobre a questão do acesso ao ensino superior, seria importante. Muitos alunos concluem o 12.º ano, alguns conseguem estudar fora e outros ingressam as nossas universidades aqui ao nível interno, mas padecem, ao longo dos tempos, com dificuldades para pagarem as propinas.

É importante que se discuta e se encontre uma forma de sustentabilidade, em termos de acesso e permanência no ensino superior, para que os estudantes não padecam deste problema. Existem países que conseguem abertura de uma linha de crédito, através da banca. Nós ainda não chegamos a este estágio. Daí que era importante termos em conta a questão de bolsas, propinas, para os alunos, tanto ao nível interno, mas estou a enfatizar esses ao nível interno, e os outros que estão fora do País.

E porque o tempo não perdoa, eu queria rapidamente pedir informação ao Governo, em relação ao contacto que existe com a GALP para a construção da quadra desportiva para a Escola Secundária de Madalena. Eu sei que existe, estava bastante avançado com a GALP, mas não sei em que estágio se encontra.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Desta vez temos que chamar a Sra. Vice-Secretária, para ocupar o lugar, tendo em conta que o Vice-Secretário quer fazer a sua intervenção.

A Sra. Deputada Anaydi Ferreira foi eleita! Quando é assim, diria que não queria ser. Não é depois de ser eleita é que fica a manifestar que não quer.

*Protestos do ADI.*

Estando o Vice-Secretário na Sala, não é permitido.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rui. Quando terminar, deve regressar ao seu lugar, no grupo parlamentar.

*Substituição do Sr. Vice-Secretário José Rui pela Sra. Vice-Secretária Anaydi Ferreira.*

**O Sr. José Rui Tavares (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de cumprimentar a todos.

Tomo a palavra, porque no Orçamento Rectificativo tinha levantado aqui uma questão, relativamente às Escolas Básicas de Santa Geny e de Esprainha.

Neste Orçamento Geral do Estado, está aqui na rubrica, mais o valor que está cá, de 1 milhão de dobras, não é suficiente para fazer o muro de vedação das duas escolas. Por esta razão, na rubrica 56.15, 58.96, peço que se pudesse tirar mais 800 000 dobras para ajudar ao 1 milhão. Nas duas rubricas, o financiamento é do Japão, acho que dá para fazer esse exercício.

E também dizer, na rubrica 66.17, «construção de depósitos de água para várias escolas ao nível nacional», mas na Escola Básica de Santa Geny as crianças atravessam a estrada, de um lado para outro, para irem beber água do rio. Se puder, quando estiver a implementar esta rubrica, que pudesse dar prioridade à Escola Básica de Santa Geny.

Sr. Primeiro-Ministro, eu queria agradecer e felicitar, por este Orçamento Geral do Estado. Por quê que eu o felicito? Porque, no princípio do debate deste Orçamento, estávamos a discutir na generalidade, houve aqui um deputado que veio e disse que este Orçamento Geral do Estado deveria ser chumbado, mas foi aprovado na generalidade. Na especialidade, são os mesmos Deputados que disseram que este Orçamento deveria ser chumbado, mas estão cá neste momento a dar a sua contribuição, fazendo pedidos de esclarecimento. Por esta razão, felicito-o.

**O Sr. Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado José Rui.

Na verdade, espero que tenham tomado bem a nota das propostas feitas, porque não conseguimos escortinar alguns casos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel

**O Sr. José António Miguel (ADI):** — Sr. Presidente, de facto eu costumo dizer que a intenção também conta. Eu vejo cá a intenção do Governo em construir um jardim na localidade de Folha Fede, só que infelizmente a verba alocada para a construção desse jardim, o valor é mesmo muito pouco. Estou a referir-me à construção de um jardim-de-infância em Folha Fede, na rubrica 10.13, Japão.

Tendo em conta que dizia o Deputado que me antecedeu, o meu colega Deputado e amigo, que os Deputados do ADI estão a dar a sua contribuição, gostaria de dizer que, enquanto pudermos, vamos fazê-lo.

Esse valor, na minha perspectiva, é muito pouco, são 100 000 dobras, aproximadamente 4 000 euros. Não sei que tipo de Jardim a Sra. Ministra quer construir em Folha Fede. Acho que a População de Folha Fede também merece um bocado de consideração. Construir um jardim-de-infância num valor de 4 000 euros, hoje?! Não sei para quantas crianças, não sei exactamente com que intenção. Por isso, acho que deveríamos ter uma maior consideração para com a comunidade de Folha Fede e ver o que fazer para encontrar noutra rubrica alguma verba para melhorar. Estou a ver aqui construção e reabilitação de escolas. Esta rubrica não é específica. Construção e reabilitação de infra-estruturas escolares são 8 milhões. Estou a sugerir que se retire desta rubrica, pelo menos, mais 500 000 ou 600 000 dobras, para aumentar. De qualquer maneira, o Governo poderá ver exactamente o que fazer.

Vejo no Orçamento Geral do Estado que grande parte das rubricas fazem alusão a construção de escolas que estão construídas e inauguradas, reabilitação de escolas que estão reabilitadas e inauguradas. Nós já dissemos isso aqui várias vezes, é preciso alterarmos a forma de fazer o Orçamento. Se pusermos aqui a construção, qualquer pessoa que pegar no Orçamento Geral do Estado vai dizer que o Governo está a construir, mas o Governo não está construir. O Governo está a pagar dívidas daquilo que já foi construído e inaugurado. Por isso, acho que parece um bocado esquisito, estarmos sempre a ver isso aqui, todos os anos as mesmas coisas. Acho que precisamos de alterar isso.

Outra questão tem a ver com a implementação do Estatuto de Carreira Docente. Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior, não posso ficar sem falar sobre esta questão, é um aspecto.

Outro aspecto é o enquadramento de professores. Há muitos professores no sistema, que não estão enquadrados, a leccionarem há mais de 10, 20 anos. É muito estranho! Por isso, há necessidade de nós resolvermos esse problema de uma vez por todas, implementando o Estatuto de Carreira Docente.

Acho que a Sra. Ministra tem uma informação que já é do domínio público, que os professores apresentaram uma carta de reivindicação a Sua Excelência Ministra da Educação e Ensino Superior, dizendo que há um conjunto de preocupações que os mesmos têm e querem que sejam resolvidas. Caso não, em princípio, em 20 de Janeiro, poderão entrar em greve. É um documento que está a circular. Penso que a Sra. Ministra deve ter conhecimento deste documento. Eu gostaria de usar esse microfone para dizer ao Governo que, com a mesma celeridade com que se resolveu a questão da greve dos funcionários das Finanças, também que se encontre uma forma de resolver os problemas dos professores.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

**A Sra. Beatriz Azevedo (MCI):** — Sr. Presidente, eu tomo a palavra para fazer um reparo e não uma intervenção. Aqui na rubrica 64.73 «Construção de muro de vedação na Escola Integral». Se for Mouro Peixe, não está em Caué.

**Uma voz:** — Deve ser Ribeira Peixe.

**A Sra. Beatriz Azevedo (MCI):** — Se for Ribeira Peixe, sim está em Caué. Mas Mouro Peixe não está em Caué. Eu gostaria de saber se esse projecto é para Caué ou para Lobata, para não estar inscrito um projecto que não está integrado em Caué. Caué pode ficar aqui como Distrito que vai ser beneficiado, mas no fim das contas não.

Depois gostaria que passasse a palavra ao meu colega, que também quer fazer uma intervenção.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

**O Sr. Arlindo Ramos (ADI):** — Sr. Presidente, eu trago aqui duas preocupações.

Vejo, por exemplo, aqui no Orçamento Geral do Estado dois itens que falam de construção e reabilitação das infra-estruturas escolares e escola comunitária. Primeiro, eu queria um esclarecimento sobre o que é isso de Escola Comunitária.

E depois sobre essa construção e reabilitação das infra-estruturas escolares, eu gostaria de lembrar a Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior de que em Lobata temos duas escolas que recebem crianças e alunos de quatro comunidades. Portanto, a Escola de Santa Luzia, que recebe as crianças de Santa Luzia, Água Sampaio, Santa Clara e Monte Carmo. Portanto, essa Escola não está em condições, neste momento, para albergar essas crianças. É preciso ampliação e reparação. Portanto, estou a alertar para esse facto.

Outra escola é a de Caldeiras, que também alberga as crianças de Água Coimbra, Poiso alto, Boa Esperança e Caldeiras. Portanto, são duas escolas em que o número de crianças vai aumentando e as escolas, neste momento, não suportam o número de crianças.

Gostaria de aproveitar para solicitar se nessa reabilitação de infra-estruturas escolares estão incluídas essas duas escolas.

O Sr. Presidente: — Qual é a rubrica da reabilitação?

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — Rubrica 30.33.

O Sr. Presidente: — Rubrica 30.33 é construção.

O Sr. Arlindo Ramos (ADI): — É construção e reabilitação.

O Sr. Presidente: — Está bem, já vi.

Tem a palavra a Sra. Deputada Paula Tavares.

A Sra. Paula Tavares (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde. Eu desejo um Bom Ano a todos e ao povo de São Tomé e Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, a preocupação que me traz aqui é que desde que entrei nesta Assembleia, vinha falando da Escola de Campo. Eu venho aqui, porquê? Porque no momento que atravessamos agora da pandemia, sempre pedi, não só eu como o Deputado José Rui, a reabilitação dessa escola. Há-de chegar um dia que essa escola irá abafar os alunos. Temos alunos desde a 1.ª a 8.ª classes, e essas crianças estão a padecer.

Com a reabilitação dessa Escola, Sr. Primeiro-Ministro, eu acho que iria ajudar ao Governo na questão do distanciamento, por causa da pandemia. É uma escola que não tem água. Nem a escola nem a creche. Não construíram nenhum lavatório para a lavagem das mãos. Por isso, eu quero apelar ao Governo, por favor. Estava no Orçamento de 2020, «Escola de Campo», no Orçamento Rectificativo não vi e nesse também não. É um favor que estou a pedir ao Governo, porque vai ajudar. As crianças, os pais e encarregados de educação agradecem!

Gostaria de aproveitar para felicitar o Governo, por ter colocado os muros de vedação da Escola de Esprainha e Santa Geny, porque na verdade é um caso muito complicado, porque está muito na berma da estrada.

Era só essa a minha preocupação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. Maria das Neves (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, gostava de saudar os que cá estão.

Sr. Primeiro-Ministro, não há dúvida de que devemos elogiar o esforço que tem sido feito na construção de infra-estruturas escolares, nomeadamente construção de escolas e salas de aulas. Nós reconhecemos que a nossa população vem crescendo consideravelmente, sobretudo a população infantil, a população estudantil, o que urge uma atenção especial. Por isso, eu considero que a Saúde e a Educação devem ser os sectores mais prioritários para este Governo.

O Sr. Primeiro-Ministro dizia aqui, aliás, cumprindo o objectivo da Agenda 20/30, que é «não deixar ninguém para traz». Não deixar ninguém para traz é um dos objectivos que a Educação pode ajudar a cumprir, indo buscar as pessoas que estão fora do sistema escolar, para que possam beneficiar de formação.

Nesses últimos tempos, nós temos falado muito sobre a questão da diáspora, da necessidade de maior integração da diáspora, da necessidade de maior atenção à diáspora. E eu venho levantar uma questão em relação à nossa comunidade em Libreville – Gabão. Como é do conhecimento de todos, havia em Libreville uma escola, praticamente que se considerava Escola Portuguesa de São Tomé, que ajudava muito os pais na educação dos seus filhos. Era uma escola que estava a ser liderada pelo falecido Gonçalo Monteiro, e não há dúvida que essa escola ajudou a formar muitos alunos são-tomenses na diáspora. Com a morte do Gonçalo Monteiro, essa escola praticamente desapareceu, e os pais reclamam, porque não têm tido a possibilidade de fazer com que os filhos dêem continuidade aos seus estudos.

Alguns pais têm enviado crianças para São Tomé e outros nem por isso. De acordo com as informações que pude obter, há cerca de 200 crianças, nesse momento, que estão a necessitar deste ensino, para poderem dar continuidade aos seus estudos, porque há muitas que estão a ficar mesmo em casa, sem acesso a outro estabelecimento escolar.

Dos contactos feitos, disseram que mesmo na época do Gonçalo Monteiro, havia uma comparticipação dos pais. De acordo com orçamento, isso ronda à volta de 16 000 euros por mês. Os pais participando

poderia reduzir o esforço do Governo nessa matéria. Por isso, gostava de propor que este Governo desse uma atenção a isso, para que se pudesse dar continuidade a essa escola, no sentido de fazer com que esses miúdos possam ter acesso à escola.

Eu gostava de propor, porque vejo aqui, no capítulo 34.05, uma dotação orçamental para o empoderamento das raparigas e educação de qualidade para todos. Se nós, desta verba que rondam os 7 331 dobras, retirarmos pelo menos 1 000 dobras, podíamos começar a dar sinal de que o Governo quer ajudar e os pais comparticiparem com outra parte, para fazer com que esses meninos voltem ao sistema escolar.

Esta é a minha proposta, portanto, gostava que pudesse analisar essa possibilidade.

Um outro caso, eu vejo aqui muitas construções de jardins-de-infância, com as quais eu concordo. Eu também tinha essa preocupação que levantou o Sr. Deputado que me antecedeu. Quando vi o valor de 100 000 dobras, achei que era muito irrisório. Eu disse: será a conclusão de um jardim ou o início da obra, porque de facto parece ser muito pouco. Mas eu também tenho conhecimento de que na Praia Pesqueira, toda gente sabe, que é uma zona de Caué muito pobre, não tem um jardim e muitas crianças não vão à escola, porque não existe um jardim. Isto é uma sugestão, não sei se neste orçamento será possível, mas que o Governo reflecta sobre isso, na perspectiva de nos próximos tempos termos jardim-de-infância na Praia Pesqueira, porque é uma forma de ajudar as crianças a entrarem no sistema.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

**O Sr. Carlos Pinheiro (ADI):** — Sr. Presidente, a minha intervenção é para pedir esse esclarecimento, antes de fazer uma proposta concreta, tendo em conta que nas Grandes Opções do Plano registei a intenção positiva do Governo em relação à implementação de medidas que possam vir a descentralizar a oferta de oportunidades de acesso ao ensino superior. E o Governo vai mais, dizendo assim: «...sobretudo na Região Autónoma do Príncipe». Espectáculo, gostei! Agora, quando tentei ver o enquadramento orçamental para isto, não encontrei. Bem, tive a seguinte reflexão. É possível, se calhar, estar a pensar numa infra-estrutura que já existe, para puderem usar.

Gostaria de saber se realmente o Governo vai implementar esta acção, porque é um problema grave. Há muitos jovens que terminam o 12.º ano e não conseguem continuar, por várias razões. E também há muitos adultos, inclusive funcionários públicos, que querem continuar a carreira académica, mesmo no período pós-laboral, e não conseguem. Não se podem deslocar por causa dos compromissos profissionais, etc. Aqueles que se descolam têm tido enormes dificuldades de permanecer, até mesmo familiar, o que tem acontecido, eu creio que no Príncipe muita gente sabe, até isso tem causado desestruturação familiar, e é um problema social grave.

Por isso, eu gostaria de saber da Sra. Ministra, se pudesse realmente avançar com isso, fazer um levantamento e ver quais são os cursos que se pode implementar, e quadros que temos no Príncipe podem ser preparados para poderem avançar com essa iniciativa.

Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Adilson Vaz.

É preciso ter em conta o tempo, ainda temos mais dois Ministérios.

**O Sr. Adilson Vaz (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Tendo em conta que estamos na discussão na especialidade, eu quero fazer um reparo, ou seja, lembrar a Sra. Ministra. Na Escola Secundária de Angolares, numa das salas, quando chove, os professores não conseguem trabalhar. Como nós vimos na rubrica 38.33, que diz construção e reabilitação das infra-estruturas escolares, então eu queria que a Sra. Ministra tomasse boa nota, para dar uma atenção a esta turma.

Gostaria que desse também atenção ao jardim-de-infância em Angolares, que foi construído há muitos anos, com capacidade para 60 crianças, mas hoje estão no jardim aproximadamente 200 crianças. O senhor padre é que concedeu algumas turmas na Igreja Católica, de forma também a ajudar na questão de distanciamento social, para evitar a Covid-19.

Espero que a Sra. Ministra tome uma boa nota, e a população de Caué agradece.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

**O Sr. Presidente:** — O Grupo Parlamentar do ADI só tem um minuto e meio, temos ainda dois Ministérios.

**Uma voz:** — Posso?

O Sr. Presidente: — Não é para si.  
Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, mais uma vez, boa tarde a todos.

Sra. Ministra da Educação, nas Grandes Opções do Plano, nós temos um item que faz referência ao programa de combate ao insucesso escolar, e nós temos um item que diz o seguinte: «Envolver e responsabilizar mais os pais e encarregados de educação na educação dos seus educandos». Eu, como professora de carreira e de formação, também me sentiria muito feliz em saber que o Ministério da Educação está a associar-se aos pais, para que realmente haja uma boa educação. Os miúdos, hoje em dia, estão irrequietos desde o jardim até ao 12.º ano, e se não houver uma envolvência dos pais e encarregados de educação, nada feito. Aliás, nós sabemos que uma boa educação faz-se desde o berço. Um indivíduo pode ser formado, licenciado, doutorado, mestre, se não tiver uma boa educação de berço, a dose de ignorância dele contínua com ele. Portanto, Sra. Ministra, muito bem, só que eu não vejo no Orçamento Geral do Estado alguma verba ou alguma reafectação, para que se resolva este problema. Eu gostaria que a Sra. Ministra, no quadro das explicações, pudesse esclarecer-me com relação a isso.

No Orçamento Geral do Estado, no item 34.05, eu vejo: «empoderamento das raparigas e a educação de qualidade para todos». Muito bem, esse é um indicador de nível 1 para questões de género. Bravo! Mas eu não sei como é que o Ministério da Educação pretende levar a cabo este projecto. Eu gostaria que a Sra. Ministra, ao explanar ou ao responder às questões, explicasse como é que pensa em levar a cabo esse projecto.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Rui Cardoso pediu de novo?

O Sr. **José Rui Tavares** (MLSTP/PSD): — Não. Raúl Cardoso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, quando eu entrei na Sala, ouvi o Sr. Deputado José António Miguel a levantar a questão da construção de um jardim-de-infância em Folha-Fede. Sr. Ministro, eu acho que deve ter havido alguma confusão, porque 100 000 dobras, estamos a falar de 4 000 euros. Foi de certeza uma confusão.

E depois eu vejo aqui umas rubricas com valores que eu também não sei o que é. Eu peço aqui desculpas, pela minha ignorância, a escola em rede com 2,5 milhões, depois vejo escola comunitária com 5,7 milhões, todos esses financiamentos são do Japão, a construção do jardim-de-infância em Folha-Fede também.

Não seria possível, no quadro dessas duas verbas, tentar-se encontrar uma maneira de poder reforçar a questão da creche de Folha-Fede? Eu acredito que podíamos encontrar essa saída.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado Raúl Cardoso.

Vamos tentar resumir as propostas que foram aqui avançadas, eu peço atenção dos Srs. Deputados que fizeram intervenção, se houver algum lapso da Mesa, para corrigirem. Da nota que conseguimos registar, quase tudo irá desembocar na rubrica 38.33. Nesta rubrica 38.33, que tem a ver com a construção e reabilitação das infra-estruturas escolares, pensamos que os Deputados querem que seja descondensada, mas especificando as escolas que vão ter intervenção. Daí registamos a construção dos pavilhões desportivos nas Escolas de Bobô-Forro e Madre de Deus.

Reforço da verba 25.68, com mais 1 milhão, se calhar, 2 milhões, para Bobô-Forro e Madre de Deus.

Reabilitação e construção de mais uma sala nas escolas de Santa Luzia e Caldeiras, se tomarmos como referência os valores que estão aqui nestas rubricas, 1 milhão para as duas escolas.

Construção do campo desportivo para a Escola da Ribeira Afonso, também 1 milhão, tudo a sair desta verba.

Construção do jardim-de-infância de Angra Toldo, como um dos jardins do Distrito de Caué, também 1 milhão.

Reforço da verba 51.27, construção do jardim-de-infância de Folha Fede, está cá 100 000 dobras, mais 900 000 dobras, nesse caso, 1 milhão.

Construção de um jardim-de-infância na Praia Pesqueira, Caué, também 1 milhão.

Reabilitação do jardim-de-infância de Plancas Primeira, 100 000.

E, por fim, sobrará 1 milhão para a reabilitação de outras infra-estruturas escolares. Quer dizer que nesta rubrica só fica em aberto 1 milhão para outras infra-estruturas escolares.

Na rubrica 34.05, retirar 1 milhão para comparticipação do Estado no sistema escolar das crianças são-tomenses, em Libreville, ou seja, integração das crianças são-tomenses no sistema escolar em Libreville.

Bom, sobre a proposta feita pela Sra. Deputada Maria das Neves, o Sr. Ministro está a dizer que não acolhe o consentimento do financiador. Daí que tem que encontrar uma outra verba ou ficar para o próximo Orçamento. Pode-se encontrar uma outra verba. Nesta rubrica não acolhe o assentimento do financiador.

Resumindo, com o valor atribuído na rubrica 38.33, também está o reforço da verba 25.68, portanto, está 1 milhão passará a ser 2 milhões; muro de vedação das escolas de Santa Geny e Esprainha. Portanto, se descondensarmos essa descrição, encontraremos como encaixar todas as preocupações aqui havidas e ficará claro qual será o destino desta verba, e não condensar como está, sem saber para que escola.

Agora cabe às Sras. e aos Srs. Deputados se pronunciarem, e o Governo também naturalmente irá fazer a sua contraproposta.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves, depois o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tenho uma contraproposta. Tendo em conta que as crianças já estão a 2 anos sem participar no sistema escolar, considerando que nesta rubrica 38.33, ainda sobra 1 milhão de dobras, podia-se reverter a favor da comparticipação do Estado para essas crianças, já que não é possível retirar da verba do Banco Mundial.

Obrigada, esta é a minha contraproposta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Caberá ao Governo pronunciar, mas nós estamos a falar de descrições completamente diferentes. «Construção e reabilitação das infra-estruturas escolares» não têm nada a ver com comparticipação do estado na integração do sistema. Mas o Sr. Primeiro-Ministro, se calhar...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, gostaria que a Sra. Ministra se pronuncia, para esclarecer algumas verbas.

O Sr. **Presidente**: — Tentei resumir as preocupações. Mantém a preocupação da Sra. Deputada Maria das Neves, porque todos levantaram a questão focalizando apenas na rubrica 38.33, mas não diziam o montante. Tomamos como referência os valores de reabilitação e construção do jardim, valor médio, e descondensarmos. Mas caberá aos Srs. Deputados reagirem, naturalmente, a Sra. Ministra irá em última análise decidir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, eu fico preocupado com a forma como essa verba tem sido retalhada. Pode-se não resolver nada. Eu acho que a Ministra deve esclarecer primeiramente a que se destina essa verba, porque nós não sabemos.

Nós fizemos a proposta, mas pode ser que a Ministra tenha outro destino. Portanto, ela deve esclarecer, de forma a nós tomarmos uma posição em relação a essas escolas. Porque o estado da degradação, tanto da escola de Santa Luzia, como de Caldeiras é muito grande, e 1 milhão não vai resolver esses problemas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, mais alguma reacção? Não sendo o caso, passo a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro ou à Sra. Ministra.

Tem a palavra a Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior.

A Sra. **Ministra da Educação e Ensino Superior** (Julieta Rodrigues): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão, Caros Colegas Membros do Governo, Caras Deputadas e Caros Deputados, muito boa tarde.

Como é a primeira vez que eu tomo a palavra nesta augusta Assembleia, desejo a todos muita saúde e muitas realizações, neste ano, infelizmente com a situação pandémica.

Eu registei todas as preocupações aqui levantadas pelos diferentes Deputados, e gostaria de dizer que o Ministério da Educação e Ensino Superior, de acordo com os seus esforços para arrancar o ano lectivo, neste momento pandémico, tinha que optar por uma modalidade que muitos de nós não gostaríamos, que é o regime triplo, mas eu sou dessas que prefiro, dentro da minha humildade, melhor aproveitar um pouco que nada. Não manter setenta e tal mil crianças em casa. Aplicamos uma política que não foi de acordo com os vários anseios e cobertura a nível nacional, que foi tele e rádio aula. Daí que optamos mesmo por arrancar o ano lectivo.

Como sabem, isto veio movimentar a economia do nosso país, também é um dos aspectos, e fez com que adoptássemos uma medida que foi encarregar muito a massa salarial. É verdade que resolvemos problemas de muitos jovens, de muitas famílias, dando emprego às pessoas, mas ainda assim temos tido alguns constrangimentos, que nós, o Ministério da Educação, já tomamos medidas. Isto vai ao encontro do problema que o Líder Parlamentar do ADI levantou, porque nós temos um despacho e orientamos para a colocação de professores. Acontece, porém, que as estruturas intermédias é que gerem, e fugiu ao nosso controlo. Daí que nós tomamos algumas medidas, fizemos o levantamento de todos os horários, estamos

neste momento a resolver este problema, e abrimos um inquérito para responsabilizar também os directores das escolas. Porque houve orientações para que as pessoas seguissem o despacho, na colocação dos professores.

É verdade que nós recrutamos muitos professores que já estão no último ano. Nós abrimos o concurso somente para os alunos do Instituto Superior da Educação e Comunicação (ISEC), para o Ensino Básico, e da Faculdade de Ciência e Tecnologia, para o Ensino Secundário. Daí que limitamos. É verdade que também recrutamos um ou outro professor com a 12.<sup>a</sup> classe, para as regiões mais longínquas do País, como Quimpo e Anselmo Andrade, mas eles tiveram uma formação. Todos os professores tiveram uma formação, no âmbito do conceito da pandemia da Covid-19: ética profissional, deontologia e todos outros aspectos. Estão a ser acompanhados pelas estruturas que nós temos ao nível do Ministério da Educação e Ensino Superior, como a estrutura de supervisão, da inspecção e por orientadores pedagógicos. Por isso, estão a ser acompanhados, para darem coberturas a essas necessidades do processo de ensino e aprendizagem.

Sr. Deputado, esta situação está nas nossas mãos. As pessoas vão ter que assumir a suas responsabilidades, porque não se pode ter um professor a dar uma ou outra turma, não há necessidades. Realmente isso acarreta despesas enormes, em termos de massa salarial. Isso é um dos aspectos que estamos a resolver.

Em termos de construções, eu gostaria, neste aspecto, de não concordar muito com algumas realocações que foram aqui apresentadas. É verdade que estamos a construir e reabilitar quase todas as infra-estruturas escolares que estão degradadas, mas como podem compreender as coisas têm que ser feitas paulatinamente. Estamos a atender às escolas que estão com a degradação muito acentuada. Daí que a nossa dinâmica em termos de construção e reabilitação escolar vai continuar. Isso tem que ser feito paulatinamente, mas a questão de realocação de verbas, é verdade que apontaram aqui a rubrica 38.33, mas acontece que esta rubrica tem um compromisso que, neste momento, se encontra já no Tribunal de Contas, que é a Escola Básica de Santi. É um compromisso que também terá que sair desta verba.

Na verdade, há problemas com a verba da construção do jardim de Folha Fede, mas poderemos só realocar um montante e deixar 3 milhões de dobras, para atender à necessidade da construção do Jardim de Santarém e inclusive atender uma ou outra escola da Região Autónoma do Príncipe. Nós já nos comprometemos com a Região Autónoma do Príncipe. Fizemos algum levantamento e só resta que a própria Região Autónoma do Príncipe defina qual é a infra-estrutura que brevemente iremos reabilitar.

Daí que essa realocação não poderá ser toda, mas sim tirar uma parte e deixar os 3 milhões de dobras.

Isso é em termos de alguns assuntos que foram aqui levantados, que é óbvio.

Em termos da construção do Liceu de Angolares, não arrancou obviamente, porque nós estamos a projectar um liceu de grande envergadura, de acordo com as necessidades modernas, que não fique aquém dos liceus que nós temos agora. Daí que todo o projecto tem que passar pelo Ministério das Infra-estruturas e Obras Públicas. Neste momento, esse projecto já se encontra quase na sua conclusão e, brevemente, com a aprovação deste Orçamento Geral do Estado, nós daremos avanço ao mesmo. Por isso, eu quero acalmar aqui os Deputados de Caué, que terão o vosso liceu, que tanta falta faz ao Distrito de Caué, e a outros distritos, porque a dinâmica é levar um liceu a todos os distritos do País, inclusive à Região Autónoma do Príncipe. Mas, como devem saber, não podemos fazer tudo ao mesmo tempo.

A aquisição de autocarros também está prevista.

É verdade que a nossa preocupação, ao nível do Ministério da Educação e Ensino Superior, é beneficiar os alunos, tanto dos diferentes distritos do País, de São Tomé, como da Região Autónoma do Príncipe, não somente com uma bolsa interna que resume ao pagamento de propinas, mas também uma ajuda de custo para que possam resolver o problema de alimentação, de transporte, quiçá de habitação. Estamos a negociar com as empresas petrolíferas, no sentido de, não só alocar bolsas às instituições escolares superiores, mas aos alunos, para resolverem aqueles problemas sociais. Está em carteira esse projecto.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Carlos Pinheiro, que os estudantes já vão beneficiar de 60 bolsas, para São Tomé, e 20 para a Região Autónoma do Príncipe, com a empresa Total. Esta bolsa cobre inclusive materiais didácticos, o pagamento de alojamento, etc.

Em termos da Escola Secundária de Angolares que se molha quando chove, nós registamos e vamos dar atenção, dentro das verbas possíveis para atender a assuntos emergentes.

Eu quero dizer aqui aos caros Deputados, na próxima Sexta-feira, nós vamos assinar com o Director-geral do Banco Mundial, que está cá, o projecto de empoderamento das raparigas e qualidade da educação. É um projecto que ronda os 17,5 milhões, vai beneficiar as raparigas, em termos de acesso e fixação nas escolas; vai atender à questão da formação dos professores, dos supervisores, dos orientadores pedagógicos e todos os aspectos, em termos da qualidade de ensino. Já na próxima Sexta-feira vamos assinar esse projecto e brevemente o lançaremos.

Daí que, quando a Deputada Maria das Neves propõe a realocação dessa verba, poderemos ver a questão, não especificamente como atender à diáspora, mas poderemos abordar em termos de apoio às raparigas, porque essa questão da escola piloto de Libreville, que foi liderada pelo falecido Gonçalo Monteiro, depois do seu falecimento nós quisemos continuar com a mesma estrutura. Acontece, porém, que

a infra-estrutura estava totalmente degradada, daí que exigia um grande investimento da nossa parte. Mas a situação está em carteira e estamos a estudar como retomar esse processo.

Gostaria de dizer aos Srs. Deputados que muitos dos assuntos que não estão aqui na rubrica, temos apoios dos nossos parceiros. Neste momento, está em funcionamento o programa de apoio integrado ao sector educativo, com o financiamento da Cooperação Portuguesa. Esse projecto abrange a formação contínua e em exercício dos professores, a revisão curricular para a formação inicial dos professores do Ensino Secundário, o apetrechamento dos laboratórios de Biologia, de Química e Física na Universidade de São Tomé, bem como a sua internacionalização.

Por isso, temos tido apoio dos nossos parceiros: a Cooperação Portuguesa, o próximo projecto com o Banco Mundial e os projectos também com o Brasil. No caso, organizarmos a segunda fase da potencialidade da formação do Centro do Brasil, que nós iremos investir em termos de formação profissional, ao nível da rede de computação e outras formações.

Eu creio que, muito resumidamente, eu respondi às questões, inclusive àquelas que não me foram colocadas, mas era para passar a informação.

O Sr. Deputado José António Miguel levantou a questão da implementação do Estatuto de Carreira Docente. Gostaria de dizer ao Deputado que o Estatuto de Carreira Docente está sendo implementado. Inclusive, quando nós chegamos, havia uma reivindicação, já há muito tempo, das 8 horas para beneficiar os professores do Ensino Básico. Nós beneficiámos os professores do Ensino Básico e já usufruem das 8 horas extraordinárias.

O enquadramento de 234 professores está a ser equacionado, só se está à espera da aprovação deste Orçamento Geral do Estado. A questão é que não se pode fazer uma coisa sem outra. Primeiramente, nós temos que enquadrar os professores que já há mais tempo solicitavam e depois a sua promoção. Por isso, essa questão que temos em mãos sobre o pré-aviso de greve, eu gostaria de informar que nós estamos abertos ao diálogo. Desde que entramos, temos recebido cartas reivindicativas e temos respondido. Há o problema do reajuste salarial, como todos sabem, a questão conjuntural, não há como se aumentar o salário, mas também têm conhecimento de que é um assunto que está sobre a mesa, o reajuste salarial. É nesse contexto que estamos a discutir a questão de reajuste salarial, de acordo com as realidades financeiras e económicas do País. Não fechamos as portas, estamos abertos ao diálogo. Já fizemos várias reuniões, inclusive despachos conjuntos, feitos pela Ministra da Educação e Ensino Superior e o Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, e rejeitaram categoricamente. Por isso, está-se aberto ao diálogo. Nós não fechamos as portas ao diálogo. Não vamos entrar aqui em pormenores, porque é uma questão que haverá espaço próprio para o efeito.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, eu creio ter respondido ...

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Polo universitário?

O Sr. **Presidente**: — Polo universitário? Mas o que é que queria com o polo universitário. Tem a palavra a Sra. Ministra da Educação e Ensino Superior.

A Sra. **Ministra da Educação e Ensino Superior**: — A Deputada Beatriz levantou a questão sobre a construção do muro de vedação em Mouro Peixe, Lobata. Foi um engano e vamos rectificar.

Sr. Deputado, é verdade que todos os distritos e a Região Autónoma do Príncipe exigem polos universitários. Estamos a fazer um levantamento, para equacionar este assunto. Como deve saber, é verdade que hoje as pessoas tomaram consciência de que se deve prosseguir o estudo.

Principalmente na Região Autónoma do Príncipe, que sofre da dupla insularidade, há a necessidade sim de se levar a formação universitária e principalmente do pessoal docente. Está-se a equacionar este assunto e brevemente nós veremos. É verdade que o orçamento não vislumbra, mas também estamos a trabalhar junto aos nossos parceiros, mesmo nesse programa de apoio integrado ao sector educativo poderemos contemplar esse assunto, não em todos os cursos, mas naqueles que realmente se precisa neste momento.

*Applausos do MLSTP/PSD.*

A Sra. **Paula Tavares** (MLSTP/PSD): — Escola do Campo?

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sra. Ministra pelo esclarecimento muito claro. A Escola do Campo pode estar enquadrada nas escolas comunitárias.

*Murmúrios gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Já não temos tempo. Está toda gente a pedir, mas o Governo já não tem tempo. Vamos reorganizar o trabalho, a questão da Escola do Campo pode estar inserida nas escolas comunitárias, está no Orçamento. Podemos concluir?

Por aquilo que podemos depreender, vamos fazer uma recapitulação da contraproposta da Sra. Ministra. Portanto, a Sra. Ministra mantém, na rubrica 33.38, 3 milhões de dobras, para os compromissos já assumidos com a escola de Santi, no Distrito de Mé-Zóchi, e outra parte para a Região Autónoma do Príncipe.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — Sr. Presidente, cortaríamos 50% dessa verba, que é geral, porque, além desses compromissos, nós temos que garantir a manutenção dessas escolas. É uma rede muito grande. Estamos a falar de duzentas e tal escolas espalhadas pelo país adentro. É preciso manter as que já estão construídas. Nós temos que deixar pelo menos alguma verba, para podermos continuar a garantir a manutenção do que já existe. Não basta construir! É preciso manter o funcionamento! Nós sabemos isso, mesmo nas nossas casas. É preciso garantir a manutenção. Talvez redistribuir 50% e deixar 50%, para os compromissos assumidos e garantia de alguma manutenção.

**O Sr. Presidente:** — Vamos, neste caso, referir a essa redistribuição. Claro que algumas propostas vão cair. Portanto, dos 4 milhões que vão restar, fica a primeira prioridade, reforço da verba 51.27 – Construção do Jardim de Infância de Folha Fede, que está com 100, para 1 milhão, neste caso mais 900. A diferença de 100 para reabilitação do Jardim de Infância de Plancas Primeira, que é pequeno, mas tem um tecto muito frágil. É preciso entender o que é campo de futebol, não é estádio, mas sim campo na Escola de Ribeira Afonso, Distrito de Cantagalo. Reabilitação da escola de Caldeiras e Santa Luzia, em Lobata, e Construção do Jardim de Infância de Angra Toldo, em Caué.

A Praia Pesqueira ficará para a próxima, não podemos pôr tudo neste orçamento.

Bobô Forro e Chácara caem?

**Uma voz:** — Caem?

**O Sr. Primeiro-Ministro:** — É um ginásio. Já exige uma obra de algum volume.

**O Sr. Presidente:** — É um ginásio. É preciso ter dinheiro. Então, os quatro já estão distribuídos. No entanto, 66.15, também pede reforço de 1 milhão para 25.68, muro de vedação de Santa Geny e Esprainha, Lembá. Portanto, é escola comunitária.

Se estiverem de acordo vamos entregar aos técnicos a redistribuição. Alguma oposição?

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

**A Sra. Beatriz Azevedo (MCI):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, Caros Deputados: O Distrito de Caué, conscientemente, nos 45 anos da Independência, foi o mais prejudicado. Se recorrermos aos Orçamentos que foram aqui aprovados ao longo desses anos, há distritos aqui que estão com uns projectos sobre outros. Mas eu sei porquê. Porque se nós formos ver o Orçamento Geral do Estado, o que está a contar são os distritos têm membros do Governo. Como Caué não tem nenhum membro do Governo nem Presidente da Assembleia Nacional, estamos na situação em que estamos.

Temos que ter um bocado de consciência, gente! A comunidade de Angra Toldo precisa de jardim, há crianças! A comunidade de Praia Pesqueira precisa de jardim! As crianças saem de Praia Pesqueira e muitas vezes atravessam o Rio Mioba para chegarem a Ribeira Peixe. Se há esses dois projectos, por que é que têm que cortar um e ficar um. Enquanto em vários anos, nos orçamentos que vieram aqui para os outros distritos, nunca se cortou nada para o benefício de Caué. Nós temos que ter um bocado de consciência! Todos nós somos são-tomenses, gente!

Por que é que eu pedi balanço daquilo que foi o Orçamento Geral do Estado de 2020? Não só de 2020, como ao longo desses anos todos? Para saber na realidade o que é que Caué teve como benefício.

Muito obrigada.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro aceitou a sua reivindicação. Vamos incluir de novo «Construção do jardim de Praia Pesqueira».

*Aplausos gerais.*

Portanto, Caué ganhou duas vezes. Registe, Angra Toldo e Praia Pesqueira! Portanto, mantem-se a primeira forma, ficando 3 milhões do compromisso e outros cinco foram distribuídos. Bobô Forro e Madre de Deus terão que esperar um projecto muito mais robusto. Estão todos de acordo? Podemos fechar?

**Vozes:** — Sim!

**O Sr. Presidente:** — Portanto, está fechado o Ministério da Educação e Ensino Superior.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Vamos fazer uma proposta de redistribuição do tempo, por termos concluído a área social, hoje. Já pusemos os Ministros aqui todo o tempo e não voltar amanhã. Assim, mais 1 hora para redistribuir.

**A Sra. Beatriz Azevedo (MCI):** — Mas para que dia, Sr. Presidente?

**O Sr. Presidente:** — Hoje.

Portanto, 18 minutos para o Governo, 18 minutos para ADI, 16 minutos para o MLSTP/PSD, 5 minutos para Coligação PCD/MDFM-UDD e 3 minutos para o Movimento de Cidadãos Independentes. Podem introduzir o tempo!

Passemos à análise, na especialidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral de Estado do Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo. Estão abertas as inscrições!

Tem a palavra o Sr. Deputado António Faleiro.

**O Sr. António Faleiro (MCI):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Caras e Caros Colegas Deputados, muito boa tarde.

Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, aqui no Orçamento, no item 10.12, há um valor de 2 milhões para a construção do campo de futebol. Gostaria de saber se houve um estudo de raiz para se construir esse campo de futebol. Se forem 2 milhões para a construção de um campo de futebol, haverá um muro de vedação em volta desse campo ou um terreno aplanado com balizas? Porque se não tiver relvado e se não tiver um muro de vedação, será a mesma coisa que nada, porque será um dinheiro gasto e perdido. Seria só para porcos e bois pastarem.

Eu gostaria de dizer ao Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo que Caué é um distrito que tem jovens com talento. Em Porto Alegre e Ribeira Peixe, não temos um campo de futebol, apenas um espaço de diversão. E gostaria que se desse uma atenção a esses campos de futebol.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Rui.

**O Sr. José Rui Tavares (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, eu venho cá falar da rubrica 62.46, que é construção de polidesportivo. Na altura da discussão do Orçamento Rectificativo, eu tinha levantado aqui esta questão, mas entendi que o tal Orçamento era só para 3 ou 4 meses. Neste momento, vejo aqui construção de polidesportivos, nacional. Por esta razão, faço este apelo ao Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, para que possa ter em conta a empresa Diogo Vaz e Generosa, porque são lugares que necessitam de um centro, não diria um polidesportivo, mas um centro desportivo para os jovens.

É esta a minha preocupação.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

**O Sr. Raúl Cardoso (MLSTP/PSD):** — Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, eu sei que durante o ano passado o seu Ministério andou a requalificar alguns polidesportivos, nomeadamente em Lobata e creio que também em Lembá. Monte Café tem um polidesportivo. Não é algo que se possa dizer um polidesportivo, mas é preciso ir lá.

O Sr. Ministro já deve ter lá estado. É preciso fazer alguma coisa. Lá os miúdos jogam descalços, não há condições para se praticar desporto. Não há condições nenhuma. Eu não vejo nada neste Orçamento para isto. Eu gostaria que fosse uma das suas preocupações. Sei que conseguiu com apoio de algumas instituições, conseguiu fazer algumas coisas em relação a alguns desses polidesportivos. Agradeceria também que visse a questão daquele que está em Monte Café, se faz favor.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Joaquim.

**O Sr. Hélder Joaquim (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, neste Ministério, eu só quero pedir um apoio especial ao Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, atendendo que nós temos um polidesportivo em Cantagalo, em Água Izé, que o pavimento é uma desgraça. As pessoas, quando vão praticar o desporto, saem todas mutiladas. Nós estamos a pedir, porque é um centro que corta os pés e cria sempre problemas a muitos jovens. Por isso, queremos pedir ao Sr. Ministro que arranje condições para mudar o pavimento daquele centro desportivo, que está a carecer de alguma reabilitação. Então, encarecidamente, nós pedimos ao Sr. Ministro que olhe para aquele centro.

Obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, eu estava aqui a ver o Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, ainda me lembro, quando na Igreja da Sé, como acólito, nós andámos algum tempo juntos. Ficaria um bocado triste sair daqui sem fazer alguma consideração. Podia até achar que nós não vimos nenhum aspecto para fazer consideração.

Vendo o orçamento do Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, fica-se com a sensação de que se cinge a 12 de Março Desportivo, transferência para as Federações, etc. Dá-se uma sensação de um Ministério muito apagado, muito ofuscado, mas não. Estamos num país maioritariamente jovem e a juventude é transversal, mas não se vê espelhado no Ministério.

O que eu peço ao Sr. Ministro é toda a inteligência para interagir com os diferentes membros do Governo, para olhar a juventude. A juventude é saúde, é educação, etc.

Mas há um elemento aqui, que são as casas sociais que estão a ser construídas. Eu pedia ao Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo que essas casas sociais fossem atribuídas aos jovens, porque é uma política da juventude. Fala-se que a primeira instituição é a família. Se nós não ajudarmos os jovens a se organizarem, a terem estrutura, nós não estaremos a construir a Nação que todos nós desejamos. É verdade que não está inscrito no Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, está no Ministério das Infra-estruturas e Recursos Naturais, mas é necessário que se reveja também o que nas Grandes Opções do Plano não tem esta visão, mas seria bom que o Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo tivesse uma visão, preparando o País para o futuro.

No que concerne ao Projecto de Capacitação, Formação e Financiamento de Jovens Empreendedores, tem um parceiro bom, que é o Programa das Nações Unidas, parte-se do princípio de que o projecto é credível, queria-se perceber qual é a sua abrangência, em termos de números. Nós temos um défice, muitas vezes, quando discutimos as coisas e as perspectivas, nós não falámos de números. Em 2021, quantos jovens nós pretendemos atingir, do ponto de vista desta formação ou de apoio? A verba está descrita, fala-se de formação, capacitação e financiamento. Do ponto de vista da formação, queremos atingir quantos jovens? Do ponto de vista de financiamento aos jovens empreendedores, nós queremos atingir quantos jovens?

Portanto, são esses esclarecimentos que eu gostaria de obter.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adelino Costa.

O Sr. **Adelino Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, há uma rubrica 62.51 – Construção de pólo desportivo. Na Vila de Madalena, eu acredito que há a necessidade de ter um pólo desportivo. Eu queria fazer uma proposta de retirar 3,2 milhões para a construção de um pólo desportivo, na Vila de Madalena.

E também agradecer o Governo, porque já fazia tempo que a cidade de Trindade, Mé-Zóchi, tivesse um campo de futebol. Foi retirado o primeiro campo para a construção da escola. Eu acho que é prioridade educar as pessoas. O segundo espaço foi retirado, eu nem vou citar o motivo.

O Sr. **Hélder Joaquim** (MLSTP/PSD): — Pergunta ao Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Adelino Costa**: — Mas, desta vez, eu acredito que sim, que se vai concretizar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, eu tenho dificuldade em entender algumas actividades, alguns itens orçamentais aqui, porque isso está mais ligado ao Desporto. Tudo é mais desporto do que jovens.

Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, a nível do País, sempre nós falamos que somos um país jovem e, infelizmente, os jovens das zonas rurais, por falta de estruturas ou de infra-estruturas, têm fugido para a cidade. E, ultimamente, eu vi que o Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo começou a construir ou a reabilitar os centros de interacção jovem. E nós temos problemas com os jovens que vivem nas comunidades agrícolas. Como sabe, são agricultores, passam mais tempo no campo, e, logicamente, essas horas é que começam a regressar à casa. E, muitas vezes, não têm um centro onde possam divertir-se, onde possam ver ou praticar alguns jogos nas comunidades. Por isso, eu acho que a prática de construção de centros de interacção jovem devia continuar em 2021, mas, infelizmente, neste Orçamento não aparece nenhum centro.

Por isso, eu gostaria de propor, visto que há algumas zonas comunitárias que têm alguns centros que foram construídos no âmbito da campanha eleitoral, e que alguns foram aproveitados também pelo Estado, foram reabilitados, mas, hoje, esses centros de interacção jovem não existem. E não há um lugar onde os jovens possam se encontrar para falarem e discutirem os problemas do País. Por isso, eu sugeria aqui a construção ou reabilitação, se houver. Por exemplo, caso de Caldeiras, havia lá um centro, infelizmente foi transformado numa área de culto. Em Santa Clara havia um centro, foi transformado também numa estrutura de culto. Em Água Sampaio, a mesma coisa, portanto, há uma necessidade de construir o centro

de interacção jovem, mas devidamente equipados, com o televisor, com computador, onde os jovens possam, realmente, ocupar os seus tempos, depois do campo. O que nós vimos é que os jovens estão a deixar as suas zonas de conforto para virem para a cidade, por falta de diversão. São coisas que nós podemos fazer com pouco dinheiro.

Por isso, eu acho que a prática de construção de centros de interacção jovem devia continuar. Depois, há outra questão de alguns centros que foram construídos e estão abandonados.

Eu falo concretamente do centro de interacção jovem do Bairro do Hospital. Foi construído lá um centro, devidamente equipado, mas me parece que está fechado há muito tempo e os equipamentos que lá estavam, se não me engano, já lá não estão. Por isso, eu gostaria de alguma informação sobre esse aspecto.

Eu não trago, Sr. Presidente, como não há verba aqui para construção do centro de interacção jovem, não trago nenhuma proposta, só alertei ao Ministro que há uma necessidade de retomar essa prática, de forma a ocupar os jovens com outras actividades.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, eu tenho pouco tempo, vou ser rápido. Eu queria dizer ao Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo que já foi a Santa Catarina duas vezes e deixou lá uma promessa de que ia construir um campo desportivo em Santa Catarina. Eu não vejo aqui! Sr. Ministro, quem tem essa terra é a juventude, que são o motor revolucionário. Cuidado com promessas!

Risos.

Eu quero dizer ao Sr. Ministro para ver as empresas longínquas. Todas as actividades estão a ser feitas, aqui na cidade, estão a se esquecer das zonas rurais. É por isso que nós já não temos mais juventude nas zonas rurais. Toda a actividade está mais na cidade. Eu quero que o Sr. Ministro se lembre da Vila de Santa Catarina, para fazer um centro desportivo, para cobrir toda a comunidade.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Líder da Coligação PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, a questão da inclusão de pessoas com deficiências acaba sendo também uma matéria bastante importante, em termos de estratégia para com aquele segmento populacional. No passado, havia no Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo uma rubrica que era voltada para o apoio institucional, para o Comité Paralímpico. Eu tenho a sensação de que, para este Orçamento, isso não consta. Vê-se aqui o apoio institucional ao Comité Olímpico e ao Conselho Nacional da Juventude, é bastante importante, no entanto, eu não vi apoio institucional ao Comité Paralímpico. Era bastante importante que se tivesse isso em conta. Bem, já que eu tinha pedido ao Sr. Primeiro-Ministro, na altura, ao Governo, que explicasse a questão da GALP, passou à parte da Educação, como existe uma relação, é tudo mesmo voltado à questão do desporto. Gostaria de pedir ao Sr. Ministro para nos explicar em que ponto da situação se encontra o projecto financiado pela GALP, para a construção do pólo desportivo na Vila de Madalena.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, as minhas desculpas, mas eu tinha que voltar cá, pois na altura que estive cá esqueci-me de uma situação que devia colocar.

Sr. Ministro, os Jogos Juvenis da CPLP tiveram lugar em São Tomé e Príncipe, em 2018. Eu vejo cá a rubrica 66.76 – Pagamento da dívida. Aqueles Jogos continuam com dívida ainda? Portanto, é isto que eu gostaria de entender. Nós estamos aqui com tanta preocupação, várias pessoas preocupadas nas suas localidades, a fazerem projectos virados para a juventude, o que estou a ver são pagamentos de dívidas de um jogo que aconteceu em 2018. Eu gostaria que me explicasse isso, Sr. Ministro.

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Aysa Silva.

A Sra. **Aysa Silva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, boa noite.

É a primeira vez que faço uso da palavra, então venho desejar um bom ano e que a luz de Cristo ilumine a todos nós. Todos nós estamos a precisar da Luz de Cristo.

Sr. Ministro, o campo de Batepá pode ser um espaço de treinamento e formação de jovens. Esse campo precisa de uma atenção, desde colocação da baliza a nivelamento do terreno, mas não está contemplado no orçamento deste Ministério. Por isso, eu gostaria de propor que se retirasse da rubrica 49.06 o montante de 984 000, ficando ainda o montante de 9 milhões, para formação, capacitação e financiamento de jovens empreendedores.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. José António Miguel (ADI): — Sr. Presidente, depois da intervenção do Deputado Raúl Cardoso, eu fiquei com uma certa dúvida. Como é que um governo, em 2018, 2019 e 2021, praticamente, fica com uma dívida...

**Uma voz do ADI:** — Não é normal!

O Sr. José António Miguel (ADI): — ...de jogos já realizados desde em 2018? Eu não estou a entender, é preciso que me expliquem! Mas essa dívida ainda está acumulada todo esse tempo, porquê? É preciso que o Ministro explique o que é que se passa, porque não é normal estarmos a dever alguém, tanto tempo. As pessoas estão à espera que as dívidas sejam pagas todo esse tempo?

Quer dizer, eu acho que era bom que o Ministro esclarecesse, de facto, o que é que se passa. Sim, que o Ministro explicasse o que é se passa, porque não é possível! Como é que uma pessoa que precisa de dinheiro fica todo esse tempo sem receber 1.2 milhão de dobras, e o Governo diz que são dívidas anteriores? Quer dizer, nós estamos nessa moda de que tudo é dívida anterior. Vamos sair do poder, depois de 4 anos, deixando dívidas!

**Uma voz:** — É dívida do Estado!

O Sr. José António Miguel (ADI): — Exactamente! Não é preciso as pessoas saberem que de facto são dívidas do Estado, mas precisamos de honrar os nossos compromissos! Todo esse tempo para pagar? É um bocado grave!

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. Carlos Pinheiro (ADI): — Sr. Presidente, eu trago uma proposta concreta. A minha proposta é para que, na rubrica 62.51, o valor permaneça, mas que a descrição não seja para construção de pólo desportivo, mas sim, para a construção de um edifício do Instituto Regional da Juventude, na Região Autónoma do Príncipe. No Príncipe, não temos nenhum espaço físico onde possa funcionar o Instituto da Juventude. Não há nenhum espaço para a juventude. Portanto, é necessário encontrar também um espaço onde os jovens possam desenvolver as suas actividades, sobretudo porque temos vários problemas: isolamento, falta de alternativas, problema do álcool, etc. E, ultimamente, a 5.ª Comissão esteve no Príncipe, foi-nos colocada essa preocupação. Por isso, eu trago esta proposta concreta.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, cabe ao Ministro registrar, tendo em conta a fonte de financiamento e os compromissos assumidos com os financiadores, se se enquadra ao polo desportivo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Rita.

A Sra. Ana Rita (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu trago uma proposta quanto à rubrica 60.67 que diz: «Melhoria do polidesportivo», que tem um montante de 3.5 milhões. Eu gostaria de propor que se retirasse pelo menos 1 milhão para a melhoria do campo de futebol do Bairro do Hospital. É o único meio de diversão dos jovens ali do Bairro. As condições não são muito boas, por isso eu gostaria de propor isso.

Obrigada.

O Sr. Presidente: — Não temos mais inscritos, vamos passar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, ou a quem este indicar.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Vai responder o Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo.

O Sr. Presidente: — Há muitas propostas, mas vamos ouvir o Sr. Ministro. Depois disso, submetemos à apreciação dos Deputados.

O Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (Vinícius Pina): — Sr. Presidente, se calhar, eu iria começar pelas últimas questões que foram aqui abordadas. Bom, relativamente à

preocupação do Sr. Deputado, com relação ao Centro para a Juventude, na Região Autónoma do Príncipe, se reparar bem, os centros que têm sido reabilitados tem sido no âmbito da mobilização feita, na base da parceria do Ministério com a UNICEF. É nesta mesma base que nós fizemos este contacto, junto ao Governo Regional do Príncipe. Já identificamos um espaço, o centro será construído ou reabilitado, vamos dizer assim para a juventude da ilha do Príncipe. Portanto, não creio que haja a necessidade de se retirar da rubrica 62.51 o recurso para nós construirmos um centro na Região Autónoma do Príncipe. À semelhança do centro, nós também temos em andamento a obra da construção de uma incubadora de empresas para jovens na Região, que também será devidamente equipada.

Relativamente aos Jogos da CPLP, de facto, o que está inscrito no Orçamento é dívida. Dívida que assumimos, quando chegámos, mas, como sabe, é um processo que careceu de algum exercício de fiscalização. Gostaria de dizer que passou pela fiscalização da parte da Inspecção Geral das Finanças, hoje o processo segue o seu trâmite, mas a recomendação foi no sentido de nós pagarmos a dívida. A dívida está a ser paga. Não foi paga na totalidade, mas já pagámos uma parte. A inscrição feita aqui é para nós continuarmos nessa senda de pagamento.

Agora, quando diz que podemos ainda terminar o mandato, sem pagar a dívida, quero recordar que este ano nós pagámos uma dívida da obra do Estádio 12 de Julho que advém, creio eu, de 2013. Portanto, há dívidas muito mais antigas que a dívida dos Jogos da CPLP.

Isso é só para o tranquilizar, Sr. Deputado.

Relativamente aos campos de futebol, eu percebi e percebo a preocupação dos Srs. Deputados, no sentido de ver nos seus distritos, nos seus bairros as infra-estruturas que possam atender à juventude. Infelizmente, considerando a nossa conjuntura económica e a própria conjuntura sanitária, nós não vamos poder inscrever todos os campos e dar resposta no mesmo momento. Nós vamos fazendo, de forma paulatina. Neste momento, temos o campo da Trindade, que está em andamento, inscrevemos também o campo de Caué. Como sabe, UDRA é uma das maiores equipas, em termos de título nacional, e não tem um campo próprio. O nosso objectivo é criar condições, pelo menos, para que as equipas possam exercer a sua actividade.

Evidentemente, também, nós não podemos inscrever a construção, na perspectiva de termos um campo concluído como desejámos, com cercado, com bancada. Como sabe, um campo de Futebol 11 concluído, estamos a falar de milhões. Portanto, a obra também será feita em fase, em etapa, paulatinamente, como está sendo feito no campo da Trindade. É apenas uma primeira fase, mas para o colocar em condição de jogo.

Relativamente à preocupação do Deputado Danilson Cotú, nós não temos aqui inscrito, «apoio ao Comité Paralímpico», mas na rubrica «transferência às Federações», nós também fazemos essa transferência ao Comité Paralímpico. Se reparar bem, também na rubrica 66.75, nós temos uma rubrica para Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Portanto, está cá inscrito no Orçamento.

A preocupação do Sr. Deputado Felisberto Afonso sobre a juventude de Santa Catarina, meus Srs. Deputados e minhas Sras. Deputadas, nós, com pouco recurso que tem o Ministério, temos buscado boas parcerias, e felizmente temos conseguido. E muito recentemente, há coisa de 3 a 4 meses, nós inaugurámos o centro de Santa Catarina. Infelizmente, um centro que foi reabilitado, equipado com equipamentos informáticos, quadros e projectores. O Centro foi recentemente vandalizado: as portas partidas, mais de 10 cadeiras queimadas, fruto de uma reunião político-partidária, que culminou com a motivação da população local. A verdade é que temos um centro recentemente reabilitado, mas recentemente destruído, praticamente, por completo. Eu pediria, se calhar, ao Deputado para fazer uma visita àquele centro.

Srs. Deputados, nós construímos centros em diversas localidades, mas as associações locais e as Câmaras Distritais têm a incumbência de fazer a gestão desses centros, dar apoio e fazer o acompanhamento, porque só o Instituto da Juventude não terá capacidade de dar resposta a todos esses centros. Eu concordo com o Deputado, quando diz que nós temos que continuar com a política de levar os centros a diversas localidades, porque há muito trabalho a ser feito com a nossa juventude, e nós vamos continuar, Sr. Deputado. Portanto, eu concordo com a proposta do Deputado, no sentido de nós termos inscrito a construção do centro nas comunidades. Por isso, se calhar, eu gostaria de propor a retirada de parte de uma verba, «Construção do pólo desportivo», rubrica 62.51, pelo menos, 1 milhão para a política de construção e reabilitação do Centro de Interacção Jovem. É a nossa política, é verdade que nós vamos continuar, buscando parceiro para construir ou reabilitar o centro da juventude, mas ficaria já esta proposta.

O Bairro do Hospital, que também é a preocupação da Deputada Ana Rita, nós herdamos este centro, mas infelizmente tem sofrido algum vandalismo, houve desvio de alguns computadores. Então, nós entendemos, inclusive, recolher, creio, dois ou três computadores que ainda restavam no centro, exactamente para não perdermos todos. Estamos a ver a possibilidade de reabilitar o centro, aliás, não precisa de muito investimento. Se calhar, uma pintura, porque já temos uma parceria junto a AGER, para colocar a Internet em alguns centros do País, e o Centro do Bairro do Hospital está contemplado. Portanto, nós estamos atentos, inclusive já temos agendado um encontro com o jovem líder da comunidade, para criarmos uma dinamização para o Centro do Bairro de Hospital. Vamos ter esse encontro, porque precisamos chamar a atenção dos jovens para a importância do Centro para a comunidade.

Bom, eu acho que, relativamente aos polos de Monte Café, Água Izé, que foi aqui levantado, nós estamos na política de criar condições, sobretudo condições de segurança! Nós sabemos que o governo cessante construiu algum polo desportivo, estamos a dar continuidade no sentido de concluir esses polos; alguns precisam de piso modulado, para garantir a segurança; precisa de bancadas e balneários. Estamos a fazê-lo de forma paulatina.

No ano 2020, nós fizemos, no Distrito de Lembá e também no Distrito de Lobata. Portanto, temos inscrito aqui «melhoria de polos desportivos, balneários, bancadas, portanto, isto na senda de dar continuidade aos centros que ainda não têm essas condições.

Gostaria de dizer que essas preocupações levantadas pelos Deputados estão salvaguardadas, tanto em Monte Café como em Água Izé.

Relativamente ao campo de Caué, a nossa política não é nesta primeira fase, trabalhar na perspectiva de vedação. Aliás, a verba aqui inscrita não nos permitirá criar condições para vedar o campo de Caué, mas criar as condições para haver prática de futebol. Hoje, a UDRA de Angolares é mais um clube de Água Grande, porque treina e joga no Estádio 12 de Julho e a maioria dos seus jogadores não são do Distrito de Caué. O nosso objectivo é fazer com que a UDRA de Angolares seja de facto um clube de Caué, tenha a própria infra-estrutura em Caué, para dar resposta ao desporto naquele distrito.

**Uma voz:** — Projecto apoiado pela GALP.

**O Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo:** — Sim, GALP, em Madalena, é um projecto que está a ser levado a cabo pela Empresa GALP. Neste momento, nós temos estado em contacto, devido à questão de pandemia, houve um pequeno atraso, mas nós também entendemos que o atraso está bastante extensivo. Das informações que nós temos, a GALP já lançou o concurso para a construção do pólo de Madalena. Nós estamos a acompanhar este projecto, estamos convencidos de que este ano a obra deve arrancar e vamos fazer de tudo para que essa obra arranque, porque também entendemos e compreendemos a preocupação do Deputado. Já é tempo suficiente para essa obra estar em andamento. Mas pela última informação que nós temos, o concurso já foi lançado.

Relativamente à preocupação do Sr. Deputado concernente ao empreendedorismo, e também começou bem a sua intervenção, quando diz: a juventude, de facto é transversal, a política para a juventude nem toda ela é feita no Ministério. A política de formação dos jovens, a capacitação, é feita pelo Ministério da Educação. A política da Saúde para a juventude é feita noutra Ministério. Portanto, neste momento, nós temos um plano nacional de política para a Juventude, onde está, através do seu plano de acção, espelhado um conjunto de políticas para a juventude, desde a preocupação concernente à questão de habitação, empreendedorismo, esta política tem que ser implementada e nós vamos acompanhar, junto a outros ministérios, a sua implementação.

A questão de habitação para a juventude, embora não esteja, nós vamos trabalhar em parceria e em concertação com outros ministérios, de forma que a juventude possa ser beneficiada.

Nós quando falamos do empreendedorismo, propriamente dito, não podemos definir o número que nós pretendemos financiar, tendo em conta a própria disponibilidade do recurso, mas, em termos de formação, eu quero dizer que neste momento nós já formámos mais de 250 jovens e já financiamos também mais de 40 jovens, em dois momentos, através do projecto levado a cabo pelo Ministério, em parceria com o PNDUD. No primeiro momento, nós tínhamos um projecto que era limitado a Água Grande e Mé-Zóchi, que é o empreendedorismo social, em que formámos mais de 50 jovens, e 15 foram beneficiados com apoio. Através do Empreende Jovem, nós também já financiamos mais de 13 projectos, quero dizer que são projectos que os recursos variam até 40 000 dólares, fruto disso é o que nós vemos, hoje, aumento da produção, por exemplo, do sabão Quá nón, fruto do projecto empreende jovem. Nós temos a plataforma Kepler, entre outros projectos, fruto deste investimento. São investimentos que, além de financiamento, têm gerado também empregos, o que é o nosso principal objectivo.

Neste momento, nós formámos mais de 100 jovens, no âmbito do Empreende Jovem e esta formação é ao nível nacional e também na diáspora. Formámos 25 jovens empreendedores, na diáspora, em que os projectos, também vindos da diáspora, serão financiados. Portanto, a nossa política para empreendedorismo é nesta perspectiva, não apenas darmos o financiamento, mas criarmos todo um conjunto, uma cadeia de valores para o verdadeiro fomento do empreendedorismo nacional. Temos o guia do empreendedor, mapeamento do empreendedor, vamos lançar a plataforma de empreendedorismo. São três incubadoras que nós temos neste momento que vai ser instalada no âmbito deste projecto. Portanto, é um investimento bastante significativo e que neste momento já tem estado a obter resultados visíveis, tanto em termos de geração de renda como de emprego.

Obrigado.

**O Sr. Presidente:** — A questão colocada pela Sra. Deputada é uma proposta que foi registada: criação de condições para o campo de futebol de Batepá, só que apresenta na proposta uma rubrica um pouco desfasada.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, tem que haver sinergia entre o Desporto e a Federação.

O Sr. **Presidente**: — E a proposta não...

O Sr. **Ministro da Juventude, Desporto Empreendedorismo**: — Sr. Presidente, desculpe! Temos um campo na Trindade que é próximo ao Campo de Futebol de Batepá. Portanto, eu não sei se seria estratégico estarmos a investir em dois campos de futebol neste mesmo Orçamento, porque os dois ficariam praticamente um ao lado do outro. Portanto, é só uma preocupação.

O Sr. **Presidente**: — É uma questão a analisar.

Muito bem.

Mais alguma questão?

Está tudo dito.

**Uma voz**: — Uma questão.

O Sr. **Presidente**: — Mais para o Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo? Ainda temos o Ministério do Trabalho. É preciso ver o tempo! Temos inscrito o Deputado José Rui Cardoso, Felisberto Afonso, Beatriz Azevedo, Abnildo d' Oliveira e Arlindo Ramos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rui Cardoso.

O Sr. **José Rui Tavares** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é que eu tinha mencionado aqui alguma questão, mas o Ministro não respondeu. Se respondesse, eu poderia avançar a proposta de alguma rubrica para a construção de um centro em Lembá. Por esta razão, como não respondeu, eu queria ouvir do Sr. Ministro, relativamente a isto.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. José Rui Cardoso. Pois, o Sr. Ministro não respondeu. Se tivesse respondido, não viria.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, é rápido! Eu tenho 8 minutos, vou consumir dois e deixar o resto para a minha bancada.

Eu ouvi a explicação do Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo. Como o País é jovem, eu quero enaltecer a necessidade de darmos oportunidades mesmo aos jovens. Porque quando damos oportunidade aos jovens, com essa visão da juventude, a coisa é feita.

Este projecto de Centro de Interacção Jovem, como se diz, existem legados que não são materiais, são legados imateriais. Por isso, é bom continuar neste caminho, quando chegamos, em São Tomé e Príncipe, tínhamos o Centro de Aconselhamento Jovem e ninguém participava nos centros. Criou-se essa dinâmica, essa visão, para ser Centro de Interacção Jovem! É um legado que nós deixámos em 2010, é bom continuar!

Quando o Sr. Ministro explicava sobre a questão da Juventude, eu o desafiei na questão de números, e tem uma razão de ser. Porquê? Com o Orçamento disponível e o parceiro que é credível, seria bom o Ministro dizer: nós pretendemos financiar 100 jovens, é a nossa meta, mas nós vamos atingir a meta de 50, para que a cada ano possamos ir passo a passo. Porque dizer que vamos formar, vamos financiar, sem dizer quantos, sem números... essa ideia de o País trabalhar sem números, nós não conseguimos chegar. Amanhã, quando o Sr. Ministro deixar o barco, outro quando vier, vai pegar, para nós podermos atingir a meta. É necessário nós começarmos a trabalhar com números.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, eu, com o seu esclarecimento, fiquei um bocado preocupada em relação ao vandalismo que aconteceu. E a minha pergunta é: o que é que foi feito nesse sentido?

A segunda questão, Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, eu gostaria de saber se a segurança pública nacional não trabalha em colaboração com os Ministérios. Eu solicitei se a nível de Santa Catarina não havia polícias locais, disseram-me que havia. Muitas vezes, alguns serviços estão a se relaxar. Há muito relaxamento, as pessoas estão a fingir e fazer de contas que estão a trabalhar e recebem horas extras, enquanto há assuntos, há instituições, há gabinetes e casas das pessoas que estão a ser vandalizados e até hoje, nada é feito!

O Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo disse que, em termos de formação e capacitação de jovens, foram formados muitos jovens. Nesta formação, houve 15 jovens que foram

contemplados com financiamento de projecto. Eu gostaria de solicitar, desses 15, quantos de Caué foram beneficiados.

Obrigada.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

**O Sr. Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD):** — Sr. Presidente, eu vou ser rápido.

O Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo não compreendeu a minha preocupação. O centro, nós tomámos uma medida, já está reabilitado, tudo já está lá dentro. O que eu pedi ao Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo é um polo desportivo para a Praia de Santa Catarina e arredores. O Centro já está resolvido, tem tudo lá dentro.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

**O Sr. Arlindo Ramos (ADI):** — Sr. Presidente, é uma observação rápida ao Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, porque citou aqui a questão de vandalismo no Centro de Interacção Jovem. Eu queria só aconselhar que esses centros sejam obras do Estado. É o Estado que está a fazer as obras e, sendo é assim, a responsabilidade da gestão deve ser entregue à Associação dos Jovens de cada comunidade.

O que acontece é que muitas vezes, como neste País tudo é política e tudo nós politizamos, quando nós construímos um Centro de Interacção Jovem, é o partido tal que construiu. Nós temos que deixar disto! Responsabilizar a comunidade e a associação pela gestão do centro. Se a comunidade não tiver associação, mesmo que se construa o centro, não se entrega, enquanto a comunidade não constituir uma associação juvenil. Só assim podemos evitar o vandalismo e roubo dos computadores e televisores, porque isso acontece em todas as comunidades, quando nós politizamos as coisas. Quando for o Estado a fazer, é um bem público. Quem destruir vai para a cadeia.

Obrigado.

**Uma voz:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — É mesmo isto, Deputado Arlindo Ramos.

Já não temos inscritos.

Há uma chamada de atenção aos Líderes Parlamentares, a Sala está a ficar vazia, podemos fazer recontagem e marcar faltas, porque ninguém pediu para se ausentar.

**Uma voz do ADI:** — Onde é que isso está?

**O Sr. Presidente:** — É o que está no Regimento. Leia isso no Regimento!

*Murmúrios.*

O Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo tem alguma questão a responder ou está tudo ultrapassado? Podemos fechar?

As questões levantadas, quanto ao pólo desportivo, está tudo no Orçamento, vamos ver as prioridades das prioridades.

Está fechado o Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, passemos de imediato ao Ministério do Emprego, Família e Formação Profissional.

Não há nenhuma questão? Está tudo bem nesse Ministério?

Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

**A Sra. Alda Ramos (ADI):** — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, boa noite.

Eu, antes de entrar na minha intervenção, gostaria de pedir ao Sr. Presidente que, quando ficássemos todo este tempo aqui na Sala, seria bom que houvesse, pelo menos, um serviço de chá ou café. Eu não estou a pedir pão nem biscoito. Chá ou café seria bom que houvesse, para nos ajudar com alguma energia. É aconselhável. Noutros serviços, seminários, conferências, há sempre coisas dessas. Porque é que nós aqui na Assembleia não conseguimos? Às tantas, uma pessoa perde energia.

Sras. e Srs. Deputados, eu não trago concretamente uma proposta, mas tenho uma preocupação que eu penso ser de todos nós. Nós somos pais, mães, irmãos, somos tudo, então, falou-se de várias coisas, de jovens, mulheres e crianças e, devemos falar também dos meninos da rua e na rua. Devemos preocupar-nos com este fenómeno. Eu, pessoalmente, já falei disso várias vezes e, por estarmos a falar do Orçamento Geral do Estado, entendi que devia trazer esta preocupação. Até quando nós vamos conseguir, pelo menos, minimizar essa questão?

A cada dia que se passa, nós temos mais meninos na e da rua. Portanto, eu gostaria de solicitar ao Sr. Ministro da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, eu vejo ali no Orçamento Geral do Estado, na proposta protecção, vários itens, protecção social, protecção de crianças, mas, eu gostaria também que se pensasse em construir centros de acolhimento para os meninos da rua. Nesses centros de acolhimento, ter ateliê e oficinas, para os meninos da rua. Nós temos que respeitar as convenções sobre trabalhos infantis. Temos que respeitar, sim, mas talvez por haver essas convenções para evitar essa exploração de mão de obras em trabalhos infantis, a cada dia que passa, os meninos da rua estão aumentando! Hoje, passa-se por algumas oficinas, não se vê aprendizes! Portanto, se não se pensar seriamente nesta questão, nós vamos ter problemas!

Fala-se na violência sexual de menores, os assaltos, a criminalidade, às vezes, esses meninos de rua chegam a ser apoiantes de alguns actos de crime.

Portanto, não é preciso nós andarmos muito para ver que existe esse fenómeno na nossa rua, na nossa cidade, e é o que nós não tínhamos e hoje em dia está a aumentar! Os meninos estão todos relaxados! Portanto, eu pergunto ao Governo, qual é o plano que tem para reduzir ou minimizar este fenómeno? Por isso, eu faço esse apelo: é preciso construir ou buscar um edifício na nossa cidade, ou outros lados, para pelo menos reabilitar e acolher esses meninos e dar-lhes alguma coisa para eles começarem a aprender, para serem futuros homens de amanhã. Se não, vamos ter problemas! Vamos ter problemas com esta situação!

Passei em algumas zonas, ainda na semana passada, e vi um Centro de Acolhimento, na zona de Almas. O edifício estava lá há tanto tempo fechado e agora foi aproveitado. Se está alugado, não sei, talvez por uma igreja, Centro de Acolhimento para Idosos. Quando vi aquilo, chamou-me atenção. Por que é que também não há um centro de acolhimento para esses meninos da rua? Às ONG que já praticam esse tipo de actividades com relação a alguns meninos, que não seja da rua, ou outros mais, seria bom que talvez se dotasse de mais meios, para que essas possam recolher esses meninos.

Portanto, eu não trago uma proposta concreta, mas seria bom que nós reflectíssemos, porque é preocupante.

Muito obrigada.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

**O Sr. José António Miguel (ADI):** — Sr. Presidente, infelizmente, nós não temos tempo para debatermos o Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional.

Já no nosso parecer da 3.ª Comissão Especializada Permanente nós fizemos alusão a uma questão, e gostaríamos que o Sr. Ministro nos tentasse esclarecer, porque no Orçamento, de facto, não está claro como é que o Governo pretende fazer face à situação de desemprego ou de emprego precário, em que se encontra grande parte da população, especialmente, as pessoas ligadas ao sector turístico.

Gostaria que o Governo nos explicasse como é que pretende fazer face a essa situação.

Temos a questão da pensão das pessoas, ou seja, os nossos pensionistas têm uma pensão mísera, um valor muito baixo. Eu gostaria que, de forma progressiva, se começasse a pensar em como ajudar essas pessoas, pelo menos a melhorar a pensão atribuída.

Outra questão tem a ver com o aumento do número de famílias a beneficiar do Programa Família. O Governo disse que vai aumentar o número de pessoas que deverão beneficiar desse programa, mas eu gostaria, mais uma vez, de alertar, para não se esquecerem dum grupo importante, que são os albinos. Eles vieram à Assembleia várias vezes reclamar apoios, e nós nos comprometemos, aquando da discussão do Orçamento, fazer referência e pedir ao Governo que alguma atenção fosse dada a esse grupo específico.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Monteiro.

**A Sra. Filomena Monteiro (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, eu venho cá com uma preocupação que não sei se seria mais direcionada ao Ministério da Saúde, embora o Sr. Ministro da Saúde já estivesse cá. Neste momento, não se encontra na Sala, mas é algo que tem decorrido a nível do País. Tendo em conta que o Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional é um Ministério virado para questões da família, nós temos estado a constatar a questão de doentes mentais que não são assegurados pela família. E quando descompensam, têm criado problemas aos outros concidadãos. Nós tivemos informação que um doente descompensado que chegou a partir cinco pára-brisas na via pública.

E nós perguntamos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, se têm uma lista desses doentes mentais, porque tem que haver uma coordenação. Deve haver uma coordenação de doentes mentais, para que a família, quando não estão descompensados assuma, porque terão que ter também um apoio relativamente a esse aspecto.

Agora pergunto também ao Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional ou ao Chefe do Governo, quando isso acontece, quem deverá assumir. Uma pessoa com seu carro estacionado na estrada, sai e entra numa loja. A seguir vem um doido e parte os para-brisas. Quem deverá

assumir esses encargos? Portanto, é algo que tem estado a acontecer, e nós ao nível do País parece que ainda não estamos a fazer nada relativamente a isso.

Por isso mesmo, eu deixo a pergunta, não sei quem deve responder, eu gostaria de ser esclarecida quanto a este aspecto.

Obrigada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional: Eu quero salientar aqui, tenho poucos minutos, tudo que nós pudermos fazer para essas massas cinzentas que já que estão aposentadas, vamos fazer. Porque são pessoas que fizeram o seu trabalho e ainda o trabalho voluntário e cívico, muita gente aqui não sabe. Deram muita vida para este país.

Quem pode saber isso são os Srs. Delfim e Octaviano. Há pessoas aí que possam saber, mas muita gente não sabe! É triste uma pessoa viver com 20 dobras por dia. Tudo que o Governo puder fazer, vamos ver se nós poderemos salvar essas massas cinzentas, por favor! É muito triste! Eles estão a chorar! Estão a passar fome! São pessoas que deram a sua vida ao País. O País chegou a 75%, nós estávamos a precisar de 25%. Não é como hoje que as pessoas não estão a trabalhar!

Eles trabalharam muito: trabalho cívico e voluntário!

Sr. Primeiro-Ministro, faça por essa gente! Nós ficamos aqui para alguém fazer por nós, por favor!

Obrigado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, muito boa noite.

A minha questão tem a ver com duas rubricas, no orçamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, com apoio a protecção de emprego, uma para sectores de turismo e outra para outros sectores.

O Líder Parlamentar do ADI perguntou ao Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul quantas empresas já foram beneficiadas com este apoio, mas até agora não obtivemos resposta. Eu não sei se o Sr. Ministro poderá dar essa resposta.

O Ministro falou aqui em *lay-off*, várias coisas que a gente não percebe. Uma vez que não há um plano de recuperação económica, não se percebe como é que o Governo pretende fazer a recuperação económica, perante os estragos provocados pela pandemia. Comparando o Orçamento Rectificativo, que aprovamos aqui na Assembleia, e o actual orçamento que estamos agora a discutir, esta verba para esses sectores foi reduzida substancialmente. Nós tínhamos verba no Orçamento Rectificativo para o Sector do Turismo, no valor de 20 milhões de dobras, penso que estou a ler correctamente, e passou agora para 5 milhões de dobras.

Ao nível de outros sectores, definiu-se 80 milhões de dobras, e agora, para este orçamento, apenas 8 milhões de dobras. Nós sabemos que há muita gente, neste momento, sem emprego, muitas empresas tiveram que fechar às portas. Eu gostaria de obter esclarecimento do Sr. Ministro sobre como é que o Governo pretende apoiar essas empresas e fazer com que a economia possa retomar, pelo menos, o nível em que estava e reduzir o desemprego e a precariedade das famílias.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional: Eu vejo aqui neste orçamento «apoio às pessoas com deficiência». Eu gostava de saber em que consiste este apoio, isto porque as pessoas com deficiências beneficiaram de uma ajuda do Governo desde 2003, quando se construiu a sede. A sede, que existe, foi um apoio do Governo são-tomense a essas pessoas com deficiência. Decorreram já cerca de 17 quase 18 anos, e essa sede está numa situação de facto bastante degradada e com agravante, como se construiu a estrada de Vila Maria, não sei se tapou alguma coisa, agora quando chove a casa fica no meio da água. Era preciso encontrar-se forma de se fazer uma drenagem, de modo a dar melhores condições de assistência a essas pessoas.

Portanto, gostava de saber em que consiste, porque também a verba é irrisória, não daria para fazer a manutenção, mas que se visse, se calhar, ao nível do Ministério das Infra-estruturas, o que se podia fazer em relação a isso.

Eu gostava de reforçar a preocupação da Sra. Deputada Alda Ramos, porque de facto o fenómeno meninos de rua, meninos na rua vem crescendo consideravelmente.

Quando se concebeu o Programa Mães Carenciadas que hoje se transformou em Programa Família, a condição para que as mães carenciadas recebessem aquele valor era que enviassem os miúdos para escola. As mães que não enviassem os miúdos para escola, não tinham o direito de receber o valor.

Bom, isso se transformou no Programa Família, não sei quais são as condições, mas é uma realidade que nós temos que encarar e ver como é que se pode ultrapassar isso. Ou ter uma instituição de acolhimento, porque há meninos que até ficam fora do sistema escolar, estão na rua, não são atendidos por ninguém, e é um exército que se está a criar, de bandidos e de muitas outras coisas que poderão acontecer na sociedade.

Daí que é necessário que se dê uma atenção, para que se possa acabar com esse fenómeno.

Por último, embora o Deputado José António Miguel tivesse levantado isto, preocupa-me a situação dos idosos. E o Deputado Felisberto também levantou essa questão. Muita gente me aproxima para dizer: «ajuda-nos com a reforma, estamos a receber uma coisa que não dá para nada». De facto são pessoas que deram toda a sua vida a trabalhar para o Estado, e hoje já não estão em condições de dar. Hoje é o Estado quem deve ajudar, quem deve dar. E os que recebem dizem que não há uma certa periodicidade, o que não tem ajudado esses idosos a terem pelo menos um rendimento.

Daí que eu gostava que se reflectisse sobre isso, numa perspectiva de se melhorar a pensão de reforma, para que se possa dar a melhor dignidade a essa gente que deu todo o seu melhor e hoje necessita de nós.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu gostaria de felicitar o Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, por algumas actividades que tem estado a desenvolver, mas eu venho cá na sequência das últimas intervenções do Sr. Deputado Felisberto Afonso e, ultimamente, da Sra. Deputada Maria das Neves.

Actualmente, tem havido a questão de um estudo actuarial ao nível da Segurança Social, e que tem criado problemas em termos de cálculo para o pagamento dos idosos da Segurança Social. Ora, acontece que em tempos, aliás, eu fiz um documento por escrito à Mesa da Assembleia, manifestando um certo desconforto, por causa da questão, porque houve uma empresa que trabalhou ali na Segurança Social, pagou-se um montante elevado, mas esse trabalho não terminou, de modo a se conhecer qual é a situação, até que ponto foi autorizado essa direcção pagar. Retomou-se os trabalhos, porque havia a questão de estudo actuarial, havia a questão de informatização, porque muitas pessoas idosas têm tido problemas com o pagamento da Segurança Social, devido a ausência informatizada desses idosos.

Portanto, Sr. Ministro, essa empresa que esteve cá, a NOSY, eu gostaria de saber o pagamento como é que foi, o que falta pagar, como é que é, também de um modo a haver responsabilidade, como alguns colegas já disseram. Cada um vem paga, uma serie de questões, não há responsabilização. É essa questão que eu irei acompanhar ainda todo este ano, até haver resposta.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Temos um problema com o tempo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, eu tomo a palavra para poder chamar atenção para aquilo que foi a distribuição de cabazes a nível do País. Foi uma distribuição onde houve muitas instituições, tanto do Estado, como privadas, que fizeram distribuições de cabazes, todos ao mesmo tempo.

A opinião que eu trago aqui e que pode servir para o futuro, é que o Governo junto aos parceiros, ou seja, aquelas associações que querem apoiar o Estado, no caso de entrega de cabazes, que fizessem todos juntos, ou fizessem paulatinamente. Porque se nós formos ver, há pessoas que receberam três até quatro cabazes ao mesmo tempo, e houve quem também não recebesse nada. Então, em termos de sintonia, juntamente com outras associações, que fizessem um trabalho bem feito, de forma que toda gente que nós achamos que na realidade é carenciada, pudessem receber aquele pouco que cada um colocou à disposição.

Se não, fazemos o trabalho de água com cesto, e nós sabemos que a pandemia não foi só naquela altura, ainda continua. Eu digo que ainda há muitas famílias, porque toda gente sabe que quando se têm algo em casa, come-se rápido, porque amanhã vai-se receber mais.

Então, uma forma de nós pensarmos melhor como distribuir aquelas ofertas que nós, na realidade, é pensarmos juntos, tanto a instituição do Estado como privada, de forma que toda gente seja contemplada, ou fazendo em fases, este mês o Estado dá, no próximo mês os parceiros dão, de forma que não venham todos ao mesmo tempo, e depois já não tem mais nada, ninguém dá mais nada, no entanto, a pandemia percorre.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sra. Deputada. Portanto, alguns Deputados estão inscritos, mas não têm tempo.

O Sr. Ministro irá, naturalmente, responder. São várias preocupações, sobretudo no que tange à política do Governo, com os valores que são pagos aos reformados e pensionistas. Caberá ao Sr. Ministro responder.

Sem propostas concretas, foram aqui aventadas a preocupação de algum apoio ao centro de acolhimento para os meninos da rua, não meninos na rua. Portanto, o Sr. Ministro verá, no arranjo do seu orçamento, como dotar alguma verba para apoio ao centro de acolhimento aos meninos da rua e também apoio aos albinos. Portanto, não há proposta concreta, o seu orçamento é muito condensado e magro, mas caberá ao Sr. Ministro apresentar a proposta concreta de apoio a esses dois segmentos: centro de acolhimento para os meninos de rua, apoio aos albinos e a política do Governo para melhorar a questão da reforma dos idosos.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional.

O Sr. Ministro do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (Adlander Matos): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Para ser objectivo, infelizmente, fiquei para último na sessão de hoje.

A Sra. Deputada Alda Ramos levantou uma questão que, efectivamente, nos preocupa. Quero felicitá-la por isso e deve constituir preocupação de todos nós. Nós temos desenvolvido um trabalho com a UNICEF, porque também reconhecemos que, nos últimos tempos, tem aumentado a incidência desses meninos, particularmente defronte aos centros comerciais e algumas lojas, e estamos a trabalhar neste sentido. Nós temos encontro constante com a UNICEF, estamos a equacionar a possibilidade de nós, através de uma consultoria ou através de uma organização não-governamental, a fim de encontrarmos mecanismo para resolver de forma estrutural a situação destes meninos.

Mas tem ser de forma estrutural, se não vamos estar a resolver de forma muito paliativa. Gostaria de dizer que essa preocupação é nossa. Na nossa relação com o nosso parceiro multilateral, a UNICEF, estamos a trabalhar para encontrarmos soluções específicas. É preciso também não proliferarmos, no País, centros de acolhimento, porque é preciso olharmos para as famílias. É preciso nós também responsabilizarmos os pais destes meninos! Se não, eu mando para a rua quando não puder, e o Estado arranja forma de acolher. Tem que haver responsabilização! Esse trabalho que estamos a fazer também visa identificar os pais dessas crianças. Aqueles que têm mínimas condições, terão que responsabilizar, e aqueles que, nós temos casos já identificados de meninos que são órfãos de pai e mãe, os que são órfãos de mãe e que o pai está na cadeia, então há um processo em andamento à volta dessa questão e, claro, a situação do centro de acolhimento está equacionado, numa perspectiva de passagem.

Nós não podemos criar centros para aquartelar os meninos, porque eles devem crescer num seio familiar. Um centro de acolhimento não é um centro familiar. Daí o objectivo é ter um período de transição, onde nós podemos devolver estes meninos a uma família, directa ou indirecta, ou, se possível, evoluirmos nos aspectos de adopção ou outra que podemos encontrar solução.

O Sr. Deputado José António Miguel falou sobre a situação de desemprego, no sector turístico. Sr. Deputado, isto é um facto! Temos a pandemia, o sector turístico está praticamente paralisado. Eu quero endereçar uma mensagem de encorajamento a todos os operadores turísticos, porque é o nosso sentimento que eles devem passar momento muito difícil, neste momento. Nós sabemos que não é fácil. O Governo tem, dentro da sua possibilidade, procurado atender ao sector turístico. Grande parte do sector turístico, englobado em cerca de 160 empresas, como disse o Primeiro-Ministro, na sessão passada, beneficiaram do pagamento de *lay-off*, pelo menos até Setembro. Nós estamos agora num processo contínuo de cumprirmos o pagamento até o mês de Dezembro. Eu acredito que até final deste mês e princípio do outro, poderemos honrar esse compromisso. Como também já foi equacionado pelo Primeiro-Ministro, o Governo está equacionando, face à evolução da pandemia, poder continuar a beneficiar o sector turístico, garantindo a salvaguarda dos postos de emprego.

É importante dizer que o atendimento, no âmbito de *lay-off* é para assegurar o emprego. É apoio às empresas para poderem custear as despesas de salário. Não se trata de apoio para as empresas fazerem investimento. No âmbito do investimento, o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul já disse, trata-se da linha de crédito, que o Governo também está a colocar à disposição das empresas.

Aumento de pensão mínima. Eu confesso-vos que, quando assumi a responsabilidade da tutela da Segurança Social, porque também está no Programa do Governo, ia com a vontade de, uma das primeiras medidas, aumentar a pensão mínima, mas numa perspectiva de forma paulatina, mas é preciso, antes de fazermos isso, saber como fazer, qual é a sustentabilidade do sistema? A Segurança Social vai completar, neste ano, 42 anos da sua existência, e não conta com um estudo de sustentabilidade do sistema, ou seja, um estudo actuarial. Nós iniciámos, com a colaboração e financiamento da OIT, no ano 2020, o primeiro estudo actuarial. É um estudo que está na sua segunda fase. Estamos, a qualquer momento, à espera dos resultados deste estudo, para tomarmos medidas quanto à questão da actualização, ou seja, do aumento do progressivo da pensão mínima, que também é nossa preocupação.

Para essa faixa etária, eu gostaria de dizer, porque é a preocupação do Governo, gostaria de dizer ao Sr. Felisberto que reconheço o que disse, quando disse que nós temos que reconhecer o esforço do que eles fizeram por nós. Nós somos um pouco o fruto do sacrifício que eles fizeram no passado. Mas é preciso, quando falamos da terceira idade, falamos dos pensionistas, o problema é maior. Nós estamos a falar daqueles que têm pensão mínima, ou seja, são aqueles que puderam descontar tempo suficiente para beneficiar. O problema maior é que há muitos idosos que nem têm essa pensão. Não descontaram o tempo suficiente para poderem beneficiar dessa pensão.

Também é a nossa preocupação. São os que são suportados pelo Orçamento Geral do Estado. Neste momento, a nível da Protecção Social, nós assistimos 3045 idosos, com uma contribuição trimestral de 480 dobras. Eles também, podendo ou não descontar para garantir a reforma, muitas vezes, não por culpa deles, grande parte trabalho no período colonial, e a Segurança Social só foi institucionalizada em 1979. Esse período não conta para pensão. Grande parte dos trabalhadores das ex-empresas agrícolas. Com o parcelamento das empresas, ficaram de fora. É um dossier que nós temos e que vamos colocar na mesa do Governo e, se possível, ser um motivo de debate, também nesta Casa Parlamentar. O Governo está preocupado com isso e procurará dar resposta a isto.

Mas, que quero dizer, no âmbito de alargamento temporário do Programa Família, para as mais de 15 000 famílias, nós acautelamos com o Banco Mundial, porque é um processo que está em negociação, ou seja, das 15 000 pessoas ou famílias que vão beneficiar, 3045 idosos estarão, temporariamente, neste pacote, irão também receber durante 1 ano, para os suportar também nesta fase. Gostaria de dizer que há sim, claramente, a preocupação do Governo com esta classe, e porque está no nosso Programa, eu acredito, podendo não ser já no Orçamento deste ano, eu acredito que ao final da legislatura, nós podemos dar uma palavra de concreto a esta camada. Só para dizer também que, a partir de amanhã, os idosos, ou seja, os pensionistas, poderão também beneficiar do subsídio de Natal, ou seja, nos dias 14 e 15 também serão contemplados, e foi acautelado também por este Governo.

Relativamente ao aumento do Programa PFV e albinos. Sim, eu recebi uma nota endereçada pela Mesa da Assembleia Nacional. Essa situação também está sendo acautelada, mas é importante, quando nós falamos dos albinos, é preciso não metermos toda gente no mesmo saco. Porquê? Quando falo de pessoas com deficiências, todas são pessoas com deficiências, mas não estão na mesma situação. É preciso nós fazermos um trabalho com a população dos albinos, a nível do País e identifica-las. Aqueles que estiverem numa situação de vulnerabilidade, que precisam, nós vamos contemplar. Porque, neste momento, nós não podemos calcular a população de albinos e saber qual é a situação real deles. De qualquer forma, quero assumir que está acautelada, porque foi uma solicitação da Mesa da Assembleia e nós iremos tomar em consideração.

A Sra. Deputada falou dos doentes mentais que se encontram na nossa praça. É preocupante, a mim também me preocupa, mas é uma preocupação transversal, que envolve tanto o Ministério da Saúde como a autarquia local. É preciso nós olharmos para esta preocupação de forma conjunta e encontrarmos uma solução. Eu, neste momento, cá, não tenho uma solução concreta, mas registei, é um trabalho conjunto que iremos fazer com a autarquia, o Ministério da Saúde e os Serviços de Defesa, no sentido de encontrarmos uma solução para isso. Concordo consigo que não deixa um bom aspecto, nem para a cidade. Se possível, também encontrarmos um mecanismo de responsabilização das famílias, porque o doente mental provém de uma família.

Eu não tenho uma solução concreta, mas é registada com muita atenção. O Deputado Felisberto falou da pensão, acho que já fiz referência a isto. A Sra. Deputada Bilaine fez referência às empresas. Questionou quantas empresas receberam. Estamos a falar de mais de 160. Quando eu digo mais, não falo de número exacto, porque neste momento nós temos empresas processadas pelo sistema do Guiché, mas que ainda não foram pagas. Estão no processo de pagamento. Então, são mais de 160 e aproximadamente mais 2 500 trabalhadores do sector formal. Mas é preciso dizer também que nós atendemos o sector informal.

Estamos a falar num processamento acima de 15 600 trabalhadores informais, grande parte já foi beneficiado, é um processo que também está na fase de conclusão, e nós iremos concluir. Quero dizer-vos também que o compromisso que nós assumimos com o FMI, esses trabalhadores informais, que receberam a contribuição do Governo, neste momento, nós já produzimos um número de Segurança Social para cada um deles. Eu acredito que ao longo do primeiro trimestre nós iremos realizar uma actividade, numa das praças do nosso país, onde nós levaremos os nossos equipamentos, eles poderão levantar os números e nós anunciamos o escalão de pagamento e o mecanismo de cobrança mensal que terão que pagar, para garantirem também os benefícios da Segurança Social.

A Sra. Deputada Maria das Neves falou sobre o apoio às pessoas com deficiências, é o apoio em termos de transferência de valor, ou seja, o Governo, eu acredito que foi desde, recordo-me que eu era Deputado naquela legislatura, salvo erro, foi em 2011/2012, quando se passou a inscrever essa verba, que anteriormente era 525 dobras, que no ano passado nós aumentámos para setecentas dobras e qualquer coisa, não estou a ver o número exacto, mas acredito que o somatório chega a isso. Para anunciar que este ano nós transferimos a totalidade desta verba para esse sector e a nossa maior preocupação com eles, é verdade que não está cá registada, é a situação do edifício.

Estamos a trabalhar com a Associação de Pessoas com Deficiência, junto à UNICEF, porque a nossa preocupação é a questão da regulamentação da Lei de Base. Pronto, a UNICEF já disponibilizou, estamos a contratar, de certeza, um consultor para trabalhar connosco na questão da regulamentação, mas é preciso nós, o Governo e Deputados, apresentarmos a proposta de regulamentação para as pessoas com deficiências. Isto terá que ser um processo, em que elas terão uma participação muito directa. Então, é esta a preocupação, está a ser equacionada. Mas eu quero dizer que, desde o ano passado, nós incluímos uma associação que não era tida em conta, que é a Associação de Pessoas Surdas. Quem recebia a transferência era a Associação dos Deficientes e a Associação dos Amblíopes. Este ano, nós também distribuímos, razoavelmente, equitativamente, em função da dimensão dos associados, verbas para todas essas organizações. Estamos já a exigir-lhes que emitam o relatório da execução dessas verbas, para que, no próximo ano, continuemos com esta dinâmica.

Sra. Deputada, faz-se uma transferência para ajuda no funcionamento. Eles têm outros benefícios que é a isenção da despesa da EMAE, têm alguma contribuição da CST para a Internet. Eu, há dias, recebi uma carta da Associação dos Surdos, que foi agora integrada, também a pedir a isenção na cobrança da energia, fiz chegar isso ao Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais, e depois vamos encontrar um mecanismo, porque não, para beneficiar também esta Associação.

A Sra. Deputada falou também das crianças que estão nas ruas, que não vão à escola. Esta é uma grande verdade, porque o Programa Família foi concebido não só numa perspectiva de *cash-transfer*. Tem outras componentes, em que nós investimos muito, que é o seguimento das famílias, o Programa Educação Parental, que permite educar essas famílias para as boas práticas sociais, as boas práticas familiares, os valores familiares. Nós temos também o Projecto, que é um pouco capacitado pelo Centro de Formação Profissional de Budo-Budo, de apoio à criação do próprio emprego, para que elas também possam ter habilidade de criar negócios e também poderem sustentar-se. Isso não se trata de um emprego. É um programa que tem o seu início e depois vai ter o seu término, num período temporal. As famílias estarão sendo educadas para se auto-sustentarem.

Então, é todo um trabalho que estamos a fazer à volta deste processo.

O Sr. Deputado e Vice-Presidente, Guilherme Octaviano, falou do estudo actuarial. Já fiz referência, mas falou-me concretamente do sistema informático do Instituto Nacional de Segurança Social. Foi uma negociação do Governo de então, em 2015, no sentido da informatização do sistema de Segurança Social. Esse trabalho foi feito, para dizer em número, são mais de 400 000 euros e, neste momento, pelas informações que tenho, falta-nos pagar qualquer coisa como 15 a 20 000 euros de algumas salvaguardas. Quero dizer que, ao contrário de alguns meses atrás, o sistema está em funcionamento, mas é preciso dizer que isto é um sistema de gestão. O que nos coloca com maior preocupação é a digitalização dos processos. Nós conseguimos avanço, no âmbito da Justiça, com a digitalização ao nível do Registo Civil e, hoje, é um pouco mais fácil fazer busca. Mas eu digo-vos com honestidade, enquanto nós não partirmos, está no orçamento de Segurança Social para este ano, para a digitalização do processo, o tempo de atendimento da atribuição da pensão continuará a ser ainda muito mecânico. Essa digitalização tem que ser ampla. Não pode ser só deste sector. É preciso nós integrarmos o sistema com as DAF das instituições. As folhas, muitas vezes, ainda vêm em formato papel, o que dificulta o Departamento da Proteção Social em ter o dado a tempo, para fazer o cálculo e poder beneficiar as pessoas.

Quero dizer também que, como podem encontrar no orçamento, nós temos atendido aos centros de acolhimento que têm, neste momento, crianças, tanto com a Cooperação Portuguesa, como a transferência directa do Governo a esses centros. Nós, neste momento, temos no País, as Caritas, através da Casa dos Pequeninos, que tem um número considerável de meninos nas suas instalações, temos a ARCAR, temos a Fundação Novo Futuro e mais algumas que têm o sistema de acolhimento, como também temos assistido a associações e ONG que ajudam também em centros de dias e centros de acolhimento de idosos. O Governo tem assumido a sua responsabilidade de também comparticipar na gestão desses centros.

A Sra. Deputada Beatriz Azevedo traz uma velha questão, a questão de cestas básicas. Eu confesso-vos que foi uma experiência extraordinária, mas muito complexa. Naquela altura, Sra. Deputada, a nossa única preocupação, porque não sabímos o que ia acontecer, é o que fazer para garantir que as pessoas ficassem confinadas. E montar uma estratégia rápida e um mecanismo mais seguro e mais transparente de distribuição não é fácil. A Sra. Deputada estava comigo e viu, mais ou menos, qual era o nosso espírito: era atender o máximo de pessoas possível, com maior clareza possível. É verdade que estamos a distribuir para as pessoas e a tentativa das pessoas era tirar o máximo de proveito.

Temos que assumir que nem tudo foi perfeito! Nos distritos mais pequenos, nas comunidades mais pequenas, era prático. A gente chegava e dava uma cesta básica para cada família. Mas nas grandes concentrações? Satisfazer as vontades inconfessáveis de algumas pessoas que pressionavam! O Governo não estava atrás de cada cesta básica! Temos que assumir isso! Foi um processo em que nós procuramos envolver o poder local, os serviços da proteção social local. Foi o que foi, mas eu acredito que o espírito que nos norteou foi no sentido de atender. Eu escuto, mas comprehendo, muita gente dizer que foram só as pessoas dos partidos políticos. Nós, de forma consciente, sabemos que não! Na verdade, pode ser que algumas pessoas que tiveram a oportunidade de estar à frente da distribuição favoreceram, se calhar, os seus militantes! Por exemplo, em Mé-Zóchi e Água Grande. Não estamos a dizer que não existiu coisas

dessas, mas isso não pode consubstanciar que foi o espírito desta iniciativa. Sabem que não, cada um de nós conhece membros do nosso partido ou de outros partidos que beneficiaram das cestas básicas, mas é uma velha questão. Eu comprehendo as motivações, não estou a dizer que não existiu, mas a nossa intenção era de ajudar.

A experiência que disse de nós podermos encontrar organizações, seria prático se nós as tivéssemos devidamente estruturadas, se não tivessem pessoas dos partidos. Por exemplo, nós tivemos uma experiência com a OIT, a pedido do Ministério do Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional, no sentido de ajudar os centros de dia dos idosos. Financiou-nos duas cestas básicas por mês a mais de quinhentos e tal idosos. Porque já tínhamos a experiência inicial, o que é que foi feito? Foi a Santa Casa da Misericórdia que ganhou o concurso e fez a gestão, distribuindo por centros. Foi uma experiência boa, mas é verdade também que o número é pequeno, estamos a falar de 30 000 cestas básicas.

Sr. Presidente, estou mesmo a terminar, falou-me de proposta concreta. Sobre o centro de acolhimento, eu não tenho o orçamento, então eu não iria propor, mas é um trabalho que está a ser equacionado. Podemos não encontrar directamente agora no Orçamento, mas podemos encontrar, junto aos parceiros ou, se calhar, o Governo, amanhã, poderá encontrar um mecanismo para dotar uma verba e podermos avançar. A ideia não é criar um centro de acolhimento em si, mas nem que seja um centro de passagem.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito bem, Sr. Ministro, muito obrigado. Penso que estão esclarecidas todas as questões.

O Sr. Primeiro-Ministro quer fazer um *briefing*?

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, eu comprehendo a hora adiantada, eu só preciso mesmo de 1 ou 2 minutos, mas eu não podia sair daqui sem testemunhar gratidão e prestar tributo a todo este tempo investido pelas Sras. e Srs. Deputados, desde manhã. Não tenho memória de ter visto isso antes, a Assembleia Nacional reunida até tão tarde, depois das 19 horas. Eu queria, de facto, agradecer, por isso.

Como repararam, além do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, que é uma área institucional, e, naturalmente, o reforço da coesão, os pilares da democracia, tudo isso, hoje foi um dia consagrado, sobretudo, ao sector social, às pessoas. De facto, sentimos que as Sras. e os Srs. Deputados estão aqui a representar o povo. Estão aqui, até esta hora, a discutir, a reflectir sobre como melhorar o Orçamento, para atender à população, que é a verdadeira autora e destinatária de todo esse trabalho que estamos a fazer e de todo esse processo de desenvolvimento.

Como repararam, nós começámos, precisamente, pela Educação e Saúde, áreas transversais. Às vezes, quando vejo essa sociedade, hoje, depois da independência, em 1975, sobretudo, quando eu penso na Educação, quem tinha 7 anos, na altura, de certeza, se não completou ainda, estamos nos primeiros dias de Janeiro, vai completar, ao longo deste ano, 53 anos. Hoje, a nossa sociedade é o reflexo das políticas que nós levámos há 46 anos, aproximadamente. É ao nível institucional de políticas do Estado, mas também são as famílias. Hoje, isso que nós vimos aqui, ao nível da protecção social, meninos de rua e na rua, falámos do desporto, da juventude, que é transversal, tem a ver, em partes, com a erosão da família tradicional, com a inversão de valores, e hoje nós estamos a pagar. Talvez tenhamos conseguido, em termos de quantidade, como eu dizia, o acesso à universalização, à obrigatoriedade, à qualidade e à acessibilidade da educação. Possivelmente, algum acento tónico na instrução. Hoje, temos licenciados, pessoas com mestrados e doutoramentos, e nós perguntamos, o que é que fizemos da educação, educação de berço, dos valores?

Portanto, estamos a começar o ano com um novo Orçamento, várias vezes já dissemos que é preciso quebrar paradigmas, temos que fazer diferente, temos que mobilizar sinergias. Às vezes eu dou exemplo, o Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul é uma espécie de vaca leiteira que não tem leite para alimentar financeiramente todos os cidadãos, todos os seus filhos.

Daí que há algumas áreas, eu estava a pensar, quando cada um, com toda a justeza, exigia campo aqui, campo ali, o Governo está a colocar no Orçamento aquilo que é possível, mas nós sabemos que há outras instituições. Por exemplo, o caso de Federação Santomense de Futebol, que pode completar. O Governo faz a terraplanagem, o muro de vedação, depois há uma outra instituição, uma ONG, nós temos parcerias, vamos bater outras portas, por exemplo, as agências petrolíferas, temos outros parceiros, e eu peço às Sras. e Srs. Deputados, cada um que tenha amigos lá fora, que bata também as portas, porque o objectivo final é o desenvolvimento social, económico e financeiro, o bem-estar de São Tomé e Príncipe.

Mas eu queria deixar essa nota de gratidão, relativamente às Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Nós agradecemos e retribuímos. Igualmente, os nossos agradecimentos, pelo tempo que ficou cá. Também não temos memória de um Primeiro-Ministro demorar tanto tempo connosco, na discussão na especialidade.

*Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.*

Esses agradecimentos são também extensivos aos técnicos da Assembleia, da Comunicação Social, os seguranças, motoristas, todos que estão aqui connosco, também desde manhã, até estas horas, e também às pessoas que estão a nos seguir cá e lá fora, dando a sua contribuição, através do *facebook*. Vemos aqui muita gente que vem falar através de orientação que está a vir do exterior. Também devemos agradecer a todas essas pessoas, em particular ao povo de São Tomé e Príncipe.

Está encerrada a sessão, até amanhã, às 9 horas.

Muito obrigado.

*Eram 19 horas e 28 minutos.*